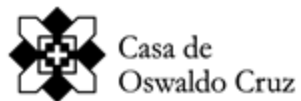


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E SAÚDE



**Aline Silva Salgado**

**A Revolta contra a vacina:** A vulgarização científica na grande imprensa  
no ano de 1904

Rio de Janeiro

Jul/2018

Aline Silva Salgado

**A Revolta contra a vacina:** A vulgarização científica na grande imprensa  
no ano de 1904

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa  
de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Divulgação Científica.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kaori Kodama

Rio de Janeiro  
Jul/2018

Salgado, Aline Silva

A Revolta contra a vacina: A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904 / Aline Silva Salgado. — 2018.

128.f. : il.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kaori Kodama

Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, ano da defesa.

1. Divulgação Científica. 2. Intelectuais. 3. Revolta da Vacina. 4. Imprensa. 5. Rio de Janeiro. I. Título.

CDD

Aline Silva Salgado

**A Revolta contra a vacina:** A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Kaori Kodama.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Kaori Kodama. Orientador (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Almeida (Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Alda Heizer (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico Rio de Janeiro)

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Ildeu de Castro Moreira (Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta de Almeida (Pesquisadora titular no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/RJ)

*A minha família e amigos por todo  
o apoio e pela paciência ao longo desse processo criativo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Kaori Kodama, por todo apoio, profissionalismo e atenção. Ressalto o estimado aprendizado que ela compartilhou comigo ao longo desses dois anos de convivência e as orientações preciosas.

Aos professores dos programas de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (PGDC/COC) e do Programa de História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) que me ajudaram ao longo da confecção deste trabalho, por meio de suas aulas e orientações informais. Menciono ainda os colegas e amigos que fiz ao longo dessa trajetória. Companheiros de aulas e de conversas que muito me apoiaram a construir esta dissertação: Washington Castilhos, Juliana Passos, Érika Regiane, Michele Martins, Nathalia Roitberg, Eduardo Müller e todos os colegas da primeira turma do PGDC/COC e da turma 2017/1 do PPGHCS. Também destaco a estimada ajuda das amigas Bruna Mariano Rodrigues, Naira de Paula e Janine Justen.

Estendo os agradecimentos às instituições às quais recorri: os funcionários da secretaria da COC/Fiocruz, da biblioteca do PPGHCS e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e à Biblioteca Nacional por manter o importante trabalho de digitalização de fontes disponibilizadas na Hemeroteca Digital.

Agradeço também o precioso apoio recebido por chefes e colegas de trabalho, tanto na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) quanto na Academia Brasileira de Ciências (ABC). Por fim, à minha família pelo apoio e compreensão, principalmente nos momentos de ausência.

## RESUMO

SALGADO, Aline Silva. **A Revolta contra a vacina**: A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2018.

Meio não formal de divulgação científica, a mídia tem sua função social atrelada à difusão de temas da ciência que impactam no cotidiano da sociedade. Jornalistas e articulistas são, assim, compreendidos como transmissores e produtores do conhecimento científico. Ou, nas palavras de Jean-François Sirinelli, como “intelectuais-mediadores”. Com base em referenciais teóricos da Divulgação Científica, da História da Ciência e da Saúde no Brasil, bem como da História do Jornalismo, neste trabalho examinamos como a grande imprensa atuou como mediadora e produtora cultural da “vulgarização do conhecimento científico”, termo nativo da época, num momento bastante controverso do debate sanitário e político no Brasil: os meses que antecederam à Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro a partir de 10 de novembro de 1904. Para atingir esse objetivo, analisamos as edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* de 1º de janeiro a 10 de novembro de 1904, veículos de expressiva circulação na época e que se posicionaram contra e pró-governo, respectivamente, pela aprovação do projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação e revacinação antivariólica, e que levou à Revolta da Vacina. O recorte temporal restrito se justifica pela intensidade dos debates sobre a vacina, consequência do avanço do projeto de Lei no Senado (votado em 20 de julho), e na Câmara, aprovado em caráter definitivo em 26 de outubro. Só no *Correio da Manhã*, as menções à vacina antivariólica ou à vacinação apareceram 213 vezes no período, sendo 206 só no 2º semestre. Escolhemos analisar as discussões antes da Revolta também por considerarmos que as ações de vulgarização científica nos jornais contribuíram para a eclosão do movimento. Ao investigar a maneira como a vulgarização da ciência era feita na grande imprensa, foi possível verificar a complexidade da mediação científica no período, marcado pelo conflito geracional entre culturas científicas e pelos embates que envolviam a cidadania, como o direito à liberdade de decisão sobre o próprio corpo. Nos jornais, dentre as ações de comunicar ou de “traduzir” a ciência para um público de não especialistas, destacam-se as colunas de dois grupos de “intelectuais-mediadores”: o médico e deputado republicano Bricio Filho, no *Correio da Manhã*; e os médicos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, republicanos e apoiadores da microbiologia, que

escreveram na *Gazeta de Notícias*. Essas colunas nos apontam para a transformação e migração dos espaços de popularização da ciência, que até o século XIX estiveram presentes nos romances científicos, nas conferências, cursos, museus, exposições e nas revistas e jornais especializados. Além disso, os textos nos fazem refletir sobre o tipo de mediação estabelecida na época, que em certo aspecto considerou o diálogo de mão dupla, isto é, a troca com o público-leitor. Por meio desta dissertação, procuramos trazer um novo olhar para a historiografia da Divulgação Científica, que tem identificado a existência de um vazio nas ações de divulgação científica nos anos iniciais do século XX, segundo aponta Luisa Massarani (1998). Buscamos assim contribuir para os estudos na área.

Palavras-chave: Divulgação científica. Intelectuais. Revolta da Vacina. Imprensa. Rio de Janeiro.



## ABSTRACT

SALGADO, Aline Silva. **A Revolta contra a vacina:** A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2018.

A non-formal means of scientific dissemination, the press has its social function linked to the diffusion of science themes that impact on the daily life of society. Journalists and writers are seen as transmitters and producers of scientific knowledge. Or, as said by Jean-Francois Sirinelli, as “intellectuals-mediators”. Based on the theoretical references of the Science Communication, the History of Science and Health in Brazil, as well as the History of Journalism, in this research we examine how the mainstream media acted as mediator and cultural producer of the "vulgarization of scientific knowledge", popular term of the period, in a very controversial moment for the sanitary and political debate in Brazil: the months that preceded the Vaccine Revolt, occurred in Rio de Janeiro and started at November 10th of 1904. To reach this objective, we analyzed the editions of the newspapers “Correio da Manhã” e “Gazeta de Notícias” from January 1st to November 10th of 1904. Those vehicles had expressive circulation at the time and stand against and pro-government, respectively, for the approval of the law project that made mandatory the vaccination and anti-smallpox revaccination, and that led to the Vaccine Revolt. The restricted temporal cut is justified by the intensity of the debates about the vaccine, as a consequence of the progress of a law project in the Senate (voted on July 20th), and finally approved in the Chamber on October 26th. In a specific look to the “Correio da Manhã”, mentions about the smallpox vaccine or vaccination in general appeared 213 times in the period, 206 of it only in the second semester. We chose to analyze also the discussions before the Revolt because we considered that the actions of scientific vulgarization in the newspapers contributed to the outbreak of the movement. During the investigating about the way that scientific vulgarization was carried out by the mainstream media was possible to verify the complexity of scientific mediation in the period characterized by the generational conflict between scientific cultures and the conflicts involving citizenship, such as the right of freedom decision about the own body. In the newspapers among the actions of communication of science for a lay experts the columns of two groups of “intellectuals-mediators” stand out: the doctor and republican

deputy Bricio Filho, in “Correio da Manhã”; and the doctors of the Association of Employees in the Commerce of Rio de Janeiro, republicans and supporters of microbiology, who wrote in the “Gazeta de Notícias”. These newspaper columns point us to the transformation and migration of the spaces of popularization of science, which until the 19th century were present in scientific novels, conferences, courses, museums, exhibitions and specialized magazines and newspapers. Besides that the texts make us reflect on the type of mediation established at the time, which in one side considered the two-way dialogue, that is an exchange between the reader and the audience. Through this paper, we seek to bring a new look to the historiography of Science Communication, which has identified the existence of a void in the actions of Science Communication in the earlies of the twentieth century, according to Luisa Massarani (1998). We seek to contribute to studies in the area

Key-words: Science Communication. Intellectuals. Revolta da Vacina. Press. Rio de Janeiro.

## LISTA DE GRÁFICO E TABELAS

Gráfico – Menções à vacina.....	87
Tabela 1 – <i>Correio da Manhã</i> .....	90
Tabela 2 – <i>Gazeta de Noticias</i> .....	94

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2	<b>A VULGARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E OS VULGARIZADORES NO BRASIL: CONCEITO E CENÁRIO INTELECTUAL</b> .....	30
3	<b>MEDICINA CIENTÍFICA E SAÚDE PÚBLICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX</b> .....	40
3.1	A arte da cura e a vacina.....	58
3.2	A Revolta foi, também, por causa da vacina: uma revisão historiográfica.....	71
4	<b>A IMPRENSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b> .....	79
4.2	<i>O Correio da Manhã e a Gazeta de Notícias</i> .....	84
4.3	A vacinação nos jornais e os intelectuais-mediadores.....	86
4.4	Vulgarizando a vacina.....	95
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	111
6	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114

## 1. INTRODUÇÃO

Os meses que antecederam a Revolta da Vacina – ocorrida a partir de 10 de novembro de 1904 – e que paralisou a cidade por uma semana (Sevcenko, 1984; Carvalho, 1987; Castro-Santos, 1987; Needell, 1987; Chalhoub, 1996; Meade, 1997) –, é o ponto de partida desta dissertação de mestrado, que propõe estudar o papel da mídia impressa como meio não formal de comunicação da ciência para o público amplo e não especializado, num momento de intenso debate nos campos da ciência e da política no Brasil. Ao mesmo tempo, dentro da discussão historiográfica, procuramos refletir sobre a Revolta e suas implicações para pensarmos a ciência e a sua divulgação dentro de um contexto histórico específico. Dessa forma, procura-se contribuir para os estudos na área da História da Divulgação Científica, que tem na primeira metade do século XX uma aparente lacuna historiográfica, segundo nos aponta Luisa Massarani (1998: 49).

De acordo com a autora, apesar de toda a efervescência intelectual que dominou a segunda metade do século XIX, a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX assistem a uma redução significativa das principais ações de “vulgarização” científica, termo nativo da época, até então observadas. Segundo Massarani, as conferências e cursos populares deixam de existir, o envolvimento de cientistas e professores com essas atividades decresce e o número de revistas e artigos referentes à divulgação científica também teria diminuído. A autora defende que esse recuo das iniciativas de “vulgarização” da ciência está relacionado a uma redução similar ocorrida no contexto internacional, porém ainda pouco entendida.

No lugar de um “vazio”, compreendemos, no entanto, que os primeiros anos do século XX assistem a uma transformação dos espaços de popularização da ciência. Enquanto que no século XIX a vulgarização científica no Brasil esteve presente nos romances científicos, nas conferências públicas, nos cursos, nos museus, nas exposições e nas revistas e jornais especializados, no século XX ela migra para os livros escolares (MOLLIER, 2008: 142) e para a grande imprensa<sup>1</sup>, fazendo-se presente de forma intensa e em múltiplas seções dos impressos.

Este movimento de transformação da divulgação científica é visto por nós como sendo similar ao que ocorreu com as obras de Louis Figuier e de outros grandes nomes da vulgarização científica na França, que ganharam espaço nas escolas da Europa nos anos finais do século XIX.

---

<sup>1</sup>Referencial teórico da História do Jornalismo, o termo é utilizado para localizar os veículos mais populares no período e que contavam já com um perfil administrativo de empresas, voltadas para a venda de informação.

Por meio da expansão da instrução pública, a difusão do conhecimento científico passa a ser uma função das escolas, conforme nos mostra Jean-Yves Mollier (2008: 142). No Brasil, observamos que a grande imprensa passa a abrigar de forma mais intensa e plural os debates sobre ciência. Os temas científicos passam a ser mais discutidos, ocupando editoriais, notas jornalistas, artigos e até cartas de leitores, não se restringindo apenas às grandes descobertas ou notas isoladas sobre conferências públicas, cursos ou exposições.

Esta percepção está apoiada no estudo das fontes primárias que são a base dessa dissertação – as edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* de 1º de janeiro a 10 de novembro de 1904 – e é reforçada pela análise de Maria de Almeida e Maria Amélia M. Dantes (2001: 135-154) sobre as imagens da pesquisa microbiológica no jornal *O Estado de São Paulo*, nos anos de 1892 a 1900. Segundo apontam as autoras, no período estudado por elas, a temática da saúde pública foi uma presença marcante em *O Estado de São Paulo*. O periódico dedicava editoriais, notícias e artigos para a questão, ressaltando a necessidade de saneamento das cidades, do controle de epidemias; exaltando as medidas sanitárias realizadas pelo Estado, destacando o sucesso das práticas médicas e, ainda, sustentando os projetos de criação de uma Escola de Medicina, em São Paulo, de uma Policlínica e da Liga contra a Tuberculose (*Ibidem*, 147-149)

Para a nossa pesquisa, decidimos analisar os jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* em função da expressiva circulação<sup>2</sup> que esses periódicos tinham na época e por eles se posicionarem contra e pró-governo, respectivamente, pela aprovação do projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação e revacinação antivariólica, e que levou à Revolta da Vacina. Ressalta-se ainda como critério de escolha a posição política dos impressos. Segundo nos aponta a bibliografia referencial de História do Jornalismo (Sodré, 1999; e Barbosa, 2010), o *Correio da Manhã* tinha o caráter oposicionista e a *Gazeta de Notícias*, situacionista.

Como guia para a pesquisa nos periódicos, digitalizados e disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram adotadas as palavras de busca “vaccina”, “vaccinação”, “variola” e “antivariolica”. Já o recorte temporal foi estabelecido a partir do dia 1º de janeiro de 1904, sendo finalizado em 10 de novembro de 1904, véspera da publicação de um esboço do decreto elaborado por Oswaldo Cruz que regulamentava a vacinação e revacinação obrigatórias, e

---

<sup>2</sup>Segundo dados coletadas por Marialva Barbosa (2010: 124-125), de 1900 a 1908 figuravam como veículos da grande imprensa o *Jornal do Brasil*, com tiragem diária de 60 mil exemplares, *Gazeta de Notícias* com 35 a 40 mil exemplares, *Correio da Manhã* com 30 mil, *Jornal do Commercio* com 20 mil e *O Paiz* com 15 mil.

divulgado com exclusividade pelo jornal *A Notícia*. A data marca também a reunião de apresentação oficial desse esboço do regulamento por parte do Governo a políticos, médicos e intelectuais. Já no dia 10, tem-se a publicação do texto nas páginas dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*, como também a repercussão do encontro e do próprio regulamento.

O recorte temporal restrito aos meses que antecederam à Revolta da Vacina se justifica pela intensidade dos debates sobre a vacina, consequência do avanço do projeto de Lei que instituiu a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola no Senado e na Câmara. Os registros do *Correio da Manhã* nos mostram que a votação e aprovação do projeto se deram por maioria no Senado em 20 de julho. Já na Câmara, o projeto foi aprovado definitivamente em 26 de outubro, tendo sido sancionado pela Presidência da República em 31 de outubro.

Observamos que no *Correio da Manhã*, as menções à vacina antivariólica ou à vacinação apareceram 213 vezes no período, sendo 206 somente no segundo semestre. Na *Gazeta de Notícias*, elas ocorreram 113 vezes, sendo 83 apenas no segundo semestre. Ao escolhermos analisar as discussões antes da Revolta, consideramos que as ações de vulgarização científica nos jornais podem ter estimulado o debate sobre o projeto de lei e contribuído, de alguma maneira, para a mobilização popular.

A movimentação parlamentar em torno da lei da vacinação obrigatória gerou, nesses jornais, um esforço de popularizar a ciência e estabelecer um amplo debate sobre a vacinação. Entre editoriais, notas jornalistas sobre os debates na Câmara e no Senado, cartas de leitores e artigos de colaboradores, destacam-se as colunas de dois grupos de intelectuais. No *Correio da Manhã*, o médico, deputado republicano e opositor de Campos Sales e de seu sucessor Rodrigues Alves, Bricio Filho. Na *Gazeta de Notícias*, os médicos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, republicanos e apoiadores da microbiologia e, assim, da ciência autorizada pelo Estado. Em ambos os casos, verificamos um esforço de divulgar a ciência por parte desses agentes isto é, fica clara a intenção desses grupos de se fazer chegar ao público não especializado esclarecimentos sobre a vacinação e a vacina, isto, é, informações sobre a segurança do método, a origem da linfa e a validade da imunização.

Em certa medida, essa comunicação da ciência para um público amplo e não especialista buscava responder a anseios e dúvidas da população, o que nos leva a apontar para uma mediação de mão dupla. Em outras palavras, esses agentes mediadores, em alguma medida, perceberam que o desenvolvimento da ciência não era um processo natural sem intervenção humana. Pelo

contrário, o público precisava ser ouvido, ainda que essa consciência fosse restrita a uma busca por “traduzir” aspectos da vacina e da vacinação. Logo, nesse conflituoso momento de debates sobre a aprovação de uma lei que tornava obrigatória a vacinação, o público passa a ser considerado por esses intelectuais como uma parte do empreendimento científico<sup>3</sup>.

O interesse por estudar uma temática multidisciplinar, que reúne tanto um olhar da História Social, como também da História do Jornalismo e da Divulgação Científica, tem ligação direta com a minha trajetória acadêmica e profissional. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em História, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), enquanto graduanda me dediquei à pesquisa na área de História do Jornalismo para a realização de trabalho de conclusão dos dois cursos de graduação.

Posteriormente, minha trajetória profissional como Analista de Comunicação na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e, mais recentemente, na Academia Brasileira de Ciências (ABC) fez com que eu me aproximasse da divulgação científica. Foi assim que surgiu o interesse por tornar esse campo um objeto de estudo acadêmico no âmbito do mestrado.

A consulta a fontes referenciais que tratam da Revolta da Vacina (Sevcenko, 1984; Carvalho, 1987; Castro-Santos, 1987; Chalhoub, 1996; Benchimol, 2000; Hochman, 2012) nos aponta para algumas causas que teriam provocado o levante da população em novembro de 1904. A primeira destas razões, destacadas aqui por ordem de interesse da pesquisa, é a imposição de regulamentos draconianos para implementar a obrigatoriedade da vacinação e a campanha contra a febre amarela e a peste em estilo militar (HOCHMAN, 2012: 96).

Todas essas ações faziam parte do escopo do primeiro Código Sanitário Nacional, instituído em março daquele mesmo ano pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), tendo Oswaldo Cruz em seu comando e contando com o aval do presidente Rodrigues Alves (CASTRO-SANTOS, 1987: 104<sup>4</sup>). Não demorou muito para que o novo código passasse a ser

---

<sup>3</sup>Ver BENSUADE-VINCENT, B. A genealogy of the increasing gap between science and the public. *Journal Public Understanding of Science*, 2001. Disponível em: <http://pus.sagepub.com/cgi/content/abstract/10/1/99>. Acessado em 30 de julho de 2017.

<sup>4</sup>*Tradução nossa do original:* “In March 1903 Alves invited Dr. Oswaldo Cruz to take the post of director of the national Department of Public Health. This young medical doctor, educated at the Rio Medical School and trained in microbiology at the Pasteur Institute in Paris, soon became the leading “actor” in the history of Brazilian public health. Fighting on the political and administrative fronts, Cruz launched a major sanitary campaign in Rio. (...) In



popularmente chamado pela imprensa, deputados e intelectuais contrários à medida como “Código de Torturas”.

Um outro pano de fundo que teria mobilizado as inquietações das populações mais pobres e moradoras do Centro da Capital Federal era o projeto, já em curso, de reforma do espaço urbano. Ele incluía, entre outras diversas medidas sanitárias, a derrubada de cortiços pela cidade, sendo o Cabeça de Porco, demolido ainda em 1892, um dos mais notórios casos de demolição.

Há de se considerar, também, conforme aponta a bibliografia referencial sobre o tema, que a agitação nas ruas foi promovida por diversos grupos “frustrados” pela expectativa inicial despertada pela República, conforme assinala José Murilo de Carvalho (1987), e identificados por Jaime Benchimol como “integrantes do Apostolado Positivista, oficiais descontentes do exército, monarquistas e líderes operários”. Esses teriam se aglutinado na Liga contra a Vacina Obrigatória (BENCHIMOL, 2000: 276) e tentado realizar um golpe ao governo de Rodrigues Alves.

Diante desse complexo mosaico de interesses que envolveram o levante da Revolta da Vacina, meu olhar se voltou para a população e para o movimento de contestação das ações reformadoras sanitaristas. Tais ações se resumem não só na atuação do Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela – estruturado sobre bases militares e que utilizou instrumentos legais de coação, personificados na figura dos “mata-mosquitos”, que percorriam as ruas neutralizando depósitos de larvas – como também na vacinação obrigatória antivariólica, aprovada pelo Senado e Câmara dos Deputados, sancionada pela presidência sob a forma de lei em 31 de outubro e cuja regulamentação pelo Governo Federal veio a público no dia 9 de novembro do mesmo ano.

Cabe apontar que esse conjunto de ações fazia parte do esforço do governo de reduzir o “enorme obituário” causado pelas epidemias de febre amarela, peste e varíola que não só ameaçavam o Brasil e a Capital Federal, como também “desorganizavam a economia nacional e manchavam a imagem da cidade e do país” (HOCHMAN, 2012: 93).

Em função da extensão e pluralidade das ações que visavam sanear o Rio de Janeiro, precisamos tornar o foco de estudo ainda mais específico. Por isso, nos concentramos na vacina e sua utilização social. Isto é, nas reações ao projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação e

---

March 1904 Alves gave much need legal basis for his sanitation campaign by issuing a decree that announced the first National Sanitary Code”.

revacinação contra a varíola em toda a República e que ganhou repercussão pública, por entre outros meios, através dos jornais.

Ressalta-se que, ao nos confrontarmos com um tema tão visitado pela historiografia recente, propomos realizar uma nova leitura desse movimento histórico. Procuramos estabelecer, para isso, um olhar diferenciado sobre a Revolta da Vacina. Objetivamos enxergar na resistência à vacinação as redes de aceitação, oposição e circulação de ideias, que estão inseridas em um contexto sociocultural, moral e político específico, que, por sua vez, propiciaram a mobilização consciente da população contra um artefato científico. É dentro dessa teia de ideias que os jornais ganham o status de protagonistas, em função de seu poder de publicização e de fazer chegar ideias a públicos não especializados em ciência.

Sob essa perspectiva, a resistência antivacinal passa a ser considerada como um movimento de reação social, política e cultural, conforme aponta Anne Marie Moulin:

A resistência antivacinal, considerada freqüentemente como um anacronismo na era do progresso, adquire retrospectivamente uma perspectiva diferente. Ela é a reação a um procedimento médico aplicado por diferentes categorias de atores para alcançar seus objetivos: o prestígio da corporação médica, o controle administrativo e sanitário das populações flutuantes. Ela é também uma resposta a um procedimento médico que pode ser falível ou incompletamente validado, inoportunamente aplicado, e não raro mal explicado e comentado (MOULIN, 2003: 503).

A relação com a cura e a manipulação do corpo, a confiança na medicina e na ciência como instituições de credibilidade, o direito coletivo e individual e a relação com a própria vida e a morte: todos esses aspectos fazem parte da lente pela qual procuramos analisar esse movimento histórico.

Pretendemos, assim, desvendar nesta pesquisa a interligação do científico com o social e o papel dos jornais como mediadores/produtores de uma cultura científica junto à sociedade, e da própria cidadania de uma nação em plena construção. Os homens que escrevem nos jornais são compreendidos, dessa maneira, como sujeitos históricos e atores políticos, cujas ideias e ações têm o poder de interferir nos rumos da sociedade, seja para o bem ou para o mal.

Em outras palavras, enxergamos aqueles que escreviam na imprensa como um tipo específico de intelectual. Por estarem ligados a um meio de intensa sociabilidade como o do jornal, esses agentes ao transmitirem uma mensagem ou produto cultural acrescentam ou transformam criativamente a mensagem no ato de mediá-la e de levá-la para públicos mais

amplios. Todo esse trabalho pressupõe também um engajamento social, seja como testemunhas dos fatos e acontecimentos, seja como atores assinando e reforçando manifestos.

Por isso, identificamos os jornalistas e colaboradores do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias* como “intelectuais-mediadores”, segundo expressão de Jean- François Sirinelli (2003). Conforme nos aponta Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansem (2016):

(...) o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideais, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (*Ibidem*: 18).

Esses intelectuais são, assim, vistos e tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política, com reconhecimento variável na vida social. Um reconhecimento que está ligado ao cargo que ocupam em instituições, associações ou organizações políticas, bem como à sua própria rede de sociabilidade, de onde protagonizam projetos de mediação cultural de significativo impacto político.

É dentro desta perspectiva que localizamos o grupo de médicos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, que assina colunas que vulgarizam a vacina na *Gazeta de Notícias*, por exemplo. Egressos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Academia Nacional de Medicina, esse grupo era composto por renomados médicos, tais como Antônio Fernandes Figueira, que dirigiu a enfermaria de doenças infecciosas de crianças no Hospital São Sebastião do Rio de Janeiro e a Policlínica das Crianças na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro no início do século XX; Miguel Pereira, professor de Patologia Médica e de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe de Serviço da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; Oscar Rodrigues Alves, assistente da cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e Werneck Machado diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro em 1900<sup>5</sup>.

Já no *Correio da Manhã*, tem-se o médico cirurgião, egresso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e deputado federal republicano, Jaime Pombo Bricio Filho. Apoiador do governo de marechal Floriano Peixoto (1891-1894), que assumiu a presidência da República depois da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, Bricio Filho fez oposição ao governo do

---

<sup>5</sup> Fonte: Academia Nacional de Medicina. Disponível em <http://anm.org.br>. Acessado em 30 de junho de 2018.

presidente Campos Sales (1898-1902) e a seu sucessor Rodrigues Alves, conforme denota a análise das colunas que escreveu no *Correio da Manhã*.

Ao falar sobre o projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação e revacinação contra a varíola, bem como a respeito da segurança e assertividade do método científico, esses articulistas do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Noticias* além de comunicadores se constituíam como “vulgarizadores da ciência”. Isto porque, eles assumiram a posição de elo de ligação entre ciência e público, pois tinham como uma de suas ações a intenção de explicar, de forma simples e concreta a não especialistas, o que era a vacina, como fora descoberta, quem era o seu inventor (Jenner), como a linfa agia no corpo do doente, como a doença (a varíola) se manifestava, o quanto matava e como as principais nações europeias lidavam com a doença e sua promessa de proteção: a vacina.

Nesta ação de popularizar a vacina, esses intelectuais-mediadores e vulgarizadores da ciência colocavam no papel suas posições pessoais, políticas e ideológicas a respeito da questão. Isto é, as críticas à medicina experimental baseada na microbiologia e adotada pelo Estado misturam-se à oposição à República, ao próprio Governo e a seus líderes. Essa perspectiva torna clara para nós a posição de não neutralidade dos intelectuais-mediadores. Ao apoiar a ciência autorizada pelo Estado ou criticá-la, esses agentes buscavam garantir adeptos a seus projetos de governo e de sociedade.

Dentro dessa visão, compreendemos que a própria ação de vulgarização científica<sup>6</sup> feita por esses jornais também estava carregada de parcialidade. Os discursos sobre a “verdadeira ciência”, aquela que seria identificada como legítima pelo Estado, estão imersos em tensões ideológicas próprias do momento. No segundo quartel do século XIX, assiste-se à penetração de determinadas doutrinas filosóficas, que implicaram no processo de institucionalização de algumas áreas, inclusive da ciência no Brasil.

Soma-se a isso, a promoção de um novo modelo de cultura científica, baseado na medicina experimental (aquela trabalhada no espaço do laboratório) e biologicista, e que passou a conquistar principalmente a geração de médicos mais jovens. Este novo modelo acreditava na cura absoluta de toda e qualquer doença. Além disso, ao mesmo tempo que privilegiava as teorias

---

<sup>6</sup>É importante frisar que o termo “vulgarização da ciência” vem de uma denominação francesa e está ligado ao movimento de emergência de uma “comunicação de massa sobre a ciência” que ocorreu ao longo do século XIX, conforme identifica Bensaude-Vincent (2001: 103). Ressalta-se ainda que em função da grande influência francesa na cultura brasileira, o termo “vulgarização” foi usado no Brasil em várias publicações do século XIX e início do XX (MASSARANI, 1998 :15)

parasitológicas e bacteriológicas, sustentadas pelas ideias de Pasteur, desacreditava o modelo clínico e climato-telúrico, que sustentava que as doenças eram provocadas pelas condições atmosféricas e do solo (EDLER, 1996). Todo esse conjunto de doutrinas e novos modelos de cultura científica compõem um rico caldo cultural que assume posição de destaque nos debates dos jornais a respeito da vacinação no Brasil.

É válido destacar ainda que os homens que escrevem na imprensa são identificados nesta pesquisa também como “homens duplos”, na acepção de Christophe Charle (1992)<sup>7</sup>. Isso porque, eles se localizam entre os produtores do conhecimento e o público, a que esse conhecimento/mensagem pretende atingir. Dessa maneira, do lado do público, eles são vistos como agentes que dão voz a tendências que emergem da cultura popular ou da baixa cultura. Já para os produtores, tais homens são tidos como aqueles que sugerem e indicam para o público o que é (ou deveria ser) aceitável do ponto de vista da alta cultura (erudita).

Assim, ao apresentar ao público argumentos que defendem a segurança da vacina e a validade da linfa, a *Gazeta de Notícias* coloca do lado dos “produtores”, daqueles que querem fazer chegar a um público amplo o conhecimento sobre a ciência autorizada pelo Estado. Ao mesmo tempo, ao veicular manifestos e abaixo-assinados de entidades contrárias à vacinação contra a varíola, o *Correio da Manhã* dá voz a mensagens oriundas dos integrantes da cultura popular.

É importante situar o leitor para o contexto histórico específico da vacina antivariólica. Ela chegou ao Brasil em 1804. Ao longo de um século, o Estado tentou impor a vacinação por meio de medidas legais ou administrativas ao menos quatro vezes. Apesar da obrigatoriedade e das ações para fazer valer as regras, a imposição da vacinação à população não foi plenamente adotada pela sociedade. Assim, a obrigatoriedade foi novamente apresentada em 1904 como solução para dar fim às constantes epidemias que assolavam os principais centros urbanos.

Chalhoub nos mostra que só em 1904, o Governo atingiu o melhor resultado em um século de serviço de vacinação. Foram 108,09 pessoas vacinadas por mil habitantes no ano da revolta. “Ou seja, o motim ocorreu quando o serviço estava vacinando pessoas como nunca conseguira antes”, conclui Chalhoub (1996: 179). Este dado nos revela a contradição existente no

---

<sup>7</sup>CHRISTOPHE, Charle. Le temps des hommes doublés. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, v. 39, n. 1, jan-fev-mar, 1992. Pour une histoire culturelle du contemporain. pp. 73-85. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/rhmc\\_0048-8003\\_1992\\_num\\_39\\_1\\_1621](https://www.persee.fr/doc/rhmc_0048-8003_1992_num_39_1_1621). Acessado em 30 de junho de 2018.

período. Se de um lado tem-se a maior efetividade da ciência junto à sociedade, do outro ela se afirma de maneira violenta e impositiva. Do ponto de vista da mediação científica, observa-se uma ausência de diálogo, de troca de mão dupla, entre Estado e sociedade, visto que para fazer valer a vacina o Estado lança mão da coação e não da persuasão.

O marco inicial das medidas legais para impor a vacinação antivariólica é o ano de 1832<sup>8</sup>. Nesta data, por meio da criação do Código de Posturas, estabeleceu-se pela primeira vez no Brasil a obrigatoriedade da vacina, passível de multa àqueles que não a cumprissem. Segundo o código, deveriam ser vacinadas crianças de até um ano de idade. Depois de 1832, a obrigatoriedade aparece, novamente, em 1846, quando da criação do Instituto Vacínico do Império. A mesma legislação que criava o instituto definia, mais uma vez, a obrigatoriedade da vacinação a crianças de até três meses e a grupos determinados, como pessoas que fossem admitidas no Exército ou na Armada (Marinha).

Em meados de 1870, ao assumir a direção do serviço de vacinação, o barão do Lavradio altera as regras para vacinação e, assim, as crianças passam a ser vacinadas entre quatro meses e um ano de idade, e precisam ser revacinadas entre os doze e os quinze anos. Quanto aos adultos, ninguém poderia ter emprego público ou ingressar em estabelecimentos de ensino secundário ou superior, público ou particular, sem fornecer comprovante de que fora vacinado.

Por fim, em 1889, um novo decreto impõe, novamente, a obrigatoriedade da vacinação antivariólica, mas apenas para crianças de até 6 meses. Em 1894, uma medida autorizava o prefeito municipal a aceitar a proposta do doutor Pedro Affonso Franco, que previa a construção com seus próprios recursos de um prédio para o Instituto Vacínico Municipal. Este teria como função produzir a vacina e expandir a prevenção à toda a população.

Se hoje a imunização por meio da vacinação é algo quase corriqueiro para algumas populações, cabe ressaltar que nem sempre foi assim. Por trás da naturalização das campanhas de imunização, há um complexo processo que foi da resistência à aceitabilidade, conforme ressalta Anne Marie Moulin (2003). Um processo que caminhou, lado a lado, com a institucionalização da ciência no Brasil, com o aumento da confiança por parte da população nos instrumentos científicos de combate às epidemias e da própria medicina; bem como com uma mudança de estratégias de comunicação por parte do governo.

---

<sup>8</sup>Em FERNANDES, Tania M. Vacina Antivariólica - Ciência, Tecnologia e o poder dos Homens, 1808-1920. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, pp. 33-36.

Como aponta Hochman em artigo sobre a “cultura da imunização” no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, para se obter a motivação da comunidade, convocava-se as pessoas para se vacinar por meio de anúncios em jornais, alto-falantes e cartazes, filmes em escolas. Mas a principal estratégia era “a vacinação em público de autoridades, líderes políticos, artistas e esportistas, o que tinha repercussão na imprensa e na população convocada a se vacinar voluntariamente” (HOCHMAN, 2011: 382).

Até hoje, os meios de comunicação de massa são utilizados como mecanismos de informação e, também, de persuasão da população sobre a importância da ciência, da medicina e de seus tratamentos, tais como os medicamentos e a própria vacinação. Na década de 1990, a socióloga Dorothy Nelkin já argumentava que “para a maior parte das pessoas, a realidade da ciência é o que elas leem na imprensa”. Segundo ela,

As pessoas compreendem a ciência menos pela experiência direta ou pela educação que tiveram do que por meio do filtro da linguagem e das imagens jornalísticas. A mídia é o único contato que elas têm com o que está acontecendo nos campos científicos e tecnológicos, que estão em rápida modificação, bem como uma fonte central de informações sobre as implicações dessas mudanças para suas vidas (NELKIN *apud* ROGERS, 2005: 49).

Numa época em que dispomos de múltiplos meios de informação e comunicação, os jornais impressos ainda carregam uma forte influência sobre a formação do pensamento crítico de uma sociedade. Imaginemos, então, num período em que eles dominavam a comunicação de massa.

Cabe ressaltar que o rádio só surgiu no Brasil em 1922 e começou a operar somente em 1923, por meio da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Roquette-Pinto e Henrique Morize. Diante disso, consegue-se compreender a importância dos jornais como meios de difusão do conhecimento e, especificamente, da ciência.

Voltando ao início do século XX, Sidney Chalhoub (1996) nos mostra que, embora a vacinação contra a varíola não fosse inédita no Brasil (existindo desde 1804) e também a sua obrigatoriedade (que valia desde 1832 para as crianças), a desconfiança sobre a vacinação se mantinha ainda forte no início do século XX. Segundo tese defendida pelo autor, a partir de 1899 o que se viu na Capital Federal foi um fortalecimento de ações de vacinação domiciliar que, para Chalhoub, podem ter auxiliado em muito na exaltação dos ânimos que levou à Revolta da Vacina. “É possível que a população nos meses anteriores a novembro de 1904 estivesse vivenciando uma espécie de lei não-declarada de vacinação obrigatória” (CHALHOUB, 1996: 162).

A análise de Gilberto Hochman (2012) reforça a afirmação de Chalhoub e nos dá um panorama ainda mais complexo do que foi o cenário em que houve a reativação da obrigatoriedade da vacina. De acordo com o historiador, não só nos meses anteriores à Revolta da Vacina, mas antes disso, desde o ano de 1902 e durante toda a presidência de Rodrigues Alves, foram realizadas grandes modificações nos serviços de saúde pública. Essas modificações tinham por atribuição principal reduzir as mortes causadas pelas epidemias de febre amarela, peste e varíola.

Entre as ações estabelecidas, destaca-se a ampliação da atuação do Governo Federal na Capital da República. O que, nas palavras de Hochman, deu fim à separação administrativa entre ações defensivas e agressivas em saúde pública, além de aumentar a capacidade de o Governo Federal regular assuntos de saúde pública e higiene da população.

Conforme salienta o autor sobre esse momento, destacam-se três fases: a primeira em 1902, quando da imposição da notificação compulsória de doenças como tifo, cólera, febre amarela, peste, varíola, difteria, febre tifoide, tuberculose e lepra, por meio do enquadramento no código penal daqueles que não cumprissem essa determinação.

A segunda fase, a instauração de uma justiça sanitária com competência para atuar em ações e processos civis e criminais em saúde e salubridade pública, referente à execução das leis e regulamentos sanitários, além de garantir a ação das autoridades sanitárias. E, por último, a aprovação da lei de vacinação obrigatória contra a varíola em todo o país (Lei nº 1.261, 31-10-1904), cujo projeto de regulamentação levou à Revolta da Vacina (HOCHMAN, 2012: 95).

Para Hochman, o Poder Público procurou se constituir por meio da ampliação da sua capacidade de ação coercitiva, contrapondo-se à liberdade individual e ao direito de propriedade da população (HOCHMAN, 2012: 97). Essa política de intervenção social promovida pelo Estado, pautada no regime autoritário e na ausência de representatividade em função de uma não realização plena da cidadania, contou com uma forte adesão dos “intelectuais-cientistas”, conforme assinala Micael Herschmann (1996: 19).

De acordo com o autor, imbuídos de uma retórica baseada na valorização crescente da ciência e na penetração de certas doutrinas filosóficas, como o Positivismo e o Naturalismo, esses “intelectuais-cientistas”, ou apenas, “homens de ciência”, alcançaram rapidamente o prestígio que os levou às esferas do poder. Ao pregarem a necessidade urgente de “salvar a nação” e posicionando-se como “missionários” e únicos capazes de recuperar a sociedade, os “intelectuais-



cientistas” encontraram terreno fértil nas necessidades do Estado republicano e da camada dominante de ordenar a nação, tornando o Brasil civilizado, isto é, em sintonia com a nova ordem mundial capitalista, pautada nas relações agroexportadoras com a Europa e na industrialização incipiente (*Ibidem*: 13). É assim que eles se aliam ao Estado nesse grande projeto civilizatório.

Nesse sentido, a atuação dos profissionais, não só da medicina mas também da educação e da engenharia, foi cada vez mais sendo encarada como fundamental pela elite dirigente. Em um contexto de mudanças rápidas como o da virada para o século XX, em que se procurava transformar o país, tendo como “dogma” a ciência, a técnica e como modelo de cidade e de sociedade a Europa (e, posteriormente os EUA), os intelectuais-cientistas apresentavam-se como aqueles que ofereciam um novo “instrumental” que garantiria o passaporte em direção ao “mundo civilizado” (HERSCHMANN: 24).

Esses “homens de ciência” são identificados por Margarida de Souza Neves como engenheiros e higienistas, que atuaram na Primeira República e que são vistos como agentes modernizadores do país.

Esse grupo amplo e diversificado, é, por antonomásia, representado pela equipe do prefeito Pereira Passos formada pelos engenheiros Francisco Bicalho, Lauro Muller e Paulo de Frontin e pelo médico Oswaldo Cruz, aos quais Luiz Edmundo, um dos cronistas da cidade chama de ‘*Titãs*’ (Edmundo, 1938, p.47), porque sua ciência foi capaz de transformar ‘*a cidade bárbara em metrópole digna da civilização ocidental*’ (NEVES: 34).

Para Herschmann, os “homens de ciência” ofereceram aos dirigentes do Estado um “saber pragmático” e legitimador de uma nova hierarquia social pautado em intervenções na esfera pública e privada. Ao mesmo tempo, o Estado era para os “homens de ciência” a única forma de viabilizar as melhorias pretendidas, pois este reunia condições, legitimidade e recursos para implementar as mudanças radicais.

Outro dado salientado pelo autor e que nos auxilia na compreensão sobre os meses que antecederam à Revolta da Vacina é o fato desses “intelectuais-cientistas” terem ocupado os meios de comunicação da época com artigos, demonstrações, relatórios e conferências, havendo, assim, um movimento de aproximação deles do ambiente literário e também do jornalismo, visto que os periódicos se constituíam na época como espaços de atuação dos literatos e intelectuais, conforme nos aponta Marialva Barbosa (2010). Herschmann destaca que vários “intelectuais-cientistas”, tais como Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Aloysio de Castro e o próprio Oswaldo

Cruz tornaram-se membros da Academia Brasileira de Letras. Esse aspecto nos dá, por exemplo, a dimensão da influência que seus discursos e ideais chegaram à sociedade.

Tendo este norte como análise para o momento histórico, buscamos nesta pesquisa identificar nas edições do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias* de que maneira as ideias a respeito da ciência, mais especificamente, sobre a varíola, a vacina em si e as ações de imunização, eram apresentadas à população. Um público que, no geral, era pouco iniciado no debate científico da época e que pode ter se sentido, de alguma maneira, acuado e desrespeitado em sua liberdade individual com as medidas impostas pelo governo.

Usamos o termo “desrespeitado”, pois, segundo nos aponta Hochman (2012), no início do século XX, quando a questão sanitária passou a ocupar um lugar central na agenda pública do Governo Federal, “a consciência da interdependência sanitária encontrava-se pouco difundida socialmente, e restrita aos círculos médicos e higienistas” (HOCHMAN, 2012: 96). Em outras palavras, não existia uma ampla consciência de que era preciso ações para proteger a todos, ou melhor, para impedir que um mal que acometia uma pessoa fosse propagado a outros.

Cabe ressaltar que essa “consciência restrita” não era, no entanto, exclusiva das populações mais pobres e/ou analfabetas. Conforme mostra Hochman, mesmo entre médicos e higienistas, “havia os que mantinham uma concepção pré-bacteriológica (baseada na teoria dos miasmas) sobre a difusão da doença” (2013: 96). Soma-se a isso o fato de as ações dos agentes do serviço sanitário, dirigidas por Oswaldo Cruz então à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), terem um caráter bastante autoritário e de coerção, aspecto já citado anteriormente.

Outro ponto de vista que precisa ser enfatizado para a completa reflexão proposta nesta pesquisa é aquele que compreende o processo pelo qual os indivíduos recebem as mensagens e as codificam. Conforme nos lembram Singer e Endreny (*apud* ROGERS, 2005), “as pessoas usam os meios de comunicação de massa, juntamente com suas experiências pessoais e as comunicações interpessoais, para formar suas percepções a respeito de riscos”.

Tendo esse aspecto em mente, procuramos analisar como, defronte a um recurso científico que, embora não fosse inédito, estava envolto em dúvidas e controvérsias, a imprensa promoveu a “vulgarização” desse artefato científico. Em outras palavras, buscamos verificar as diversas relações entre público e ciência, identificando, assim, de que forma a imprensa cumpria o papel de comunicar conteúdos científicos a um público não especializado.

Destaca-se que a perspectiva da divulgação científica no Brasil nos anos iniciais da Primeira República em muito se diferencia daquela discutida nos dias de hoje. Compreende-se que, da mesma forma como aconteceu ao longo do século XIX, nos anos iniciais do século XX a divulgação da ciência tinha o propósito de promover os grandes feitos dos cientistas e educar o povo. O divulgador da ciência era aquele que traduzia o conhecimento científico em uma linguagem de fácil compreensão para uma audiência vista como leiga e passiva, como ressaltam a historiadora Moema Vergara (2010: 139) e Bensaude-Vincent (2001: 103<sup>9</sup>). Em outras palavras, de maneira geral, a comunicação com o público não se estabelecia de forma dialógica, não se considerando assim a cultura popular e as redes de aceitação e resistência do conhecimento científico, conforme visão compartilhada nos dias atuais pelos defensores do engajamento público com a ciência<sup>10</sup>.

No Brasil, observa-se que, ao final do século XIX, especialmente a partir dos anos de 1870 e 1880, houve uma “multiplicação da presença das temáticas ligadas ao conhecimento das ciências nos diferentes artefatos e produções da cultura urbana” (KODAMA, 2017: 3). Livros, revistas, conferências públicas, cursos públicos, aulas noturnas levavam a ciência para um público amplo. Moreira e Massarani (2002: 45-46) destacam a existência de um crescimento acentuado na criação de periódicos relacionados à ciência, a partir de 1860, com ápice em 1875.

Além dos periódicos, a segunda metade do século XIX, especificamente em 1873, assiste à criação e desenvolvimento de uma das atividades de vulgarização da ciência mais significativas da história brasileira e que duraria 20 anos: as *Conferências Populares da Glória*, segundo aponta Luisa Massarani (1998: 39-40).

Apesar das iniciativas de se fazer uma ciência ao alcance de todos, as investigações acadêmicas apontam que o diálogo entre ciência e público no Brasil dos anos iniciais do século XX contemplava mais as camadas letradas. Conforme ressalta a antropóloga Regina Abreu:

Não são poucos os autores que informam que no Brasil republicano, pelo contrário, havia um desejo de ignorância por parte das elites com relação às camadas populares. Essas representavam o atraso e mais um sem-fim de traços de selvageria e barbárie que era preciso superar para atingir o progresso e a civilização igualando o Brasil aos países modernos do Ocidente. É preciso dizer que esse desejo de ignorância não era apanágio apenas das elites socioeconômicas ou políticas. Muitos de nossos mais notáveis intelectuais

<sup>9</sup>Tradução nossa do original: “The mass consumption of science in the nineteenth century was part of the global process of the emergence of mass consumerism”.

<sup>10</sup>STILGOE, Jack; LOCK, Simon. J; WILSDON, James. Why should we promote public engagement with science? *Public Understanding of Science*, vol. 23, nº. 1, jan.2014, pp. 4-15.

faziam questão de não querer ver ou de não se importar com as camadas populares (ABREU, 2010: 246).

Assim, quando se está diante de um público de maioria analfabeta, composto mais por ouvintes de jornais do que por leitores, como os do início do século XX, torna-se estratégico entender o papel social da mídia como divulgador de certezas e controvérsias por trás das descobertas nas áreas da ciência. Os jornais ganham, dessa forma, um outro *status*. Eles são aqui compreendidos como uma instituição, detentora de uma função social que, além de informar, colabora para a formação de opiniões e visões de mundo sobre a sociedade e, assim, sobre a própria ciência.

Entende-se ainda que o jornal, naquele período, ajudou na construção de uma nova cidadania, que nasce na rua por meio dos debates públicos que se estabelecem em lugares de sociabilidade. Maria Tereza Chaves de Mello (2007: 12) nos aponta que, já na década de 1880, a cidade do Rio de Janeiro viu ampliar o espaço público e a rua passou a abrigar acontecimentos econômicos, políticos e sociais que ganharam importância pela oportunidade de sua apreciação pela opinião pública. As discussões que antes eram realizadas em círculos fechados, ganham eco e chegam ao homem comum.

No entendimento de Maria Tereza, essa ligação da política com o homem comum só foi permitida por meio da expansão da circulação de jornais, revistas e livros ainda no final da Monarquia, bem como dos espaços de sociabilidade e do crescimento das camadas médias letradas. Mas, em uma sociedade que ainda era constituída por uma maioria analfabeta, a oralidade teve peso determinante. Neste sentido, Maria Tereza, destaca a importância da Rua do Ouvidor. Era ali que se concentrava a grande imprensa – o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Notícias*, *O Paiz*, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* – e, por consequência, políticos, literatos, intelectuais e jornalistas.

A Rua do Ouvidor também concentrava as principais livrarias e editoras, os hotéis de destaque, restaurantes e, principalmente, os cafés e confeitarias, que “recolhiam, em burburinho, a vida elegante, boemia e literária da cidade” (MELLO, 2007: 57). É nesse ambiente, que surge com o nascimento da República, que se origina uma nova cidadania. Uma cidadania desenhada pela forte atuação política dos jornais e da rua, que, digamos, tornava público os debates sobre os caminhos e desafios que aquela nova nação deveria seguir. Cabe frisar que este período assiste a

um expressivo aumento da leitura, com o crescimento do mercado editorial e jornalístico, por meio da formação das primeiras “indústrias da informação” (BARBOSA, 2013: 199).

É dentro dessa perspectiva que se pode compreender de que forma os debates científicos acerca da vacinação e da varíola transpuseram as barreiras físicas do papel, ganhando materialidade na rua e na boca do homem comum. É a imprensa que faz ecoar os debates e ajuda a formar a cultura científica e essa nova cidadania em construção.

Assinala-se que pesquisas previamente realizadas no Banco de Dados de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) com as palavras-chave “jornalismo”, “jornalismo científico”, “ciência” e “Primeira República” reforçaram uma constatação já apresentada por estudiosos do campo da História Social: a existência de questões pouco exploradas quando se pensa a respeito do lugar das ciências na historiografia sobre a República, bem como as ciências e os projetos e as concepções do Brasil no mesmo período (HEIZER; VIDEIRA, 2010: 7).

Logo, é por meio da análise de periódicos da grande imprensa, que circulavam nos anos iniciais da República – sendo o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* os escolhidos –, que procuramos pensar as práticas de popularização da ciência e da vacinação: seus atores sociais – ou melhor, seus intelectuais-mediadores ou mediadores-culturais, segundo termo de Jean-François Sirinelli (2003: 242) – e as formas de diálogo com o público.

A análise das edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* pôde nos trazer uma rica perspectiva sobre como se deu as práticas de popularização da ciência e da saúde nos anos iniciais da Primeira República. Mais especificamente, como a grande imprensa promovia a “vulgarização” científica, tendo como objeto de tema a vacina e o ato de vacinar. Um artefato científico que, embora não fosse inédito, estava envolto em um novo modelo de cultura científica, baseado na ciência experimental e na microbiologia, que ainda gerava muitas dúvidas e controvérsias. Inseguranças que permearam a cabeça de especialistas e não especialistas.

É válido esclarecer de antemão que as duas principais instituições no país responsáveis pela formação de alguns desses “intelectuais-cientistas”, que conduziram a “missão” de sanear os principais centros urbanos do país, eram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com grande tradição clínica e influência francesa, e a Bahia, que “ingressou mais facilmente no campo experimental (patologia e bacteriologia) e tinha como orientação as teses alemãs e italianas (HERSCHMANN, 1996: 17). Esse dado nos ajuda a melhor compreender o que estava por trás

dos intensos debates que se estabeleceram nos periódicos estudados de 1904. Muito além da contestação a respeito da segurança da vacinação, se contestava um modelo de ciência tido como “verdadeiro” e soberano.

A tensão entre os “modelos de ciência” fica clara pelas vozes de jornalistas, parlamentares e médicos que escrevem na imprensa ou têm seus discursos reportados por esta. Este conflito geracional de cultura científica só foi desfeito, parcialmente, quando Oswaldo Cruz deu fim à epidemia de febre amarela na Capital Federal. Este feito é apontado pela historiografia sobre Saúde Pública como “a vitória da medicina experimental sobre a tradição retórica e clínica”, que dominava a Escola do Rio de Janeiro. Posteriormente, com a fundação do Instituto Soroterápico de Manguinhos, garantiu-se de vez a vitória da ciência experimental, conforme aponta Herschamnn (1996:17).

Do ponto de vista do campo da Divulgação Científica, a Revolta da Vacina marca uma derrota de Oswaldo Cruz e da ciência institucionalizada. Por sua incapacidade de estabelecer uma comunicação de mão dupla com a população, que considerasse o diálogo participativo e o respeito às suas tradições e vontades, o Governo viu a Revolta da Vacina surgir já nos dias que se seguiram à publicação do esboço do regulamento da Lei da Vacinação Obrigatória. Segundo Teresa Meade (1997: 2), na noite de 10 de novembro cerca de 5 mil pessoas – uma coalizão de civis e militares positivistas, sindicalistas e opositores políticos – se reuniram pacificamente no Largo de São Francisco de Paula para protestar contra a medida. Na manhã de 11 de novembro, o primeiro dia da vacinação obrigatória, os protestos estouraram (MEADE, 1997: 2)<sup>11</sup>, seguindo-se até o dia 18 de novembro (*Ibidem*: 103)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup>*Tradução nossa do original:*“On the night of November 10, 1904, as many as five thousand protesters gathered peacefully in the Largo de São Francisco de Paula, a traditional rallying point in downtown Rio de Janeiro. Although the organizers of the November 10 protest ( a loose coalition of civilian and military Positivists, socialist trade unionists, and opposition politicians) directed the crowd to disperse and to reassemble in the same location the next day, a few gangs of youths headed out to get a head start on stoning streetlights and overturning public transport vehicles. (...) On the morning of November 11, the first day of the government’s mandatory vaccination effort and the day organizers had called for total noncompliance with new law, protests erupted all over Rio de Janeiro”.

<sup>12</sup>*Tradução nossa do original:*“On the morning of November 11, the city erupted in protest; marches, rallies, and riots, which continued until November 18”.

## 2. A VULGARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E OS VULGARIZADORES NO BRASIL: CONCEITO E CENÁRIO INTELECTUAL

A “vulgarização” do conhecimento foi o termo comumente utilizado por escritores, cientistas, jornalistas e professores do século XIX no Brasil para designar a ação de levar temas ligados à ciência até públicos distintos, tais como trabalhadores, mulheres e crianças. Moema Vergara (2008: 140) destaca que “do século XIX até os anos de 1930, os cientistas e literatos utilizavam regularmente o termo vulgarização para designar o ato de comunicar ou de ‘traduzir’ a ciência para um público leigo”. Augusto Emílio Zaluar e o seu *Dr. Benignus* (1875), o primeiro livro de ficção científica no Brasil e com forte inspiração no escritor francês Flammarion, abrem esse delimitador temporal no Brasil. Já o médico Miguel Osório de Almeida, por meio de seu livro lançado em 1931 *A vulgarização do saber*, fecha o período em que o termo foi mais adotado.

É importante destacar, conforme observaram Luisa Massarani (1998) e Kaori Kodama (2017), que a influência do termo francês “vulgarisation scientifique” se mostrou de maneira mais presente no Brasil do que outras terminologias, como no caso inglês o “popularization of Science”. Enquanto prática de difusão do conhecimento científico baseada em uma ação pedagógica de tornar “público”, “vulgar”, a ciência dos acadêmicos e especialistas para um público amplo e não especializado, a vulgarização científica no Brasil tem seu tempo áureo localizado na segunda metade do século XIX.

No período, é identificado um intenso trabalho de escritores, jornalistas, professores, editores, desenhistas, tradutores, entre outros profissionais, que visava tornar a ciência ao alcance de todos os públicos. Somados aos impressos, fizeram parte desse movimento de vulgarização da ciência a criação de palestras e conferências públicas, as exposições mundiais, os museus de ciência e as conferências públicas. Por suas ações, esses agentes da vulgarização científica são também nomeados, segundo a expressão francesa, como vulgarizadores. Essas iniciativas de popularização da ciência no Brasil contaram com significativa resposta do público, que passou a consumir os “produtos da ciência”.

Do ponto de vista editorial, a partir de 1873, livros de Júlio Verne começam a ser traduzidos no Brasil pela editora Garnier. Obras do vulgarizador Louis Figuier, tais como *Os sábios ilustres* (1869), *As grandes invenções antigas e modernas* (1873) e *O homem*

*primitivo*(1883), também foram traduzidas, pelos vulgarizadores Augusto Emílio Zaluar, António Plácido da Costa e Manoel José Felgueiras (KODAMA, 2016: 42).

O mercado de jornais e revistas especializados em ciência também cresce a partir de 1860, com ápice em 1875, segundo Moreira e Massarani (2002: 45-46). Entre os principais títulos da época, destacam-se a *Revista Brasileira - Jornal de Sciencias, Letras e Artes*, criada em 1857 e dirigida pelo engenheiro e matemático Cândido Batista de Oliveira; a *Revista do Rio de Janeiro*, de 1876, que, segundo levantamento realizado por Moreira e Massarani, teve 21% dos seus artigos só sobre ciência; a revista *Sciencia Para o Povo*, de 1881, editada por Felix Ferreira; *O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos úteis*, editado por Augusto Zaluar, que circulou de 1877 até 1880; o periódico *Astronomia Pittoresca*, que de forma recorrente defendia que a publicação estava “ao alcance de todas as inteligências” (VERGARA, 2003: 59); a *Biblioteca do Povo e das Escolas*, publicação portuguesa que circulou no Brasil de 1880 até o início do século XX e que tratava de forma enciclopédica e pragmática de assuntos como história geral, geografia e astronomia, até higiene e medicina; e a *Revista do Observatório*, editada mensalmente pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro e que tinha em sua equipe editorial os renomados cientistas Luís Cruls e Henrique Morize.

A grande imprensa também cedeu lugar à ciência no século XIX. Moema Vergara identifica que o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro abrigou em suas páginas importantes polêmicas da comunidade científica brasileira entre o final do século XIX e o início do XX. O que, para a autora, configurou-se como uma contribuição da grande imprensa para o processo de vulgarização científica (VERGARA, 2003: 61). Essa mesma contribuição é vista na divulgação, por parte do *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Noticias* e *Diário do Rio de Janeiro*, dos horários e do resumo das palestras das *Conferências da Glória*, uma das mais significativas ações de vulgarização científica da história brasileira.

Iniciadas em 1873, as *Conferências* duraram 20 anos, segundo registra Luisa Massarani (1998: 39-40). Eram organizadas em salões de escolas públicas da freguesia da Glória pela Sociedade Promotora de Instrução e coordenadas pelo Conselheiro Manoel Francisco Correia, senador do Império. Os encontros versavam sobre assuntos variados, tais como teoria evolucionista de Darwin-Wallace, períodos glaciais, origem da Terra, responsabilidade médica, doenças, entre outros. Massarani assinala que o objetivo do Conselheiro Correia era “a instrução do povo”, por isso os encontros eram abertos a todos. Embora, acredita-se que a plateia era



formada, na sua maioria, por intelectuais: profissionais liberais, estudantes e até a família imperial, eventualmente.

Iniciativa parecida com a das *Conferências da Glória*, os *Cursos Públicos do Museu* foram realizados no Museu Nacional por quase 10 anos, a partir de 1876, e tiveram também como objetivo vulgarizar o conhecimento científico. As aulas eram ministradas por diretores e vice-diretores do museu, em especialidades como botânica, agricultura, zoologia, mineralogia, geologia e antropologia.

Outra iniciativa que ajuda a completar o quadro de efervescência intelectual no século XIX é a Exposição Nacional de 1861, uma preparação para a participação do país nas Exposições Universais, que ocorreram em 1862, 1867, 1873, 1876 e 1889. Alda Heizer (2009: 3) nos chama a atenção que alguns autores reconhecem nas Exposições Universais um dos “pilares de uma cultura de massa em emergência” e de uma mudança na relação entre ciência e público. Moreira e Massarani (2002: 48) reforçam essa perspectiva ao mencionar que as Exposições Universais constituíram-se em importantes elementos de difusão da ciência, mobilizando milhões de visitantes.

No entanto, todo esse movimento intenso de ações de vulgarização científica “sofrem redução significativa”, segundo defende Massarani (1998:48-49). De acordo com a autora, as conferências e cursos populares deixam de existir, o envolvimento de cientistas e professores com essas atividades decresce e o número de revistas e artigos referentes à divulgação científica diminui. Movimento similar teria acontecido no contexto internacional, de acordo com Massarani.

É curioso observar que naquele momento começavam a se espalhar novos resultados técnicos, como o telégrafo sem fio, o telefone, a iluminação elétrica e os raios X. No Rio de Janeiro, uma elite de engenheiros e politécnicos capitaneava transformações urbana profundas. Do ponto de vista da ciência, tocada pelas necessidades de saneamento da cidade, surgiria um marco importante: a institucionalização e a consolidação da pesquisa na área biomédica, traduzida na criação do Instituto de Manguinhos, hoje Fundação Oswaldo Cruz (MASSARANI, 1998: 48).

Cabe aqui fazermos um aparte para ressaltar que antes mesmo do Instituto de Manguinhos, criado em 1900, houve a fundação de outras importantes instituições de pesquisa que alteraram as bases dos saberes médicos brasileiros, como o Laboratório de Fisiologia Experimental, instalado em 1880 no prédio então ocupado pelo Museu Nacional. Esta foi uma das primeiras instituições a introduzir o método experimental europeu no Brasil. O método

implicava na produção e validação do conhecimento a partir de práticas laboratoriais, em contraposição à medicina clínica bacharelesca baseada no paradigma climato-telúrico, onde o diagnóstico e a terapêutica exigiam a identificação tanto de agentes ambientais (miasmas, temperatura, calor, umidade) quanto de hábitos sociais ‘anti-higiênicos’, desde banhos frios a bebidas alcoólicas, segundo aponta Dominichi Miranda de Sá (2006: 109). Soma-se à lista das instituições que precederam o Instituto de Manguinhos na adoção de uma “nova medicina científica” o Instituto Vacinogênico de São Paulo, para o desenvolvimento de vacinas (1892), o Instituto Bacteriológico (1893), e o Instituto Butantã (1889), centro para pesquisa de venenos e produção de antídotos.

Dito isso, retomamos o ponto de vista defendido por Massarani sobre a “ausência” de ações de vulgarização científica no início do século XX. Diferente do exposto pela autora, acreditamos que a grande imprensa pode ter passado a ocupar o lugar deixado pelas ações dedicadas à “vulgarização” da ciência. À medida que os temas científicos passam a dominar a vida em sociedade, como no caso dos debates sobre a medicina experimental, a epidemia de varíola e a vacinação, os jornais abrem espaço para falar sobre os novos feitos, como também para esclarecer ao público não especializado de que forma a ciência irá impactar em suas vidas.

É assim que podemos compreender a grande reportagem produzida pela *Gazeta de Notícias* no dia 8 de agosto de 1904 sobre o Instituto Vacínico do Rio de Janeiro e no dia 14 de agosto sobre o Hospital São Sebastião, centro de cuidado dos doentes acometidos pela varíola. No primeiro caso, o próprio jornal procura esclarecer a seus leitores o porquê da reportagem, que visava reforçar a legitimidade da ciência autorizada, aquela sustentada pelo Estado e baseada na microbiologia e medicina experimental. Busca-se, assim, garantir adesão ao projeto nacional de saneamento e reforma urbana:

A visita da imprensa teve mesmo por fim provar que a vaccina preparada no Instituto é a mais pura e a sua applicação feita com o maior escrúpulo e garantia. E foi effectivamente isso o que verificaram os representantes dos jornaes. O sr. barão de Pedro Affonso, aliás, tem o maior empenho em tornar acreditado o estabelecimento que dirige e soube rodear-se de um pessoal clinico que allia a competencia ao amor da profissão (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 de agosto de 1904) (*sic*).

No esforço de obter adesão junto aos leitores ao projeto de ciência institucional, a *Gazeta de Notícias* em edição anterior, de 4 de agosto, traz um argumento de autoridade: as reações positivas do contra-almirante e médico José Pereira Guimarães, inspetor de Saúde Naval, em

visita ao Instituto Vacínico. Na nota, o jornal descreve passo a passo o processo de produção da vacina e procura a todo o momento reforçar junto ao público a segurança do método, seja do ponto de vista da desinfecção das lancetas a cada vacinado ou ainda da preparação do vitelo onde é feita a inoculação do vírus, até a distribuição da vacina. A ausência de sofrimento no método também é ressaltada. Todas essas questões são objeto de fortes críticas dos opositores da vacina e puderam ser observadas no jornal de oposição, o *Correio da Manhã*.

(...) essa vaccina, acolhida do vitello com os maiores cuidados de antisepticidade, é conservada com glicerina, que a expurga de elementos estranhos, sendo depois triturada em aparelhos esterelizados e recolhida aos tubos que são fechados a fogo nas extremidades pela fusão do vidro, o que exige elevada temperatura, que ainda mais accentua a esterelisação nesses pontos. Os dignos visitantes assistiram a colheita da vaccina dos vitellos e acompanharam as phases diversas da preparação até a conclusão do trabalho. Varias crianças foram vacenadas na occasião com a maior pericia e rapidez pelos vaccinadores do Instituto **sem que accusassem o menor sofrimento** (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1904) (*sic*)[*grifos nossos*].

Na mesma linha é a reportagem sobre o Hospital São Sebastião. Nele, o jornal esclarece que acompanhou a visita do médico do Instituto Pasteur, Émile Marchoux. A vinda ao Brasil de um especialista de instituição europeia de referência científica internacional vem novamente a reforçar as ações do Estado, e da ciência institucionalizada, na busca por ser vista como legítima junto à sociedade.

A impressão que sente, quem vai, pela primeira vez, a um tal estabelecimento é positivamente de surpresa. Quando se falla em variola a ideia que logo occorre é de uma cousa hedionda, repugnante, desagradavel. Pois bem, a nossa permanencia de alguns minutos na secretaria do hospital S. Sebastião foi dissipando essa impressão (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1904) (*sic*).

Além de procurar tranquilizar os leitores, transmitindo a imagem de que a medicina científica brasileira, baseada na “recém-chegada” ciência experimental, conta com uma infraestrutura segura de atendimento à população, o jornal defende, nas entrelinhas, que a epidemia de varíola acomete mais as pessoas que não se imunizam, do que aquelas que contam com alguma proteção possibilitada pela vacinação. Ao colocar a questão nesses termos, o periódico, mais uma vez, reforça a “verdade” da ciência autorizada. Para isso, o jornal apresenta o argumento do diretor do Hospital, Carlos Seidl.

Em relação ao valor da vaccina jenneriana n'esses 6.168 [pessoas com varíola que deram entrada no hospital], puderam-se tomar observações de 5.731, obtendo-se o seguinte: 4.125 nunca tinham sido vaccinados. 992 - haviam sido

vacinados ha mais de 10 annos. 566 - ha menos de 10 annos e 48 apenas revaccinados (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1904).

Nota-se, que no esforço de convencer parlamentares, médicos, intelectuais e a população como um todo dos benefícios da nova medicina científica e, em especial, da vacinação, o Governo Federal e a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), dirigida por Oswaldo Cruz, contou com o apoio de parte da imprensa. Essa afirmação é reforçada pela análise das edições da *Gazeta de Noticias*, onde fica claro o apoio dado pelo jornal ao projeto do Estado pela vacinação obrigatória. Além da observação empírica, referenciais da História do Jornalismo reforçam esse ponto de vista.

Marialva Barbosa (2010:191) nos mostra que a *Gazeta de Noticias* recebeu recursos do Governo Federal durante a presidência de Campos Sales. Além disso, o jornal tinha contratos firmados para a publicação de atos oficiais da Prefeitura do Distrito Federal, com exclusividade, desde 1901. Esses dados confirmam o entendimento de que a *Gazeta* tinha alianças financeiras com o Estado.

É importante frisar que o apoio dos jornais aos microbiologistas e aos “homens de ciência” que estavam no poder e defendiam esses ideais foi notado também por Marta de Almeida e Maria Amélia M. Dantes (2001) como uma realidade existente já nos anos iniciais da República. Ao estudar “o papel fundamental” desempenhado pela microbiologia na criação do Serviço Sanitário de São Paulo e as imagens da pesquisa microbiológica no jornal *O Estado de São Paulo*, as autoras mostram que a microbiologia, que no século XIX já era considerada na Europa como uma das áreas mais prestigiadas das ciências médicas, também ganhava espaço no Brasil já na década de 1890.

De acordo com Almeida e Dantes, antes mesmo da criação do Instituto de Manguinhos em 1900, a concepção microbiológica de saúde pública já havia sido implementada em São Paulo em 1891, por meio da fundação do Serviço Sanitário. Entre algumas de suas medidas, o Serviço Sanitário de SP veio a criar o Instituto Bacteriológico, que teve um discípulo de Pasteur, Felix Le Dantec, como primeiro nome pensado para assumir a direção. Dantec, no entanto, não fica no cargo e indica seu discípulo, Adolfo Lutz, com quem havia trabalhado em breve estadia no Brasil (ALMEIDA & DANTES, 2001: 141).

As autoras defendem que *O Estado de São Paulo* foi um importante meio de “afirmação e sustentação” das novas práticas microbiológicas sediadas nos laboratórios, num “momento de

transição” em que as práticas médicas antigas, isto é, a medicina clínica, bacharelesca e teórica “conviveram e se confrontaram com os novos pressupostos de uma medicina científica”, baseada na experimentação.

De forma similar, compreendemos que a *Gazeta de Notícias* teve um importante papel de legitimar e atrair adesões ao projeto de Estado dos “homens de ciência” que estavam à frente do Governo. Por meio de notas jornalísticas e artigos, o jornal procurou, ao longo dos meses que antecederam a Revolta da Vacina, defender as posições do Governo. É interessante destacar, no entanto, a existência de uma quebra nessa “parceria”.

O periódico muda de posição logo após a publicação das medidas previstas na regulamentação da Lei da Vacinação Obrigatória, por considerá-las “deploráveis” e “por estarem repletas de exigências absurdas” (FERREIRA, 2002: 34). Essa mudança de posição leva o jornal a ser um dos periódicos que teve a circulação suspensa pelo governo em função da cobertura da Revolta da Vacina (SODRÉ, 1999: 325).

A quebra de aliança da *Gazeta de Notícias* com o Estado nos faz refletir sobre a prática da vulgarização científica exercida pelos vulgarizadores tanto do século XIX, quanto os de início do século XX. Segundo nos aponta Bensaude-Vincent (2001: 101), a popularização da ciência estava alicerçada em um tipo de comunicação de mão única. Daqueles que divulgavam a ciência partia a visão do público “como uma massa passiva de consumidores de informação sobre ciência” e, mais importante, de uma ciência baseada em itens tecnológicos<sup>13</sup>.

A autora reforça que os vulgarizadores se viam como missionários da luta contra a ignorância e agentes da educação do público para um novo mundo que se apresentava a partir da industrialização. No entanto, ao disseminarem uma imagem da ciência que reforçava a autoridade dos cientistas, os mediadores “aumentaram a lacuna” entre especialistas e não especialistas. Dessa maneira, ao desqualificarem o conhecimento do público, esses intelectuais acabavam por perder de vista a necessidade de se estabelecer uma comunicação dialógica para efetivar a redução das distâncias entre cientistas e não cientistas.

Trazendo os apontamentos de Bensaude-Vincent para o nosso objeto de estudo, observamos que a ciência autorizada pelo Estado perdeu sua legitimação frente aos públicos não especialistas por não saber dialogar bem com estes. Ao impor a reforma sanitária e a vacinação

---

<sup>13</sup>*Tradução nossa do original:* “By contrast the modern dynamic notion of an increasing gap suggests a view of the public as a passive mass of consumers of science information and more importantly of science-based technological items” (BENSAUDE-VINCENT 2001: 101).

obrigatória sem ouvir a população, isto é, sem considerar os receios quanto ao método científico adotado e o direito de escolha de se vacinar, o Estado e a ciência institucionalizada reafirmavam a crença no desenvolvimento da ciência como um processo natural, sem intervenção humana. Assim, eles aumentaram a lacuna entre especialistas e não especialistas, o que pode ter contribuído em parte para a Revolta da Vacina em novembro de 1904. Além disso, acreditamos que a própria Revolta expôs as tensões entre a forma de comunicar a ciência promovida por essa nova geração de “intelectuais-cientistas” que estavam nas esferas de poder e as recepções pelos públicos.

Sobre esse aspecto, é preciso nos deter sobre a importância da “geração modernista de 1870”. Conforme nos aponta Nicolau Sevcenko (2009: 96) e reforçado por Micael Herschman (1996), “arrojados num processo de transformação social de grandes proporções”, os intelectuais brasileiros voltaram-se para “o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação”. Nas palavras de Sevcenko, a geração de 1870 via no modelo europeu a abertura de um mundo novo, liberal, democrático, progressista e de perspectivas ilimitadas. Imbuídos de ideias europeias, esses intelectuais se envolveram diretamente em ações e reformas que mudaram o cenário político, econômico e social do país.

Sevcenko frisa que o que esses intelectuais almejavam era levar ao esquecimento o passado de atrasos representado pelo Império e, assim, colocar o Brasil dentro do “novo”, daquilo que era “civilizado”, isto é, europeu. Por isso, pregavam as “reformas redentoras”, conforme denomina o autor: a abolição, a república, a democracia. “O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por ‘mosqueteiros intelectuais’” (*Ibidem*: 97) ou “missionários do progresso”, conforme assinala Herschmann.

Dentro dessa afirmação, Sevcenko deixa clara uma outra característica da geração de 1870: esses intelectuais se consideravam não só como agentes da corrente transformadora do país, como a própria condição para o desencadeamento e realização dessas transformações. É dentro deste cenário que olhamos a atuação proativa dos positivistas do Apostolado, bem como dos “homens de ciência” que se associaram ao Estado, e dos intelectuais engajados na “vulgarização” da ciência e dos ideais sanitaristas que passaram a dominar a Capital na passagem do século XIX para o XX.

Ainda seguindo o pensamento de Sevcenko (2009: 100), dentro das transformações operadas na Europa da década de 1870 e que influenciaram socialmente o restante do mundo, observa-se o estabelecimento de uma vanguarda científica na área do conhecimento, centrada ao redor das ciências naturais. Foi desta vanguarda que surgiram as novas concepções sobre a origem e permanência da espécie humana, segundo a teoria darwinista e que foi utilizada, inclusive, para se interpretar o comportamento dos cidadãos em sociedade (darwinismo social). É também dela que partiram os avanços na área da microbiologia e que permitiram a Revolução Sanitária, promovendo a explosão demográfica e a escalada maciça da urbanização. E, por fim, as pesquisas no campo da física e química aplicadas que forneceram as bases da Segunda Revolução Industrial.

No Brasil, o cientificismo e o liberalismo foram as correntes que com maior frequência tendiam a aparecer “em estado de extravagante combinação”, segundo afirma Sevcenko (*Ibidem*: 103). A doutrina de Comte foi a que se tornou “especialmente popular”, segundo registra Vergara (2003) e Herschmann (1996). O positivismo influenciou em muito a nascente República brasileira, como também a formação dos oficiais das Forças Armadas e, inclusive, o movimento de contestação da lei que previa a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação contra a varíola: o Apostolado Positivista.

Nicolau Sevcenko (2003: 90) aponta que o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro procurava ganhar as camadas operárias por meio de propostas de “reformismo social” e de “integração do proletariado à sociedade”. Segundo Sevcenko, a força do Apostolado Positivista residia na “ampla ressonância” que obtinha junto às escolas militares, operando por intermédio dos jovens cadetes. Foi deles que partiu a maior parte do movimento de resistência à vacina, que ganhou forma no movimento a Liga Contra a Vacina Obrigatória.

Nos artigos publicados no *Correio da Manhã* e na *Gazeta de Notícias*, percebemos que os positivistas apoiaram a autoridade científica da medicina experimental. A luta política por trás da imposição da vacina é o mote das suas reivindicações. Eles sustentavam a tese do caráter inconstitucional da lei e a defesa da liberdade espiritual e moral da sociedade.

José Carlos Sebe Meihy e Cláudio Bertolli Filho (1990: 46) ressaltam que no decorrer de toda a última década do século XIX e em 1901, o Apostolado Positivista “patrocinou a publicação de importante texto de autoria de um de seus mais destacados líderes e principal propugnador do chamado ‘despotismo sanitário’, o médico Joaquim Bagueira do Carmo Leal”.

No *Correio da Manhã*, o médico positivista Bagueira Leal deixou sua marca por meio da publicação de artigos na “Secção livre”, com o título “Contra a obrigatoriedade da vaccina”. O primeiro desses artigos, em 15 de julho, foi publicado em uma espécie de coluna aberta para a divulgação de artigos de colaboradores esporádicos do jornal.

Outro médico positivista, Nilo Cairo também é figura presente na *Gazeta de Noticias*, onde assina duas colunas, ambas publicadas em setembro. Nelas, Cairo traz uma interpretação própria a respeito da posição de Comte sobre a vacina. Para ele, o mestre do Positivismo não negava o valor de proteção da vacina jenneriana. O que estava em jogo, segundo Nilo Cairo, eram as implicações legais por trás da medida obrigatória, em especial, a liberdade individual.

Além das ideias dos defensores do positivismo, as edições que antecederam a Revolta da Vacina, tanto do *Correio da Manhã* como da *Gazeta de Noticias*, expuseram um intenso debate sobre as concepções da medicina-científica. A ciência experimental baseada na microbiologia provocou um conflito entre gerações, dividindo médicos e intelectuais. Observamos que, entre as discussões sobre a necessidade de se acabar com a epidemia de varíola e a indicação da vacina como o melhor método profilático, emergem tensões entre a nova e a antiga geração de médicos. Em outras palavras, de um lado há aqueles que apoiam a ciência experimental e bacteriológica, legitimada pelo Estado, do outro há aqueles que sustentam ideias baseadas na análise clínica, que tinha como modelo a teoria dos miasmas. A seguir, apresentamos as principais concepções e desafios que envolveram a medicina científica na virada do século XIX para o XX.



### 3. MEDICINA CIENTÍFICA E SAÚDE PÚBLICA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

A primeira metade do século XX viu consolidadas no Brasil ideias e discussões acerca do higienismo que circularam em Londres e Paris a partir da segunda metade do século XIX e que influenciaram diretamente a elaboração do Primeiro Plano Urbanístico da Capital Federal, ainda na década de 1870. Foi necessário, no entanto, esperar quase 30 anos para que as condições econômicas, sociais e políticas garantissem a aplicabilidade do projeto, que previa o saneamento do Rio de Janeiro, segundo reforça Jaime Benchimol:

Rodrigues Alves assumiu a presidência do Brasil numa conjuntura econômica favorável, o que lhe permitiu converter o saneamento da capital federal em ponto básico de seu programa de governo. O engenheiro Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito do Rio de Janeiro com poderes excepcionais, inclusive o legislativo municipal foi suspenso para que colocasse em marcha a reforma urbana inspirada naquela que Haussmann executara em Paris quatro décadas antes (Benchimol, 1992). O saneamento ficou a cargo de Oswaldo Cruz, que assumiu a direção da Saúde Pública com o compromisso de derrotar a febre amarela, a varíola e a peste bubônica (BENCHIMOL, 2000: 275).

A esta lista de atores que conduziriam a reforma, inclui-se o engenheiro Lauro Muller; o ministro de transporte e obras públicas, Paulo de Frontin; e Francisco Bicalho (MEADE, 1997: 84)<sup>14</sup>. Esses agentes atuaram como articuladores do processo da modernização da Capital Federal e da sociedade brasileira, conforme apontam Micael Herschmann, Simone Kropft e Clarice Nunes (1996: 7).

É importante compreender que os agentes listados acima afirmavam-se como “portadores dos ideais de progresso e civilização”, que se constituíram enquanto valores fundamentais da cultura da segunda metade do século XIX e início do XX. Médicos, engenheiros e até educadores apresentavam-se como categorias diferenciadas por uma formação técnico-científica e “engajaram-se ativamente no que acreditavam ser a construção de um novo saber sobre a nação”. Um saber que, segundo Micael Herschmann, Simone Kropft e Clarice Nunes, estava respaldado nas supostas objetividade e eficácia da ciência e era tido diretamente como responsável por encaminhar a sociedade nos rumos de uma nova ordem e de uma evolução regeneradora. Algo

---

<sup>14</sup>*Tradução nossa do original:* “Headed by the aged prefect Francisco Pereira Passos, Rodrigues Alve’s personal appointee to oversee the renovation and beautification of Rio’s central business district, joined by engineer Lauro Muller, minister of transport and public works, Paulo de Frontin, and Francisco Bicalho, the works proceeded at an astonishing pace”.

que viria a ser, para esses agentes, um marco divisório entre um passado condenado como sinônimo de atraso e inércia, representado pelo período colonial; e um futuro de promissoras potencialidades e que levariam à redenção nacional, conforme defendem os autores.

Dentro dessa perspectiva, a “remodelação urbana” da Capital Federal, conforme denomina Benchimol, começou a ser projetada já na década de 1870, mas ainda sob forte influência da teoria dos miasmas ou ambientalista. Por essa corrente, atribuía-se a origem das epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, e os trópicos de forma geral, a uma série de fatores ambientais, como o clima (a conjunção de calor e umidade), o solo, a topografia e os miasmas, isto é, vapores, ar impuro, que surgiriam de águas sujas e paradas e de matérias orgânicas em decomposição. Esses fatores ambientais agiriam de forma distinta sobre as raças e também sobre a geração ou multiplicação de miasmas e germes nos trópicos.

Foi só a partir da ascensão da nova teoria bacteriana – “que considerava uma só causa, parasitária e microscópica, que podia ser sujeita a identificação e manipulação para produzir cura e imunidade através de soros e vacinas” (PEARL, 1996: 35) –, desenvolvida a partir das descobertas da Teoria dos Germes por Pasteur (1878) e dos avanços nos estudos da bacteriologia conduzidos por Robert Koch (1880), que o entendimento e o combate às epidemias de febre amarela, varíola e a peste bubônica mudaram de direção.

No Brasil, a partir da década de 1870, a medicina brasileira foi influenciada por novas ideias baseadas no estudo, na análise e na pesquisa do paradigma parasitário e que se mesclaram aos conceitos, já usuais, ligados ao paradigma climático e racista. Dentro deste aspecto, a medicina experimental e bacteriológica passou a conquistar adeptos principalmente entre a geração de médicos mais jovens, segundo nos aponta Flávio Edler (1996).

Nesta geração, estavam, por exemplo, os médicos da Escola Tropicalista Baiana, que, embora tivesse o nome de escola, era formado por um grupo de intelectuais que se organizavam em torno da *Gazeta Médica da Bahia* (1860-1890) e que buscavam dar um enfoque original para a medicina do Brasil. Esses médicos formaram uma geração que tentou implementar uma agenda médica que buscava pensar uma medicina dos trópicos. Isto é, que procurava ver as doenças associadas aos climas tropicais – como beribéri, ancilostomíase, filariose e ainhum – de uma

maneira distinta das explicações surgidas na Europa (PEARL, 96: 34-35) e (EDLER, 1998:177)<sup>15</sup>.

Este movimento de mudança da produção do saber médico está diretamente ligado com as reformas do ensino e a profissionalização da medicina acadêmica na Corte do Rio de Janeiro, conforme nos aponta Edler (1998: 178). Segundo o autor, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro passou por duas reformas em seus estatutos. Uma em 1854, orientada pelo modelo anatomoclínico; e outra em 1884, quando foram incorporadas as disciplinas de laboratório. Nesta segunda fase, o ensino foi também influenciado pelo modelo alemão, baseado no “ensino prático e livre”.

Por meio dessas reformas, passou-se a dar ênfase à medicina experimental, de cunho científico, pautada na investigação do corpo morto (autópsias) e da análise em laboratório. Ela foi fundamental também para o avanço das pesquisas científicas e para o desenvolvimento de ações de esforço, por parte do Estado, para o combate das epidemias, seja por meio dos programas de desinfecção realizados em cidades, portos e estações ferroviárias, seja pelo desenvolvimento de soros e vacinas, ações realizadas ao longo do século XIX.

Cabe aqui citar a importância dos periódicos médicos, ao longo do século XIX para a consolidação dessas novas concepções de ciência. Para Edler (1998), a imprensa médica da Corte forçou a atualização do debate científico em torno das pesquisas voltadas para o estudo e classificação das doenças, bem como sobre as práticas de cuidado aos doentes. Já Luiz Otávio Ferreira (2003) aponta que os impressos tiveram um papel estratégico no esforço de profissionalização e de afirmação científica e social da medicina, funcionando como arena de legitimação social e de disputas científicas e profissionais.

O autor destaca que os periódicos médicos brasileiros tinham um interesse específico de “falar à sociedade” e um objetivo explícito: “convencer o leitor leigo do papel positivo da medicina científica” (FERREIRA, 2003: 115). Em nossas palavras, por meio da imprensa especializada, a medicina acadêmica buscava alcançar o prestígio e, assim, o monopólio da autoridade científica.

---

<sup>15</sup>Edler (2002: 361-362) aponta que ao investigar as doenças típicas do meio tropical, os médicos da Escola Tropicalista Baiana utilizaram os mais avançados instrumentos da medicina europeia, como a estatística médica, os novos métodos clínicos baseados na medição e na fisiologia aplicada, o uso da química na análise das partes fluidas do corpo, a nascente parasitologia e a microscopia, cuja utilização foi pioneira na Bahia.

Além da *Gazeta Médica da Bahia*(1862-64), Edler (2002) cita como relevantes no trabalho de divulgação dessas novas concepções de ciência na Corte a *Revista Médica do Rio de Janeiro* (1873-79), os *Archivos de Medicina* (1874), o *Progresso Médico* (1876-80), a *União Médica* (1881-89), a *Gazeta Médica Brasileira* (1882) e o *Brazil Médico* (1887-1964).

É válido ressaltar, no entanto, que não havia no período uma divisão do saber médico entre “dois modelos estanques e contrapostos”: o miasmático (metafísico) e o apoiado na medicina experimental (científico). O que se observou na imprensa médica é uma relação de confronto e negociação político-epistemológico entre grupos que defendiam modelos rivais (*Idem*, 1996: 288). Tomando como guia o critério da periodização, o Edler nos mostra que a historiografia da medicina no Brasil considera a existência de uma etapa predominantemente metafísica do saber médico oficial no século XIX, seguida por outra, científica, fundada em fatos positivos e no método experimental.

Seguindo esta perspectiva, consideramos aqui que ao vencer a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz acabou por vencer, também, o modelo de medicina clínica e baseado no paradigma miasmático. Já por meio da Escola de Manguinhos (Instituto Soroterápico de Manguinhos, em 1900), criado aos moldes do Instituto Pasteur de Paris, e sua ascensão à chefia de Saúde Pública, Oswaldo Cruz consolida a ciência experimental e bacteriológica. Essa mudança de monopólio da autoridade quanto ao modelo de cultura científica e, também, de estratégia no combate às epidemias continuou sendo permeada por conflitos e negociações no século XX. Essas tensões e diálogos aparecem também na grande imprensa, conforme identificamos nos jornais analisados no ano de 1904.

Anota sem assinatura publicada em 23 de julho de 1904 pelo *Correio da Manhã* é um desses exemplos. Nela, identificamos uma forte crítica à Diretoria de Saúde Pública sobre a maneira como esta vinha lidando com a morte de uma possível vítima da vacina. Ao mesmo, o texto ataca a ciência autorizada pelo Estado, isto é, a ciência experimental e bacteriológica, colocando em dúvida a sua credibilidade: “(...) a diretoria de Saúde Pública, amparada pelo ministro da Justiça, parece querer agora monopolizar a sciencia, despresando a autoridade de médicos que encaneceram no exercicio desse sacerdocio”(sic). Nota-se neste trecho também um embate sobre o monopólio da autoridade científica. Ao ser defendida pelo Estado, a medicina experimental ganha espaço em detrimento do paradigma climatológico, da homeopatia e até de outros modelos de cura, como aqueles exercidos pelos curandeiros.

Em 5 de agosto, uma nota satírica deixa transparecer outros interessantes pontos sobre a tensão que envolvia a aceitabilidade de um “novo modelo de ciência”.

Há dias, na Praia Formosa, andava um pobre chefe de família em sobresaltos: fôra multado numa porção de dinheiro, dinheiro que não acaba mais, o suficiente para lhe dar de comer durante muitos annos. O homem não temia pelo dinheiro nem pela multa: o que o homem temia era a cadeia, porque o nosso **Torquemada da Inquisição Sanitária** é turuna para esses casos. E o desgraçado que se dê por muito feliz si elle não lhe empurrar por cima um discurso do dr. Alfredo do Nascimento. O tal chefe da familia fôra multado por uma infinidade de coisas ao mesmo tempo; **1º) o visinho tinha em casa a sogra com variola; 2ª) a calha estava suja; 3ª) havia no quintal uma poça d'água com diversas larvas; 4ª) uma criança deixára fincado um bambú no meio do terreiro.** Tudo isso sommado dava alguns contos de réis. O homem ainda protestou, perguntando:

- Mas, s. doutor, onde estão estas larvas?

- Estão ali, naquella poça, naquelle viveiro!

- Eu não as vi, sr. doutor.

- Pois visse: **um homem civilizado tem obrigação de conhecer as larvas, tem o dever de enxergar esse estado dos insectos. A larva é um inimigo feroz; deve ser aniquilado. Devemos nos resguardar de tudo. (Nesse ponto foi preciso deitar sciencia para justificar a multa):** manda o dever para com a collectividade que se abroquelle fortemente a trilogia da vida, formada pelo coração, pelo pulmão e pelo cerebro, e o instincto de conservação ordena a imperterrita defeza desses escudos organicos que se chamam cerosas e cujos typos principaes são: o pericardio, o peritonco e a pleura.

O homem não pagou a multa, mas em compensação foi para o xadrez.

Não ha muito, foi isso de outra feita, um hygienista entrou numa casa em S. Christovão disposto a vaccinar, não só as pessoas da casa, como tambem as visitas. Na sala só havia senhoras e o nosso hygienista foi logo tratando de tirar do bolso os ferros do supplicio, **desenvolvendo sempre as suas theorias para provar a superioridade da vaccina e divinizando Jenner.** Não sahiria dali sem ter inoculado o pús nos circimstantes ou nas circumstantes, como fôr melhor.

Quando elle dava posição ao bisturi, entra pela sala um forte latagão e de braços abertos declara:

- Sr. doutor, aqui ninguem vaccina, porque quem manda aqui sou eu.

O hygienista olhou para um e outro lado, mediu bem a sua situação, verificou que estava só e ... foi sahindo de barriga.

E até hoje não appareceu a multa, não appareceu a vaccina e muito menos o hygienista (*sic*) [*grifos nossos*] (CORREIO DA MANHÃ, 05/08/1904).

Nota-se que o “homem civilizado” era aquele que “conhecia as larvas”, isto é, que sabia e aceitava a medicina experimental e a microbiologia. Ao mesmo tempo, os “homens de ciência” eram aqueles que viam Jenner, o criador da vacina humanizada, como divino, poderoso e infalível. No texto, verifica-se também uma forte crítica à maneira pela qual o Estado procurava fazer valer a aceitação desse modelo de ciência: pela força, física e financeira, já que quem não seguisse as regras era multado.

Apelidado de “Torquemada da Inquisição Sanitária” na nota satírica apresentada acima, Oswaldo Cruz se formou médico na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1892 com apenas 20 anos. Passou dois anos e meio estudando microbiologia e patologia experimental no Instituto Pasteur, em Paris, o mais importante centro de pesquisa em microbiologia do mundo. Além da especialização recebida, Teresa Meade (1997: 89) ressalta que a estadia de Oswaldo Cruz em Paris permitiu a ele ser exposto “à interseção mais ampla entre as questões de controle de doença, sanitarismo e planejamento urbano”, temas cujas interconexões permearam calorosos debates sobre as modernizações do século XIX<sup>16</sup>.

A autora também considera de extrema importância a troca de conhecimento com cientistas que estudavam as colônias francesas da África e Sudeste da Ásia. Essa experiência permitiu que Oswaldo Cruz fosse exposto às mais modernas teorias e métodos de controle de doenças tropicais, que começavam a indicar que determinadas doenças eram transmitidas por meio de parasitas. Oswaldo Cruz retorna, assim, ao Brasil carregando toda essa bagagem científica e intelectual.

Assim como na Europa, no Brasil, a passagem do século XIX para o XX assiste à ascensão da microbiologia e da medicina experimental. No entanto, vale destacar que a teoria dos miasmas não foi abandonada por completo. Denise B. Sant’Anna afirma que “tanto em São Paulo como em Paris (...) a compreensão dos ‘monstros invisíveis’ (os micróbios) permaneceu, em ambos os contextos, misturada a antigas convicções oriundas das teorias miasmáticas” (SANT’ANNA, 2007: 213). Já Jaime Benchimol ressalta que no Segundo Congresso Nacional de Medicina e Cirurgia, em 1889, o saneamento do solo e a drenagem do subsolo do Rio de Janeiro tinham constituído as medidas mais urgentes dentre as mais votadas para anular as epidemias da Capital Federal (BENCHIMOL, 2016: 253)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup>*Tradução nossa do original:* “He (Oswaldo Cruz) studied microbiology and experimental pathology for two and a half years at the Pasteur Institute in Paris, the foremost center of microbiological research in the world. In addition to receiving specialized training in microbiology, however, Cruz’s stay in Paris exposed him to the broader intersection between issues of disease control, sanitation, and urban planning, whose interconnection nineteenth-century modernizers were then hotly debating. On the one hand, working with scientists studying conditions in French colonies in Africa and Southeast Asia, Oswaldo Cruz was exposed to the most advanced theories on methods to control tropical diseases, and he became convinced that certain diseases were transmitted through parasites” (MEADE, 1997: 89).

<sup>17</sup>Benchimol (2016: 253) ressalta que o principal oponente de Koch na Europa era o higienista Max von Pettenkoffer. Um renomado representante de uma corrente denominada de “contagionismo contingente” e que tinha em suas bases forte influência da teoria dos miasmas. Isso porque, a teoria de Pettenkoffer acreditava que para que ocorresse uma epidemia eram necessários além do germe, determinadas condições relativas ao clima e ao solo. No Rio de Janeiro, os partidários de Pettenkoffer acreditavam que a insalubridade urbana deitava raízes no “pântano

O impasse entre os que acreditavam na teoria dos miasmas e os que apoiavam a microbiologia só foi desfeito, parcialmente, a partir da concepção da hipótese de um mosquito-vetor da malária, desenvolvida pelo cubano Carlos Juan Finlay e resgatada vinte anos depois, ou melhor, demonstrada pela equipe do norte-americano Walter Reed como também aplicável para a transmissão da febre amarela. Segundo Benchimol (2000: 273), a formulação da hipótese da transmissão do mosquito por Carlos Juan Finlay se deu entre 1880-1881, mas a teoria só ganhou força e aceitação por meio de sua demonstração pela equipe chefiada por Walter Reed, em 1900.

No entanto, apenas com o esclarecimento do modo de transmissão da malária, por meio de pesquisas microbiológicas, é que a hipótese de Finlay pôde sair do limbo de vinte anos. Benchimol aponta que em 1880 Laveran, na Argélia, Golgi e outros investigadores iniciaram o estudo do parasita da malária no sangue dos doentes. Após várias hipóteses, testes e discordâncias que iam desde a crença na possibilidade dos parasitos serem ingeridos pela água estagnada ou inalados com as poeiras dos pântanos (teoria dos miasmas), até a ideia de que os parasitos existentes nos pântanos infectavam os mosquitos e, estes, o homem, chegou-se a um longo programa de pesquisa – desenvolvido por Manson, Ronald Ross e MacCallum – que consistia em encontrar uma espécie adequada, fazer o inseto picar o doente e, então, examinar as metamorfoses do parasito em seu estômago.

Foi assim que se chegou à conclusão de que o mosquito era o hospedeiro intermediário do parasito da malária. A descoberta levou, por consequência, à confirmação da hipótese levantada por Finlay através de pesquisas bacteriológicas. “Uma vez demonstrado que o mosquito era o hospedeiro intermediário do parasito da malária, tornava-se inevitável a suposição de que cumprisse idêntico papel na primeira doença (na febre amarela)”, afirma Benchimol, que ressalta ainda que desde o começo dos anos 1890, foram se multiplicando na imprensa médica e leiga no Rio de Janeiro dados e especulações sobre o papel dos insetos na transmissão de doenças, inclusive a febre amarela (*Ibidem*: 273-274).

Para o autor, as experiências realizadas em Cuba, em 1900, foram, “sem dúvida, um divisor de águas”. Segundo Benchimol, se não sepultaram, de imediato, os germes já incriminados, afastaram a saúde pública das intermináveis controvérsias sobre a etiologia da

---

abafado” que existia debaixo da cidade, repleto de matéria orgânica em putrefação; quando exposto às oscilações do lençol d’água subterrâneo durante os verões chuvosos, ativavam-se os germes lá depositados e eclodiam as epidemias.

febre amarela, viabilizando ações capazes de neutralizar as epidemias nos centros urbanos litorâneos da América.

Partidário da teoria de Finlay, Oswaldo Cruz e sua equipe incorporaram o combate ao mosquito em suas ações para acabar com a epidemia no Rio de Janeiro, a partir de 1903. Mas, antes mesmo de Oswaldo Cruz, Rodrigues Alves, então presidente do Estado de São Paulo (cargo similar ao de governador nos dias de hoje) entre 1900 a 1902, já havia apoiado Adolfo Lutz, diretor do Instituto Bacteriológico, e Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, a adotarem a técnica na capital paulista.

Em novembro de 1902, Rodrigues Alves assumiria a presidência do país dando continuidade à missão de Campos Sales de modernizar a Capital Federal “para transformá-la em ponto de entrada de capitais, bens e trabalhadores estrangeiros, fazendo da reforma urbana e do saneamento do Rio de Janeiro prioridades máximas de seu programa de governo” (CUKIERMAN, 2007: 89). Para isso, segundo ressalta Cukierman, Rodrigues Alves conta com a maioria no Congresso graças à política de governadores herdada de Campos Sales.

Apesar dos avanços nas descobertas científicas e da adoção de novas práticas de combate aos transmissores das epidemias, especialmente a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, que afugentavam os estrangeiros e atrapalhavam os negócios da elite cafeeira, o higienismo, sob forte influência da teoria dos germes e dos miasmas, orientou algumas das ações de remodelação da Capital Federal, o que mostra o quanto a classe de médicos e pesquisadores ainda se encontrava dividida.

Pereira Passos, os engenheiros do governo e, de resto, o senso comum predominante continuavam a usar o velho discurso da higiene para justificar as intervenções no espaço urbano, ao passo que Oswaldo Cruz elegia um número limitado de doenças, focalizava os vetores da febre amarela e peste bubônica e dava ênfase à vacina, que não fugia à imagem de um ponteiro direcionado para o flanco específico da varíola. Estas setas conferiram nitidez às ações de suas brigadas sanitárias no contexto caótico, tumultuário, do “embelezamento” do Rio de Janeiro. Conseguimos discernir as estratégias próprias à saúde pública por sobre ou em meio à ofensiva comandada pelos engenheiros contra muitos dos alvos que a higiene viera incriminando no século passado (BENCHIMOL, 2000:276).

É sob a bandeira do higienismo que as ações de “bota-abaixo”, com a supressão de cortiços na área central da cidade, foram orientadas, segundo nos mostra Benchimol. De acordo com o autor, foram, inclusive, os higienistas “os primeiros a formular um discurso articulado



sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do ‘organismo’ urbano (BENCHIMOL, 2003: 239).

Essas intervenções incluíam desde a drenagem de pântanos, o desmonte de morros que impediriam a circulação dos ventos capazes de dissipar os maus ares, o fim das habitações coletivas, a construção de cemitérios, as proibições de sepultamento em igrejas, a remoção dos pobres, a expansão da cidade para bairros mais salubres, a imposição de normas capazes de tornar as casas mais higiênicas, as ruas mais largas e retilíneas; sem falar em ações de ordenamento urbano, como a coleta de lixo, a proibição de determinadas atividades econômicas na área central, tais como açougues e matadouros.

Para Benchimol (2003: 240), esse discurso higienista “infiltrou-se no senso comum das elites e camadas médias” de tal maneira que na década de 1870 e 1880 já se constituíam em influente opinião pública, sendo favorável a todo o tipo de melhoramento da Capital Federal que a tornaria salubre e moderna.

Já para Sidney Chalhoub (1996: 35), nas últimas décadas do século XIX, o imaginário de políticos e governantes era povoado pela ideia de que existia um “caminho da civilização”, um modelo de aperfeiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo e que estava pautado na solução dos problemas de higiene pública. Segundo o autor, dentro dessa concepção, “somente a submissão da política à técnica, científica, poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. “Tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública” (*Ibidem*: 35).

Dentro desse caldo ideológico é que surgem o Plano de Melhoramentos, de 1876, – confeccionado pelo engenheiro civil Pereira Passos, o engenheiro militar Jardim e o engenheiro civil Marcelino da Silva Ramos – e a proposta de melhoramentos de 1902, apresentada por Alfredo Rangel.

É válido ressaltar que os anos de 1900 a 1910 assistiram, também, ao surgimento de um movimento nos países industrializados que passou a pensar e “produzir” a cidade como um objeto global, como um organismo de saber e intervenção. É a partir daí que há a adoção de medidas que instauram uma nova prática administrativa no que concerne a gestão da cidade.

Segundo nos aponta Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (1994: 106), é neste período que as palavras urbanismo, *city planning* ou ciência da cidade começam a ser utilizadas na França, na

Inglaterra e nos Estados Unidos. Do ponto de vista da gestão da cidade, observa-se a adoção do *Housing and Town Planning Act*, na Inglaterra; na França são feitas proposições de leis que se transformam na *Lei Cornudet*, que tornou obrigatória a elaboração de Planos de Organização, Embelezamento e de Extensão das Cidades; nos Estados Unidos é publicado o Plano Burnham.

Em suma, o período marca uma mudança de pensamento político-intelectual sobre o que era a cidade. Passava-se a pensar a reforma do espaço urbano como uma reforma social também.

Em vários países consolida-se a ideia da necessidade de um novo tipo de intervenção do poder público em relação às formas que até então prevaleciam: sistemática e permanente, ao invés da ação pontual; sobre o conjunto da cidade e não mais em um dos seus aspectos, tais como a habitação; e agora fundada na aplicação das regras do método científico (RIBEIRO, 1994: 107).

Do ponto de vista do Brasil, podemos situar esse movimento internacional dentro das ações propostas no Plano de Melhoramento da Capital Federal, desenhado por Rangel. Um plano racional que assegurava a remoção dos pobres da área central, a expansão para bairros mais salubres, a imposição de normas para tornar mais higiênicas as casas, mais largas e retilíneas as ruas e que, ainda, procurava estabelecer um novo ordenamento para as atividades econômicas e sociais. A cidade, assim, era redesenhada sob novos padrões físicos e de sociabilidade, onde o lado negativo do odor, ligado ao aprisionamento do ar e que também relacionava a pobreza à disseminação de doenças, conforme trabalham Alain Corbain (1987) e Sidney Chalhoub (1996), eram motivo de preocupação.

Chalhoub traz para a reflexão as expressões “classes pobres” e “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996: 20) e mostra que entre os deputados do Brasil, já nos meses que se seguiram à lei da abolição da escravidão, a ideia de “classes pobres e viciosas” começava a ganhar terreno, sempre associada à figura dos ex-escravos e seus descendentes. É nesse ponto de vista que se encontra parte do motivo para a truculência contra os cortiços no contexto da Reforma Passos e da imposição à vacinação domiciliar contra a varíola, recurso utilizado para que se garantisse a imunização da população.

Margarida de Souza Neves (1994: 137) prefere nomear essas populações como “multidões anônimas”, que ocupavam as ruas da cidade e eram vistas como “uma ameaça à ‘ordem’ e, nesta mesma medida, como ‘barbárie’, ‘atraso’, (...) resistente à ‘civilização’ e ao ‘progresso’”. Segundo a autora, “na virada do século XIX para o XX, essas ‘multidões anônimas’ preocupavam aos que imprimiam direção à sociedade brasileira”. Isto porque, a miséria é

considerada “criminosa” e deveria ser erradicada: “Porque os miseráveis são vistos como ‘entulho humano’, devem ser afastados da vista e do convívio da ‘boa sociedade’. Para que esta exclusão espacial se efetive, o governo empreende o ‘bota-abaixo’” (NEVES, 1994: 142).

Para a autora, a “condenação das casas era, naturalmente, a condenação de seus habitantes, também identificados com o atraso, a sujeira e a doença. Chalhoub também confirma que havia, na época, o entendimento de que os pobres ofereciam o perigo de contágio de doenças, sendo uma ameaça para a higiene da cidade.

Os intelectuais-médicos, em fins do século XIX, apoiavam, assim, a ideia de que os hábitos de moradias dos pobres seriam prejudiciais à saúde, pois “as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (CHALHOUB, 1996: 29).

Por meio dessas perspectivas, é possível compreender de que forma o higienismo no Brasil se constituiu como uma ideologia, dando suporte a ação saneadora de engenheiros e médicos, que conduziram a remodelação urbana de Rodrigues Alves e Pereira Passos e que tinha, como pretensão, varrer as epidemias da Capital Federal. Uma ação que procurava tanto disciplinar as várias atividades urbanas, como também que sustentou de forma explícita o discurso das desapropriações, afastando as camadas mais pobres da área central da cidade, seja através da derrubada das edificações, seja pela valorização do solo que acabou por inviabilizar a permanência dessas pessoas no centro da cidade.

Lia de Aquino Carvalho (1995: 137-138) nos lembra que as classes pobres se concentravam nas freguesias mais centrais visto que ali, de início, localizava-se todo o comércio da cidade em consequência da proximidade com o porto. Já nas últimas décadas do século XX, a região central reunia a indústria manufatureira. Soma-se a isso as dificuldades de locomoção existentes na época.

Teresa Meade (1997: 80-81<sup>18</sup>) nos mostra que no ano de 1906 os bairros de Inhaúma, Campo Grande e Santa Cruz, que concentravam respectivamente 3,5%, 3% e 2,5% de toda a população da cidade do Rio de Janeiro, não contavam com linhas de transporte que os ligassem ao restante da cidade. Também não havia ruas, iluminação e sistemas de abastecimento de água e

---

<sup>18</sup>*Tradução nossa do original:* “In contrast, by 1906 the City had made no improvements in the northern districts of Inhaúma, which had 67,478 people, or more than 3.5 percent of the population of entire city; in Campo Grande, which had 31,248, more than 3 percent; or in Santa Cruz, which 15,380, about 2.5 percent of the city’s population. The thousands of isolated residents of these areas had no sewage system, no lighting, no streets, and no transportation lines to connect them with the rest of Rio”.

esgoto. Dessa maneira, compreende-se que morar próximo ao local de trabalho se configurava em uma necessidade para muitas das camadas médias e baixas da sociedade da época.

Com o fechamento ou demolição dos cortiços, uma numerosa população pobre em condições precárias de vida ficou à deriva. Segundo Carvalho (1995), apesar da disponibilidade de trabalho em uma cidade que se encontrava em plena expansão de sua economia, a remuneração recebida era bastante inferior ao custo de vida.

À época da administração de Pereira Passos, encontrávamos um pedreiro ganhando uma diária de 7\$ a 9\$, um carpinteiro de 8\$ a 10\$, um canteiro, de 9\$ a 12\$, um calceteiro, de 4\$ a 5\$, um servente, de 3\$ a 4\$. trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$. Enquanto isso, não se encontrava alojamento por menos de 20\$ mensais, preço de quarto em casa de cômodos, sendo que, a uma família que necessitasse de um alojamento maior, o de duas peças, por exemplo, cobravam 35\$ mensais. Por uma casinha de cortiço, pagava-se a quantia de 50\$ a 60\$ e as casas de avenidas, então, tornaram-se verdadeiro luxo, devendo-se pagar por elas a exorbitante quantia de 80\$ a 100\$ (CARVALHO, 1995: 136).

Como não havia moradias baratas suficientes na região central para atender às populações de baixa renda, restavam a elas ou se mudar para os subúrbios distantes ou se amontoar nos prédios que ainda restavam na região central da cidade. Mas, com a valorização dessa área, os preços das moradias se elevaram ainda mais. Restou a alguns subir aos morros centrais, “onde se empilhariam casebres sem higiene e sem luz” (CARVALHO, 1995: 139).

Da parte da Saúde Pública, a remodelação da Capital Federal se iniciou com a promulgação do Código Sanitário, em 5 de janeiro de 1904, que reorganizava os serviços de higiene a cargo da União. Sua regulamentação se daria em 8 de março de 1904 e provia às autoridades governamentais dispositivos legais que favoreceriam a intervenção do Estado na saúde pública. Conforme nos mostra Henrique Cukierman (2007: 129), o governo chegou ao “requite de instituir uma justiça própria, o Juízo dos Feitos da Saúde Pública”.

Assim consolidava-se uma espécie de espaço à parte, um Estado Sanitário ubíquo e de mais absoluta privacidade, com suas leis, sua justiça, sua profusão de verbas, sua polícia, sua ciência, seu laboratório, sua vida de disciplina e rigor (CUKIERMAN, 2007: 129).

Sob o comando de Oswaldo Cruz, a campanha sanitária começou com a criação do Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela, em abril de 1903, no mês seguinte à sua nomeação como novo diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). Estruturada sob bases militares, o Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela utilizava-se de instrumentos legais de coação, personificada na figura dos “mata-mosquitos” e que percorriam as ruas neutralizando

depósitos de larvas. Ao mesmo tempo, esse mesmo serviço era constituído por um setor de isolamento e expurgo, que desinfetava as casas situadas em zonas de foco e providenciava o isolamento domiciliar dos doentes ricos e a condução dos pobres para hospitais públicos.

Outra ação que fez parte da campanha foi o plano de desratizar a cidade. Um esforço que incluiu desde a intimação de proprietários de imóveis para que removessem entulhos, fechassem porões e impermeabilizassem o solo, até a compra de ratos pelo departamento de Saúde Pública.

Nesse mesmo contexto é que nasce o polêmico projeto de lei, defendido por Oswaldo Cruz, que reinstaurava a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola em todo o país, nos mesmos moldes do que já faziam alguns países da Europa. A proposta autorizava, principalmente, a vacinação domiciliar.

Esta medida foi apreciada pelo Congresso ainda em 1903, dentro do conjunto de ações previsto pelo Código Sanitário. Cabe destacar aqui que, segundo análise de Henrique Cukierman (2007: 137), “todos os relatórios da Diretoria Geral de Saúde Pública (e não somente o de 1903) pregavam incessante e incisivamente a erradicação da varíola através da vacinação obrigatória”. Segundo o autor, os números disponíveis no relatório de 1903 mostram, também, que a varíola acometia mais os brancos e as crianças, com idades entre zero a 10 anos, por isso no relatório se lamentava: “Esta estatística demonstra o forte contingente com que entra a infância para a cifra mortuária da varíola, revelando igualmente o desleixo na prática da vacinação” (*Ibidem*: 138).

Em 1903, a instituição da obrigatoriedade da vacinação foi considerada controversa e, por isso, não foi apoiada pelos parlamentares. Segundo Teresa Meade (1997: 90)<sup>19</sup>, ainda assim, Oswaldo Cruz não desistiu e no ano seguinte fez pressão junto ao presidente Rodrigues Alves para que a medida fosse instituída, entrando no código de Saúde Pública.

Em 1904, o presidente da República enviaria mensagem ao Congresso, transformando a proposta em Projeto Legislativo (FERNANDES, 1999: 67). No dia 5 de março, a *Gazeta de Notícias* traz detalhes sobre o novo regulamento de higiene, onde busca esclarecer alguns pontos do projeto e defende que o “digno diretor da saúde pública fez, aliás, um regulamento mais benigno do que a própria lei e espera não ter necessidade de recorrer a algumas medidas mais severas allí consignadas” (*sic*). Entre as medidas previstas e destacadas pelo jornal estão:

---

<sup>19</sup>*Tradução nossa do original:* “The final component of Cruz ‘plan was mandatory vaccination of all residents against smallpox. Although by this time rather common in other parts of the world, compulsory vaccination was considered so controversial in Brazil that the measure was not included with the original bill in 1903. Nonetheless, Cruz lobbied for it over the next year and, with Rodrigues Alves’s backing, won the addition of an obligatory vaccination provision to the public health code in October 1904”.

(...) tornar effectiva a obrigatoriedade da vaccina para as crianças até seis mezes e a obrigação do attestado de vaccina para a matricula nos collegios municipaes. Quanto aos adultos, far-se-á o seguinte: nas casas em que concorrerem casos de variola, a directoria de hygiene offerecerá vaccina ás pessoas que estiverem em contacto com o doente. As que não se quizerem sujeitar serão isoladas em casas especiaes e ahi permanecerão até finalisar o periodo de incubação. Consideramos tão urgente e indispensavel a extincção da variola, que nos merecem todo o louvor essas medidas. Esperamos, aliás, que o povo seja o primeiro a se convencer da necessidade da vaccina (GAZETA DE NOTICIAS, 5 de março de 1904) (*sic*).

Entre os dois periódicos analisados, o *Correio da Manhã* foi o que mais destaque deu às longas e acirradas discussões no Senado e na Câmara sobre o projeto de lei. Inicialmente, o impresso procurou manter uma posição de relativa isenção, dando espaço igual às opiniões favoráveis e contra à vacina. Mas com o andamento da proposta nas casas legislativas, o jornal vai deixando transparecer mais claramente sua oposição.

Em 14 de julho, por exemplo, a coluna “Correio do Congresso” “Senado” traz o relato do pronunciamento do então senador Barata Ribeiro “que, scientificamente, continua a oferecer combate ao projeto da comissão de saúde pública do Senado, considerado pelo representante do Districto Federal como uma violência praticada contra a liberdade do povo” (CORREIO DA MANHÃ, 14 de julho de 1904) (*sic*).

Em seguida, o jornal apresenta a fala do senador Manoel Duarte, que rebate os argumentos “espendidos pelo seu contradictor, assignalando as vantagens da vaccina como meio prophylatico para imunisar o vacinado” (CORREIO DA MANHÃ, 14 de julho de 1904) (*sic*). O parlamentar confronta os críticos que afirmam ser a lei “um mecanismo de afronta à liberdade do cidadão” e apresenta argumentos favoráveis à obrigatoriedade da vacinação, colocando a resistência como uma ação de “ignorantes” e “rebeldes”.

Estudando a molestia e os meios de combatê-la, o orador aproveita o ensejo para fazer uma verdadeira prelecção, aliás interessante, sobre a materia. Demonstra largamente com exemplos frisantes, a improcedência da argumentação dos que se oppõem à obrigatoriedade da vaccina estribados na razão de que ella consiste na violação da liberdade individual. Pelo que tem estudado e pelo que tem observado entende que a vaccina deve ser imposta aos que ignoram as vantagens a que dessa medida podem tirar e aos rebeldes afim de evitar que adquiram uma molestia terrível como é a varíola. Vota por isso pelo projecto da comissão de saúde pública (CORREIO DA MANHÃ, 14 de julho de 1904) (*sic*).

Já em 26 de agosto, na coluna “Sessão 1904”, o jornal mostra de forma mais clara sua posição contrária à vacina. Nela, informa que “vacina obrigatoria tomou hontem uma surra em regra, dos srs. Erico Coelho e Germano Hasslocher” (*sic*), destacando que as falas dos deputados impactaram toda a Câmara. O jornal finaliza a nota afirmando que o projeto do Senado, em

apreciação na Câmara “só tem sido alvo de ataques e os oradores são apoiados por grande número de deputados, todos contra a medida violenta da vacinação obrigatória (*sic*)”.

O clima de vitória da oposição ao governo na Câmara não é percebido, no entanto, pela *Gazeta de Notícias*. O jornal situacionista apresenta de forma bem mais resumida os discursos dos deputados. Diferente do *Correio*, a *Gazeta* destaca de maneira sucinta as inúmeras emendas ao projeto e a demora com que os debates se apresentam, fazendo com que, em finais de setembro, a Câmara seguisse para o terceiro turno de discussões do projeto de lei. “Pelo processo hontem seguido na votação, os calculos mais favoraveis computam em 15 sessões o tempo necessario para terminar (*sic*) a do projecto da vaccina, ou seja, mais da metade da nova prorrogação”(sic), destaca o periódico em 24 de setembro de 1904.

Enquanto os debates se arrastavam na Câmara, a opinião pública se manifestava de forma ativa. O *Correio da Manhã* dá especial destaque aos manifestos que são enviados aos parlamentares e lidos por eles em Plenário. O jornal oferece também espaço livre para que abaixo-assinados sejam publicados, divulga anúncios de encontros que visavam debater o posicionamento de determinadas instituições a respeito da obrigatoriedade da vacina e, ainda, publica o posicionamento de entidades de classe sobre a questão.

Em 15 de julho, por exemplo, o médico positivista Joaquim Bagueira Leal escreve em uma seção livre no *Correio da Manhã* um abaixo-assinado contra a obrigatoriedade da vacina, dirigido ao Governo. Nele, ressalta-se que a oposição ao projeto de lei está na sua obrigatoriedade. No entanto, o manifesto deixa no ar a insegurança com relação ao método: “Não é, srs. representantes da nação, em nome da ineficácia ou dos perigos da vacina que vos dirigimos a presente petição, pois muitos dos abaixo-assinados estão convencidos das vantagens desse meio prophylactico. Apenas o que não desejamos é a sua imposição”, diz um dos trechos do manifesto, que acrescenta: “(...) bastou a apresentação do projeto da obrigatoriedade para que surgissem os adversários dessa prática, mostrando ou procurando mostrar não só a sua inutilidade mas também os seus perigos, sob razões bastante poderosas para dar que pensar!” (CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1904) (*sic*).

Já em 2 de agosto, o jornal publica uma nota da Federação de Estudantes Brasileiros, em que a instituição afirma ter colocado em votação o posicionamento contrário à obrigatoriedade da vacinação “do ponto de vista jurídico e moral”. Reunido, o diretório da federação decidiu por se colocar contra à medida. No mesmo mês, dia 17, na “Sessão 1904”, o *Correio* afirma que foi lida

na Câmara, pelo deputado Galeão Carvalhal, uma representação de cidadãos residentes em Campinas contra o projeto de lei. Apesar de todos os manifestos contrários à vacina, no dia 21, o periódico traz um posicionamento favorável a ela, vindo da Associação dos Empregados no Commercio:

Agravando-se sobremodo a epidemia da variola, que segundo informações do dr. directo da Saúde Publica ao ministro do interior, coincide com o decrescimento das vaccinações, a Associação dos Empregados no Commercio, depois de ouvir o seu corpo clinico, que aconselham a vaccina como principal meio prophylatico, resolveu convidar a todos os seus associados a se vaccinarem e manter francos aos publico os seus onze postos vaccinicos. Por meios brandos e intelligentes, como este que emprega a Associação dos Empregados no Commercio, que tantos serviços já tem prestado a seus socios e á população do Rio de Janeiro, é que se conseguirá propalar a vacina (CORREIO DA MANHÃ, 21 de agosto de 1904) (*sic*).

Diferente do que queriam os parlamentares de oposição, o projeto de lei foi aprovado em última discussão tal como saiu do Senado, conforme noticia a *Gazeta de Noticias* em 27 de outubro. Na prática as medidas regulamentadas foram muitas mais severas do que se previa. O texto impunha pena de multa e impedimentos à vida pública à toda a população que se negasse a se vacinar e revacinar, tais como exigência de atestado para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos, viagens, etc. Além disso, ela previa o isolamento compulsório das pessoas que se negassem a se vacinar ou que não apresentassem atestado de vacinação.

O regulamento estabelecia também a apresentação de comprovante de vacinação para desembarcar no porto; para se estabelecer num quarto de hotel ou pensão; e obrigava os recém-nascidos e bebês de até seis meses de idade a serem vacinados. As medidas consideravam legítimo que a população se vacinasse com um médico de sua confiança. No entanto, tornava o processo de validação do comprovante bastante burocrático. O atestado deveria ser feito em papel oficial, devidamente registrado com visto de uma autoridade sanitária<sup>20</sup>.

Soma-se ao caráter autoritário da lei, a brutalidade com a qual os agentes da Diretoria de Saúde Pública atuavam para imunizar a população contra a varíola. Teresa Meade (1997: 90) nos faz refletir que a vacina também gerava na população uma certa desconfiança com relação ao verdadeiro interesse do governo por traz da obrigatoriedade da imunização. Segundo a autora, as populações da Zona Norte e do subúrbio criticavam o fato de, por anos, poucos dos serviços

---

<sup>20</sup>*Gazeta de Noticias*, 10 de novembro de 1904, “O regulamento da vaccina”.



públicos de ponta que melhoraram a vida dos moradores da Zona Sul e do Centro chegaram até as populações dos distritos industriais.

Por que eles deveriam acreditar que a vacinação, uma dolorosa, inconveniente e assustadora medida era necessária para a saúde pública, quando autoridades da saúde pareciam pouco interessadas na higienização geral dos mais populosos e pobres bairros da cidade? (MEADE, 1997: 90)<sup>21</sup>.

Por trás da negação da vacina, pode estar também a falta de confiança em um modelo de medicina científica que estava se institucionalizando. Soma-se a isso a forte crença em métodos de cura tradicionais, aspectos que serão detalhados mais adiante.

Em paralelo a esses pontos, há de se considerar ainda a pouca eficácia e segurança na vacina e na vacinação adotadas ao longo do século XIX. Havia dúvidas quanto à qualidade da linfa importada pelo Brasil e sua conservação no transporte, que poderiam impactar na eficácia da vacina; a falta de consenso sobre a necessidade ou não de revacinação; o tempo limite de garantia dessa imunização; e as controvérsias que envolviam os procedimentos do vacinador, tais como o uso de lancetas enferrujadas e o próprio comportamento dos agentes no ato de vacinar e sua presença na casa das pessoas.

Para ilustrar a insegurança que a vacina e a vacinação geravam na população, vale apresentar duas colunas publicadas no jornal *Correio da Manhã*. O primeiro, um editorial assinado por Gil Vidal, o diretor de redação do jornal, no dia 26 de julho de 1904, e que tem como título “Escravidão Sanitária”. O texto chama a ação saneadora de Oswaldo Cruz de “fanatismo científico” (*sic*), afirma que vacina foi causa da morte de uma pessoa e denuncia o despreparo dos vacinadores.

Já registrou o *Correio da Manhã* dois casos de morte infligida pela hygiene; primeiro, o da creança moradora na rua do Major Avila, e victimada por queimaduras de acido phenico; segundo, a da mulher moradora na rua do Senhor dos Passos, e **que se finou de septicemia gangrenosa, consecutiva á vaccina inoculada por um delegado do sr. Oswaldo Cruz**. Neste caso, a arrogancia da directoria da Saúde Pública, para fugir á responsabilidade, chegou a ponto de tachar de errado o parecer do medico que procedeu á necropsia e, mais ainda, de suspeito, pelo empenho de combater uma theoria scientifica a que é adverso, calúmnia contra a qual protestou dignamente o calumniado (...) (CORREIO DA MANHÃ, 26 de julho de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*.]

<sup>21</sup>*Tradução nossa do original:* “Who then opposed the public health plan, and why did that opposition ultimately center on the vaccination law? Some residents of the Zona Norte and *subúrbios* were early opponents of the plan because, as they had argued for yeast, few of the highly publicized services that were improving life for residents of the Zona Sul and the center city were reaching the populous industrial districts. Why should they believe that vaccination, a painful, inconvenient, and frightening measure, was necessary for public health, when the health authorities seemed little interested in the general sanitation of the city’s most populous and poorest neighborhoods?”

No mesmo editorial, Gil Vidal coloca em dúvida a decisão de o Estado adotara vacina como meio profilático mais adequado para o combate à epidemia da varíola. Para isso, o jornalista lança mão do exemplo inglês, país em que “o legislador teve que abrir exceção à obrigatoriedade da vaccina jenneriana para casos em que o cidadão julga, em consciência, ser a vaccina prejudicial a si e aos seus”(sic). Gil Vidal vai ainda mais longe nas suas críticas e ressalta a posição autoritária do Governo: “Aqui não se faz absolutamente caso algum da opinião pública. Decretada á vacina obrigatoria, ha de impô-la violentamente o governo. Aos recalcitrantes, unette-los á na cadeia (...) (sic).

O segundo exemplo faz parte de uma coluna publicada em 6 de setembro de 1904 em que são defendidas emendas ao projeto de lei. As emendas, sustentadas por um parlamentar contrário à vacina, o advogado e deputado pelo Estado do Rio Grande do Sul – de origem militar e positivista – Barbosa Lima<sup>22</sup>, mostram uma tentativa da oposição de garantir a segurança do artefato científico. No título da coluna consta um breve resumo do conteúdo: “O sexto discurso do sr. Barbosa Lima”, “Na Camara”, “Contra a obrigatoriedade da vacina”, “Mais 36 emendas”.

Em sua fala, o deputado sugere ações que garantam a “segurança científica” da vacina e da vacinação, tais como a apresentação de provas de pureza da linfa; análises químicas, microscópicas e bacteriológicas do líquido presente na lanceta; a adoção da vacina produzida por intermédio da cabra “a fim de diminuir as probabilidades da tuberculose”; a exigência de que os vacinadores fossem médicos da Diretoria Geral da Saúde Pública; a cobrança de que o governo nomeie uma comissão para determinar a “composição química e a constituição bacteriológica da linfa a ser empregada”; a proibição da “vaccinação humanizada, chamada de braço a braço”.

Do ponto de vista da proteção às famílias e aos direitos dos cidadãos, Barbosa Lima sugeria que os vacinadores, todos médicos, se apresentassem uniformizados; que a população não fosse obrigada a apresentar cicatrizes como prova da vacinação; e, por fim, que todo o vacinado que contraísse varíola ou qualquer outra doença 30 dias após ter sido vacinado receberia uma indenização. No entanto, nenhuma das emendas foi adotada no texto final da regulamentação da lei.

Os editoriais e colunas expostos acima nos dão a dimensão da série de reivindicações que visavam o direito à cidadania no período. Elas também vocalizam, de alguma maneira, uma

---

<sup>22</sup>Segundo informações do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra escrita por Eduardo von Larmmert e de Sevcenko (1984).

demanda popular. Isso permite observar mais de perto as discussões sobre os intelectuais e a dinâmica entre posicionamentos liberais (como esse último) e os posicionamentos autoritários defendidos pelo Estado e a que os jornais dão vazão. Os periódicos, assim, se colocam como mediadores do próprio debate público.

### 3.1 A arte da cura e a vacina antivariólica

A vacina antivariólica não era uma novidade para a sociedade brasileira do início do século XX. Ela foi introduzida no Brasil ainda no período colonial e disseminada por D. João VI por meio da criação da Junta Vacínica da Corte. Ao longo do século XIX a doença fez incontáveis vítimas. Dados dos relatórios de presidentes de província do Rio de Janeiro, produzidos entre 1835 e 1889, apontam que, só na Corte, existiram surtos epidêmicos nos anos de 1865, 1872, 1878, 1882 e 1887 (PIMENTA, BARBOSA, KODAMA, 2015).

Segundo as autoras, os registros sobre a existência da varíola ano a ano “mostram claramente” que a doença fazia parte do cotidiano da população, que lidava de algum modo com sua presença e sequelas. Um desses modos era a própria vacinação e a variolização, um método ligado diretamente à tradição cultural (*Ibidem*: 158-159).

Descobrir que a vacinação não se constituía como uma total novidade para a sociedade do século XX fez com que fossem revistas as hipóteses iniciais desta pesquisa acerca dos motivos que poderiam ter levado à população do Rio de Janeiro a se opor e a se rebelar contra a obrigatoriedade da vacinação, no movimento que ficou conhecido como Revolta da Vacina.

Sobre essa surpresa, cabe destacar um apontamento de Sidney Chalhoub (1996), que revela que tal descoberta não é exclusiva a pesquisadores iniciantes:

Inteiramente beócio em assuntos de saúde pública, nem sequer sabia que a famosa Revolta da Vacina, em 1904, fora talvez a “celebração” do centenário da introdução da prática da vacinação no país. Introduzida no Brasil em 1804, propagada pelo método da inoculação braço a braço, a vacina antivariólica era história velha, e eu não alcançava entender o porquê de os historiadores que escreveram sobre a revolta de 1904 não fazerem – via de regra – qualquer menção à história prévia do serviço de vacinação na Corte (CHALHOUB, 1996: 11).

Dessa forma, seguindo as ideias de Chalhoub, parto da concepção de que a resistência à vacina pode ter sido, dentre outras razões, motivada por uma “vacinophobia” das classes

populares cariocas, ideia defendida pelo próprio autor. Um medo que tem ligação tanto com a falta de segurança na eficácia da vacina ou com uma desconfiança na possibilidade de contaminação por outras doenças. Ou ainda, com o incômodo ou a dor que sua aplicação gerava nas pessoas. E, por fim, com uma resistência cultural à medicina científica apoiada pelo Estado, a medicina experimental baseada na microbiologia.

É interessante notar essa percepção em coluna publicada no dia 22 de agosto de 1904 no *Correio da Manhã*. Intitulada “Contra a vaccina obrigatória” “Opiniões de autoridades avéssas á vaccinação obrigatória” (*sic*), a coluna faz parte de uma série de cinco colunas publicadas pelo jornal nos dias 19, 20, 22, 23 e 25 de agosto e que visava trazer opiniões de autoridades: “Philosophos, Estadistas, Philanthropos, Sunmidades Medicas, Publicistas e outros”, conforme aponta o impresso em 19 de agosto.

No dia 22, o *Correio* traz os argumentos do filósofo Herbert Spencer. O texto deixa clara a desconfiança na vacina e sua capacidade de promover o bem-estar do homem. O artigo chega a afirmar que a confiança na vacina como método de proteção contra doenças é “anormal” ou “loucura”.

'Ousará por ventura alguém sustentar que a vaccinação nenhum outro effeito produz que o de garantir o enfermo de uma certa e determinada molestia? E' impossivel mudar a constituição physica em relação a um agente invasor e deixal-a intacta respectivamente a todos os demais agentes invasores. E qual deverá ser a mudança? Ha casos é verdade, de pessoas doentias que após uma doença grave, qual a febre typhoide, têm gozado melhor saúde. Estes casos, porém, são **anormaes**; pois, do contrario, uma pessoa saudavel se tornaria ainda mais sadia após uma serie de doenças. Daqui vem que, como uma constituição modificada pela vaccina não se torna mais apta para resistir a influencias perturbadoras em geral, deve tornar-se menos apta...a presunção de que a vaccina muda a constituição relativamente a bexigas e não a outras doenças é **rematada loucura(...)**' (*sic*) [grifos nossos] (CORREIO DA MANHÃ, 22 de agosto de 1904).

Já em editorial publicado em 28 de agosto pelo mesmo jornal, Gil Vidal também deixa transparecer suas dúvidas acerca da possibilidade de a vacina promover saúde e não doença. O jornalista aponta que, embora em minoria, “ha autoridades medicas muito competentes que a condemnam; e sem duvida fallecem á sciencia meios de verificar, com certeza, que a introdução daquelle corpo estranho no organismo não lhe traga perturbações ou lhe seja inteiramente innocua” (*sic*). Gil Vidal ressalta ainda que a própria Diretoria Geral de Saúde Pública, que teria “interesse material na adopção da vaccinação obrigatória”, não estaria “sinceramente convencida da efficacia absoluta da vaccina e da sua innocencia” (*sic*).

A vacinação foi considerada como uma medida para conter as constantes epidemias de febre amarela, peste e varíola nas cidades litorâneas a partir de meados do século XIX, ainda pelo Império. Conforme nos aponta Gilberto Hochman (2012: 91), “o desenho institucional da saúde pública moveu-se lentamente rumo à unificação administrativa”. No entanto, essas ações eram baseadas em esforços antagônicos: de um lado representado por uma ação centralizadora de D. João que municipalizou todas as atividades sanitárias – organizadas sob a forma de Comissões de Higiene Pública nas províncias –; e, depois, em movimento contrário, que progressivamente levou à uniformização administrativa dos trabalhos de higiene pública no Governo Central e separada apenas no que se referia aos serviços terrestres e marítimos<sup>23</sup>. Essas ações, no entanto, não tiveram alcance expansivo em termos territoriais, tratando-se apenas de ações pontuais e emergenciais.

No que se refere à vacinação antivariólica, conforme previamente mencionado, esta foi introduzida no Brasil em 1804 e, com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, foram criadas, em 1810, escolas de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro e na Bahia. Já em 1811, foi criada uma Junta Vacínica da Corte, que passou a ser responsável pela vacinação antivariólica e que significou, segundo nos aponta Tania Maria Fernandes (1999), “o início da implantação da prática médica como ação estatal no Brasil”.

A Junta Vacínica era subordinada à Fisicatura, único órgão existente responsável por uma parte do setor de saúde, que tinha como atribuição a fiscalização. A Junta também era subordinada à Intendência Geral de Polícia, órgão fundamental para a efetivação das medidas propostas e que tinha entre seus funcionários um oficial de polícia. Segundo a legislação da época, a Junta fora criada para ser um órgão que permitisse a propagação da vacina para o benefício do povo. No entanto, conforme nos mostra Fernandes (1999: 31), “a atuação da Junta foi inexpressiva diante da magnitude do problema da doença, tanto na capital como nas demais províncias.

A partir da década de 1820, percebe-se uma mudança de posicionamento da Corte, com vistas ao estabelecimento de um trabalho mais regular da vacinação. Com a Constituição de 1824 e a Lei de 1828 é estabelecida a criação e as atribuições das câmaras municipais. Estas instituições passariam a existir em todas as cidades e vilas, que seriam regidas por um ‘Código de Posturas’, formulados pelas próprias câmaras e que visavam manter a ordem pública. Com a

---

<sup>23</sup> Segundo Fontenelle (1992, p. 27 *apud* HOCHMAN, 2012, p. 91).

criação das câmaras municipais, extingue-se a Fisicatura e os poucos serviços de saúde passam a ser vinculados às câmaras.

De acordo com Fernandes (1999: 32), essa alteração não trouxe mudanças substanciais aos serviços e atendia mais ao desejo de descentralização do poder estatal. Na prática, esse processo, associado a iniciativas particulares de disseminação da vacina j Jenneriana, forçou a criação de instituições que se voltavam para a tentativa de controle da varíola em nível local. No município do Rio de Janeiro, o Código de Posturas, elaborado em 1832, estabeleceu pela primeira vez no Brasil a obrigatoriedade da vacina às crianças, com aplicação de multa aos que desrespeitassem a medida.

Gilberto Hochman (2012: 92) ressalta que a última grande reformulação dos serviços sanitários no Império ocorreu em 1886, a *Reforma Mamoré*, com a criação do Conselho Superior de Saúde Pública. Neste momento, os serviços sanitários passam a ser divididos em duas inspetorias gerais: uma de higiene, encarregada da higiene terrestre, com ênfase na capital do Império; e outra de saúde dos portos, responsável pela higiene marítima, que se organizava ao longo dos portos do país.

Já em 1890 o Governo Provisório da República ampliou o poder da Inspeção Geral de Higiene sobre os estados e adicionou-lhe mais atribuições, retirando, assim, a higiene do âmbito municipal. Em 1891, no entanto, a tendência é revertida. A Constituição estabelece que os assuntos de higiene caberiam aos municípios e estados. Hochman nos mostra que a lei orçamentária sancionada em dezembro de 1891 deixa claro que todos os serviços sanitários da Capital Federal caberiam ao governo do Distrito Federal, enquanto que os estados passariam a assumir todas as despesas com os serviços de higiene terrestre em seus respectivos territórios. Sob a responsabilidade do Governo Federal ficariam as atividades vinculadas à defesa sanitária do país, que se referia, em grande parte, aos serviços sanitários marítimos.

Consagrou-se, assim, que no arranjo federativo brasileiro caberia aos poderes locais o cuidado com a saúde da população. Ao Governo Federal competia, no final da década de 1890, basicamente, ações de saúde no Distrito Federal (DF), a vigilância sanitária dos portos e assistir os estados em casos previstos constitucionalmente. O órgão federal responsável era a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) (HOCHMAN, 2012: 93).

A DGSP tinha como atribuições a direção dos serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais; a fiscalização do exercício da medicina e farmácia; estudos sobre doenças

infectocontagiosas, a organização de estatísticas demográfico-sanitárias; e o auxílio aos estados, mediante solicitação dos respectivos governos, em situações especiais, como em uma epidemia.

Ainda segundo Hochman, entre 1902-1904, na Presidência de Rodrigues Alves, o que se viu foi uma extensão da autoridade pública federal devido a um “contexto de pressão” dado o enorme obituário causado pelas epidemias, como a febre amarela, a peste e a varíola, que desorganizavam a economia nacional e “manchavam” a imagem da cidade e do país. Com isso, o poder central passou a regular e implementar políticas gerais no que tange à vigilância nos portos, não deixando a critério de autoridades locais a liberação de passageiros e mercadorias que pudessem ameaçar a salubridade do resto do país.

No âmbito da Capital da República, ainda em 1902, o Governo Federal impôs a notificação compulsória de doenças como tifo, cólera, febre amarela, peste, varíola, difteria, febre tifóide, tuberculose e lepra, com enquadramento no código penal daqueles que não cumprissem a determinação. No período houve também a instauração de uma justiça sanitária, com competência para atuar em ações e processos civis e criminais em saúde e salubridade pública, referente à execução das leis e regulamentos sanitários, e garantir a ação das autoridades sanitárias.

O ápice da centralização veio por meio da legislação sanitária de 1904, em que todos os serviços de higiene, até então na esfera da municipalidade do Distrito Federal, passaram a ficar sob a responsabilidade da União. O que incluía o controle de médicos do município e funcionários de limpeza urbana e todas as ações de profilaxia de doenças contagiosas, bem como a transferência do Instituto Soroterápico Federal (mais tarde Instituto Oswaldo Cruz) para controle federal, o serviço sanitário dos portos marítimos e fluviais, os hospitais de isolamento em cada um dos principais portos, entre outras ações. A iniciativa final de fortalecimento da autoridade federal veio também 1904, por meio da aprovação da lei de vacinação obrigatória contra a varíola em todo o Brasil (HOCHMAN, 2012: 94).

Sobre a vacina antivariólica, Tania Maria Fernandes (1999) nos aponta que a vacina jenneriana também chamada de humanizada, descoberta por Jenner no final do século XVIII, foi introduzida no Brasil em 1804 pelo marechal Caldeira Brandt Pontes (o marquês de Barbacena), que enviou a Lisboa alguns escravos e um especialista a fim de transmiti-la de braço a braço até a Bahia, de onde foi da mesma forma trazida para o Rio de Janeiro, ainda no mesmo ano (FERNANDES, 1999: 20).

A partir de 1840, com o descobrimento de que a vacina perdia seu efeito imunizador com os anos e o desenvolvimento de investigações a fim de reativá-la, a medicina científica da época criou uma nova vacina, a de origem animal. De acordo com Fernandes, “deu-se início uma nova etapa de imunização antivariólica, com a vacina retirada diretamente da pústula da vaca e inoculada no homem” (*Ibidem*: 20). No entanto, esta vacina, tida como mais segura pelos cientistas do que a do tipo humanizada, só chegaria ao Brasil em 1887.

De acordo com a autora, apesar do significativo avanço no controle da doença obtido por meio do uso das duas vacinas, existia um movimento contrário à utilização desses tipos de imunização. Do lado da vacina humanizada, o receio, partilhado por muitos médicos, girava em torno da possibilidade de transmissão de outras doenças por meio da inoculação braço a braço. Entre elas, estavam a tuberculose, a sífilis e a erisipela.

Adicionalmente está o horror à dor. Isso porque, segundo as práticas da vacinação humanizada, a continuidade do método de propagação braço a braço dependia do comparecimento dos vacinados após oito dias para que o pus extraído de sua pústula fosse utilizado na vacinação de outras pessoas. “Muitos vacinados resistiam a esse retorno demorado e incômodo, o que provocava uma constante queda-de-braço entre a população e os vacinados, os últimos frequentemente apoiados na autoridade policial” (CHALHOUB, 1996: 113-114).

Segundo o autor, além da dor, as descrições se referem a horas de disponibilidade nesta volta dos vacinados. Fora isso, havia uma valorização do líquido retirado de crianças. Visto que se acreditava que seria mais certo o desenvolvimento de “pústula verdadeira”. O resultado era que parte significativa dos vacinados evitava retornar, desaparecendo simplesmente ou usando de artimanhas como o fornecimento de nomes e endereços falsos.

Do lado da vacina animal, havia o medo, também compartilhado por alguns médicos, de que alguma doença típica de bovinos pudesse ser transmitida aos homens. Sobre esse aspecto, ressalta-se a contribuição negativa do dr. Heleodoro Jacinto de Araújo Carneiro, médico português autor das “Reflexões e observações sobre a prática da inoculação da vacina e as suas funestas consequências”, publicadas em Londres, em 1808. Segundo Sidney Chalhou, citando Hercules Octaviano Muzzi – médico que trabalhou no serviço de vacinação da Corte desde o seu início –, “o livro do dr. Heleodoro tivera grande repercussão em Portugal e no Brasil, sendo que seu argumento sobre os riscos de o processo de vacinação transferir aos homens as doenças dos



quadrúpedes teria comprometido quase que irremediavelmente a propagação da vacina” (CHALHOUB, 1996: 129).

Soma-se a isso o fato de que, para ambas as vacinas, havia a insegurança em torno dos procedimentos do vacinador e de questões técnicas, como o uso de lancetas enferrujadas (FERNANDES, 1999: 23). Chalhoub ressalta a falta de médicos que aplicassem a vacina no interior. Cabendo, assim, a tarefa a boticários ou leigos. “É possível, portanto, que esses leigos não soubessem bem o material que inoculavam, havendo talvez exemplos concretos de casos em que, como dizia a população, a *vacina era a varíola*” (CHALHOUB, 1996: 132-133).

Silveira e Marques (2011) também constata essa ausência de vacinadores. Em estudo sobre as práticas de vacinação em Minas Gerais no século XIX, as autoras identificaram que a documentação revela que, frequentemente, o governo da província via-se forçado a recorrer aos filantropos, ilustrados ou curiosos para o provimento do cargo de comissário vacinador municipal e paroquial. “A documentação é farta em menções sobre a vacância de cargos por mudança ou falecimento dos indicados” (*Ibidem*: 392).

Outra importante causa para a desconfiança na vacina eram as próprias falhas da administração, como a falta de pagamento aos vacinadores, o fornecimento irregular de vacina, a ausência no monitoramento das aplicações e até a má qualidade dos lotes de linfas. Em 1878, somente três municípios da província – Niterói, Paraty e Petrópolis – realizaram a vacinação oficial. O serviço não pôde ser completado pois a Assembleia Provincial aparentemente havia suspenso os recursos. “O relator fazia um apelo ao presidente da província para que a vacinação voltasse a funcionar ‘como era antigamente’” (PIMENTA, BARBOSA, KODAMA, 2015: 158).

Esse conjunto de receios e entraves listados acima tornaram-se maiores quando a ciência médica da época reconheceu que havia, também na vacina animal, um tempo de ação vacinal limitado, de dez anos. O que só poderia ser solucionado com a revacinação.

Como solução para o problema das duas vacinas, passou-se a indicar a revacinação periódica a partir da primeira inoculação, o que provocou grandes polêmicas e questionamentos. Se já era difícil convencer a população a vacinar-se, mais complexo tornava-se o convencimento no caso da revacinação, entendida como uma indicação de falha técnica na aplicação da primeira dose (FERNANDES, 1999: 22).

Cabe aqui retornar aos anos iniciais do século XIX, quando a Corte chega ao Rio de Janeiro e D. João VI cria a Junta Vacínica da Corte. Esse retorno é importante a fim de que se

resgate de que forma a varíola e seu combate eram tratados pelo Estado. Segundo Fernandes (1999: 31), a Junta Vacínica simbolizou um dos primeiros passos de D. João VI com vistas a uma atuação no setor de saúde. É válido ressaltar que o fato de ter tido dois irmãos e um filho falecidos por varíola podem ter levado a D. João a ter essa “sensibilidade”. Logo, muito além do impacto social, a varíola era uma doença que atingia a elite e, por isso, tinha a atenção da Corte.

Embora Fernandes considere que a Junta Vacínica da Corte tenha tido uma atuação “inexpressiva”, é importante frisar que ela teve um decisivo papel no Rio de Janeiro a partir de 1832. Por meio da criação do Código de Posturas, estabeleceu-se pela primeira vez no Brasil a obrigatoriedade da vacina, passível de multa àqueles que não a cumprissem. Segundo o código, deveriam ser vacinadas crianças de zero a um ano de idade.

Apesar de obrigatória para uma fração delimitada da população, a vacinação não se fez cumprir. A única obrigatoriedade cumprida era aquela ditada pela escravidão nas fazendas, para onde o vacinador era deslocado por solicitação dos proprietários de escravos, o que alcançava cerca de 40% da vacinação em relação aos demais vacinados (Acervo do Arquivo Nacional). No âmbito da população em geral, o uso da vacina era muito desacreditado e temido, como afirmam os responsáveis pela vacinação e estudiosos do assunto em vários ofícios e publicações específicas (Guarany, 1863; Lee, 1863; Moreira, 1862) (FERNANDES, 1999: 33).

Esse fato nos revela que, assim como a vacinação antivariólica, sua obrigatoriedade também não era uma novidade. Antes mesmo de 1904, a imposição da vacinação já era uma prática político-social. Depois de 1832, a obrigatoriedade aparece, novamente, em 1846, quando da criação do Instituto Vacínico do Império. A mesma legislação que criava o instituto definia, mais uma vez, a obrigatoriedade da vacinação a crianças de até três meses e de grupos determinados.

Exigia-se atestado de vacinação ou comprovação da doença para admissão no Exército ou Armada, em estabelecimentos de educação ou oficinas a cargo do governo. A mesma exigência era feita para admitidos, matriculados ou inscritos em qualquer estabelecimento oficial, literário, público ou particular (FERNANDES, 1999: 36).

Ao assumir a direção do serviço de vacinação, em meados de 1870, o barão do Lavradio alterou as regras para vacinação. Conforme nos aponta Chalhoub (1996: 154), pelas novas regras, as crianças passariam a ser vacinadas entre quatro meses e um ano de idade, e precisavam ser revacinadas entre os doze e os quinze anos. Quanto aos adultos, ninguém poderia ter emprego

público, ou ingressar em estabelecimentos de ensino secundário ou superior, público ou particular, sem fornecer comprovante de que fora vacinado.

Para fazer valer a lei, os fiscais deveriam percorrer as freguesias, intimando as pessoas a apresentar comprovante de vacinação das crianças. Aqueles que não mostrassem o comprovante entrariam nas listas de pessoas sujeitas à multa a ser aplicada pela Câmara Municipal. A determinação provocou o efeito inverso, no entanto. As pessoas não se vacinavam por medo de não conseguirem comparecer à vacinação na semana seguinte.

Meihy e Bertolli Filho (1990) mostram que a proclamação da República trouxe um novo incentivo à “Polícia Sanitária”. Em 1889, um novo decreto impunha, novamente, a obrigatoriedade da vacinação antivariólica, mas apenas para crianças de até 6 meses. “Esta medida se enquadrava como ‘Proteção à Infância’, contudo, a vacinação para os demais segmentos tornava-se optativa e seria aplicada de dez em dez anos” (MEIHY E FILHO, 1990: 28). Cabe ressaltar, conforme apontam os autores, que ambos os tipos de vacina – a vacina animal e a vacina humanizada (pus vacínico) – foram postos à disposição da população.

Em 1894 um novo decreto autorizava o prefeito municipal a aceitar a proposta do doutor Pedro Affonso Franco que previa a construção, com seus próprios recursos, de um prédio para o Instituto Vacínico Municipal. Ali se cultivaram as duas vacinas.

Apesar da obrigatoriedade e das ações para fazer valer as regras, a medida que impunha a vacinação não teve apoio da população. Segundo Tania Maria Fernandes, embora os dados estatísticos da época sejam esparsos e pouco confiáveis, há referências de aumento considerável de casos da doença, inclusive, de pessoas já vacinadas, o que viria a fortalecer o questionamento da eficácia da vacina (*Ibidem*: 37).

Uma dessas referências é o Relatório de Trabalho do barão do Lavradio, então presidente da Junta de Higiene e inspetor-geral do Instituto Vacínico. Lá, ele afirma que “os serviços de vacinação têm tido resultados pouco profícuos”. Entre as causas, o barão do Lavradio ressalta:

(...) de um lado, a indiferença com que a nossa população olha para os efeitos de sua aplicação e só buscando o auxílio que lhe oferece para livrá-la do terrível flagelo da varíola ao surgir alguma epidemia devastadora; de outro lado, os preceitos que atuam no espírito dos habitantes do interior de todas as províncias, encarando-a como meio de transmissão e de desenvolvimento da varíola (BARBOSA, 1908: 427, *apud* FERNANDES, 1999: 37).

O medo de que a vacina poderia levar à doença, e não à sua imunização, não é em vão. Na época, a qualidade da linfa usada para a produção da vacina não era, realmente, confiável. O

próprio barão do Lavradio tentou solucionar esse problema por meio da regularização da importação de linfa vacínica dos países europeus, principalmente do Instituto Jenneriano, na Inglaterra. Ainda assim, restaram dúvidas acerca da conservação da linfa importada. Isso porque o mau manuseio a longas distâncias e em condições de conservação duvidosas, sobretudo sob o calor tropical, faziam com que a linfa chegasse corrompida em muitas localidades (PIMENTA, BARBOSA, KODAMA, 2015: 175).

Também se constituía uma dúvida da medicina científica da época a inoculação da vacina em pessoas com grandes chances de já estarem infectadas pela varíola. “Afirmava-se que, nesses casos, a reação vacínica era intensa, e quem chegasse a contrair a doença a teria de forma agravada” (Brasil Médico, 1887 b,c, *apud* FERNANDES, 1999:39).

Esse medo da contaminação pós-vacinação ficou presente no imaginário da população, conforme nos aponta Sidney Chalhoub ao descrever as tentativas de imunização no interior da Corte de um médico enviado do governo imperial. O Dr. Teixeira: “(...) procurou utilizar a estratégia do convencimento, mas o “povo [...] se achava então sob o triste preconceito, de que a vacina em tempo de epidemia, longe de ser um grande benefício, era pelo contrário um passo dado para contrair a moléstia” (CHALHOUB, 1996: 126).

Outro ponto importante a se ressaltar é a resistência cultural e o conflito social que acompanharam o processo de institucionalização da medicina. Conforme aponta Luiz Otávio Ferreira (2003), os médicos ao longo do século XIX viam-se obrigados a dialogar com a tradição médica popular. Disputavam, assim, em condições desfavoráveis, a autoridade cultural no campo da arte de curar (FERREIRA, 2003: 119). Em outras palavras, a confiança da população, de diversas posições sociais, estava, muitas vezes, centrada mais na atuação e poder de cura dos feiticeiros e curandeiros, do que na medicina da época. A busca por pessoas que praticavam a “medicina popular” está ligada também a uma correspondência de entendimento, entre doentes e curandeiros, sobre os males do corpo.

Ao estudar Juca Rosa, um popular praticante de diferentes artes de cura que habitou a Corte ao longo de todo o século XIX, Gabriela dos Reis Sampaio nos mostra a existência de uma fortíssima ligação entre crença e cura. Ou, conforme diz a autora, “a impossibilidade de separá-las, assim como práticas medicinais e rituais mágicos, em concepções culturais afro-brasileiras do período”.

Nascido no Rio em 1833, filho de mãe africana, Rosa liderava uma misteriosa seita havia alguns anos, contando com diversos adeptos. Além de muitos negros,

trabalhadores e pessoas pobres, entre seus seguidores havia também políticos, ricos comerciantes, membros das classes dominantes brancas e letradas, que se deslocavam até sua casa em busca dos seus conselhos e prodigiosas curas, participando de seus rituais de magia (SAMPAIO, 2003: 388).

As disputas e negociações entre medicina acadêmica e “medicina popular” tornaram-se mais evidentes diante de contextos específicos, como nas epidemias, “quando a gravidade da situação expunha a incapacidade da ciência médica de deter a propagação das doenças” (FERREIRA, 2003: 120). Eram em situações como essas que “os Juca Rosas” – curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, barbeiros, sangradores, boticários – eram bastante procurados, seja por causa de seus trabalhos como médicos do corpo, seja produzindo remédios para diferentes doenças. Apesar da forte perseguição e coibição dessas práticas, especialmente a partir das últimas décadas do século XIX.

“Tal atividade não se separa da ideia de médico do espírito, pois, conforme acompanhamos nos depoimentos, essas noções não se distanciavam nas crenças de Rosa e seus seguidores” (SAMPAIO, 2003: 404). Sobre o aspecto do cuidado do corpo e do espírito é importante enfatizar a concepção específica sobre a varíola que envolvia as tradições de cura afro-brasileiras.

Acreditava-se, primeiramente, conforme ressalta Chalhoub (1996: 134), “que não se deveria interferir na marcha natural da doença”. Aí está incutida a ideia de “controle dual”, isto é, a ideia de que certas divindades possuíam o poder de causar determinada doença e controlar seus efeitos.

Para algumas crenças e práticas de cura de origem africana, a epidemia de varíola era uma espécie de purificação da comunidade, uma “limpeza” dos males que haviam ali acumulado; seus membros deveriam mudar de atitude e confessar suas ofensas.

Em suma, a justiça de Sagbatá não devia ser obstaculizada por meios mágicos, nem convinha buscar outros expedientes – com a vacina, escreve Herskovits – que criassem embaraços ao “Rei” na execução de seu castigo. Se o “Senhor da Terra” havia trazido a epidemia, só a ele competia proteger a comunidade e livrá-la de seus efeitos; o procedimento inverso seria um convite a mais devastação e morte (CHALHOUB, 1996: 139).

Segundo o autor, essa tradição cultural Sagbatá/Xapanã conquistou também as terras dos iorubá na África e foi assim que viajou para o Brasil, cujos indícios da presença de certa extensão aparecem no culto ao candomblé na cidade. Chalhoub defende ter sido provável que os adeptos

do candomblé tenham se multiplicado na cidade do Rio de Janeiro a partir das migrações baianas, que se seguiram à revolta dos malês em 1835 e, principalmente, ao fim do tráfico internacional de africanos na década de 1850, fato que causou o incremento do tráfico interprovincial.

“Os afro-baianos chegavam ao Rio com os seus santos, e Omolu estava certamente entre eles; segundo Arthur Ramos, seu culto “nas antigas epidemias de varíola na Bahia, [...] tomou uma extensão assombrosa” (CHALHOUB, 1996: 141). Uma tradição que teria, assim, se espalhado progressivamente por toda a sociedade e que ajuda a compreender a noção de que era “dispensável e até ilegítima” a intervenção do médico no tratamento da varíola.

Um outro ponto que precisa ser abordado dentro do contexto do uso das artes de cura sustentadas sobre bases afrodescendentes é o fato de que a medicina científica, até pelo menos a década de 1880, ainda procurava se legitimar perante à sociedade. No final do século XIX, os poucos médicos que existiam eram caros e receitavam basicamente sangrias e purgas para a cura das mais variadas enfermidades. Dentro da comunidade médica havia mais divergências e conflitos do que acordos em relação aos procedimentos utilizados (SAMPAIO, 2003: 413).

Sobre as questões que teriam levado ao medo e à repulsa à vacina, destaca-se, por fim, a prática da variolização. Isto é, a ideia da inoculação do pus variólico, que se originou, segundo Chalhoub (1996: 129), provavelmente da crença, presente em tradições de medicina popular em várias partes do mundo desde a mais remota Antiguidade. Acreditava-se que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir. A aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas as coisas, como ocorreu com frequência no caso da inoculação do pus variólico.

Conforme nos apresenta Chalhoub:

(...) tanto nas variolizações em massa na Europa do século XVIII quanto nas vacinações do século XIX a linfa era, normalmente, lancetada no braço. A única diferença estava no material inoculado, um detalhe complicado de avaliar para as vítimas potenciais das lancetas (CHALHOUB, 1996: 133).

Dessa forma, podemos compreender que no imaginário popular havia também uma associação direta da vacina à variolização. Essa associação tinha tanto um lado positivo como um lado negativo. Do lado positivo, apontam Silveira e Marques (2011) que uma parte da população via na variolização uma proteção contra as bexigas (termo usado na época para nomear a doença). Apesar dessa prática ter contribuído para algumas ocorrências epidêmicas, conforme

sugerem relatos dos comissários vacinadores, a sua aceitação no lugar da vacina nos revela um quadro complexo de falta de confiança nos saberes médicos em alguma medida.

Do lado negativo, parte da população achava que a vacina era a própria varíola e, assim, levava para esta os mesmos sentimentos de “medo” e “repugnância” que tinham para com aquela. Logo, aqueles que não eram adeptos do método deveriam o conhecer por experiência própria ou por ouvir dizer, relacionando-o a algum resultado desastroso e, assim, generalizando as consequências para a vacinação também.

Para finalizar essa análise a respeito das motivações que poderiam estar por trás da resistência à vacina, tem-se a decisiva mudança de ação do Estado para imunizar a população: a vacinação domiciliar. A partir da instauração da República e, mais especificamente, em 1894, quando o barão Pedro Affonso propôs à municipalidade, que passara a ter a vacinação a seu encargo com a reorganização do Distrito Federal, a criação de um novo Instituto Vacinogênico. Fez-se, assim, um contrato de dez anos, reformulado em 1897, que obrigava o barão a ministrar tanto a vacina animal como a humanizada.

O contrato estabelecia ainda que o Instituto devia “fazer vacinações nas estalagens e centro populosos”. Os agentes da vacinação tinham, assim, de visitar “todos os domicílios desta cidade em que se tinham dado casos ou óbitos de varíola, fazendo vacinar todas as pessoas neles residentes” (CHALHOUB, 1996: 178).

Segundo o autor, a vacinação em domicílio tornara-se a principal estratégia da Diretoria de Saúde, chegando a representar mais de 80% das inoculações ministradas em 1898. “É apenas razoável imaginar que tal procedimento deva ter auxiliado em muito a exaltação dos ânimos em torno da vacinação naqueles anos anteriores à revolta de 1904”, defende (CHALHOUB, 1996: 178).

O autor ressalta que, em 1904, atingiu-se o melhor resultado em um século de serviço de vacinação. Foram 108,09 pessoas vacinadas por mil habitantes no ano da revolta. “Ou seja, o motim ocorreu quando o serviço estava vacinando pessoas como nunca conseguira antes”, conclui Chalhoub (1996: 179). Observamos, assim, a contradição por trás do processo de institucionalização da ciência na época. Se de um lado há uma maior efetividade da ciência face à sociedade, ela se impõe de maneira forçada, pela coação e não pelo diálogo e a persuasão. Essa mediação de mão única acaba por gerar uma reação violenta à própria ciência.

Todo esse caldo cultural, ideológica e de reorientação das práticas do Estado quanto à expansão e centralização do controle da União sobre às ações de saúde pública e dos serviços à imunização da população é fundamental para que se entenda que a Revolta da Vacina teve, também, sua motivação na própria vacina. No subcapítulo que se segue será estabelecido um panorama historiográfico sobre as produções que procuraram compreender a Revolta.

### 3.2 A revolta foi, também, por causa da vacina: uma revisão historiográfica

A extensa bibliografia acerca da Revolta da Vacina nos revela diversas facetas desta mobilização popular. Protagonizada por forças sociais heterodoxas, a revolta esteve fundamentada em um movimento social bastante amplo, estruturado sobre tensões políticas, de oposição à República e ao governo de Rodrigues Alves; e econômicas, de fúria com a carestia generalizada de alimentos e do preço de aluguéis de moradias na área central da Capital Federal. Adiciona-se a esse mosaico o descontentamento com as medidas de remodelação e saneamento urbano, como a destruição dos cortiços e expulsão das populações mais pobres do centro da cidade, e higienistas, orientadas por Oswaldo Cruz para pôr fim às epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica. Além disso, o movimento nos revela as tensões por trás da adoção de um “modelo de ciência” pelo Estado, baseado na medicina experimental, na bacteriologia e na microbiologia.

Os estudiosos desse movimento social tendem a ver a questão da obrigatoriedade da vacina, no entanto, não como uma motivação central e sim uma espécie de pretexto. Conforme destaca Chalhoub em sua revisão historiográfica sobre o tema:

(...) para Sevcenko a revolta “não foi contra a vacina, mas contra a história”; para Carvalho, “o inimigo não era a vacina em si, mas o governo, em particular as forças de repressão do governo”; para Needell, a lei da vacinação obrigatória foi apenas a faísca que ateou por fim o incêndio; para Teresa Meade, a oposição popular originara-se de um leque bastante amplo de ressentimentos, apenas teria se concentrado em determinado momento na questão da vacina (CHALHOUB, 1996: 101).

Ao revisitar a obra de Sevcenko (1984), nos deparamos com um olhar bastante cuidadoso para os personagens do movimento, em especial, para as camadas populares. O autor traz esses atores para o protagonismo da mobilização, incentivando a reflexão sobre o contexto de opressão ao qual essa população fora submetida em favor de um modelo de civilização, encampado por



uma elite burguesa e urbana, que surge nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica.

Sevcenko reconstrói todo o contexto econômico e de transformações sociais no qual as camadas populares estavam inseridas. Nesse sentido, cabe lembrar a alta nos preços dos gêneros alimentícios, herança ainda decorrente da Política de Encilhamento<sup>24</sup> aplicada no governo de Deodoro da Fonseca pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa, e o aumento nos valores dos aluguéis, que ficaram ainda mais pressionados com a especulação imobiliária na área central da cidade e a política de derrubada dos cortiços, que obrigava a população a se mudar para os subúrbios, distante de seus pólos de trabalho.

Sobre o aspecto da lei que previa a obrigatoriedade da vacina, ele identifica quem eram os personagens favoráveis e contrários à vacinação no cenário político. Do lado favorável, aparece o senador alagoano Manuel José Duarte, que apresenta o projeto da obrigatoriedade da vacinação ao Congresso. Do lado oposicionista, estão o médico Soares Rodrigues; o deputado Barbosa Lima, de origem militar e positivista; o senador pelo Distrito Federal e, também, positivista Lauro Sodré – que funda a Liga Contra a Vacina Obrigatória em 5 de novembro, no Centro das Classes Operárias, acompanhado das lideranças trabalhistas Barbosa Lima e Vicente de Sousa –; e o político Rui Barbosa.

No entanto, para Sevcenko, por trás do “ódio à vacina”, estaria, na verdade, um projeto mais amplo: um golpe de Estado, que visava a demover Rodrigues Alves da presidência. De acordo com o autor, as oposições ao governo eram constituídas por dois agrupamentos.

O primeiro, formado por forças que ascenderam e se impuseram ao país durante a primeira fase do regime republicano, nos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Tratava-se de jovens oficiais, formados nas escolas técnicas de preparação de cadetes e inspirados pelo positivismo de Augusto Comte.

Esses jovens oficiais militares eram chamados de “florianistas”. Eles eram seguidos por trabalhadores do serviço público, funcionários do Estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacharéis desempregados e “uma vasta multidão de locatários de imóveis, arruinados e desesperados, que viam o discurso estatizante, nacionalista, trabalhista e xenófobo dos cadetes como sua última tábua de salvação” (Sevcenko, 1984: 5). A esses civis era dado o

---

<sup>24</sup>A Política de Encilhamento tinha por objetivo incentivar a industrialização. Ela se baseou na liberação de créditos bancários garantida pelas emissões de moeda destinadas ao financiamento de projetos industriais. No entanto, acabou gerando um grande surto inflacionário.

nome de “jacobinos”. O outro agrupamento de conspiradores era formado por “monarquistas depostos pelo novo regime”.

José Murilo de Carvalho (1987) também traz para a análise do período todas as opressões econômicas e administrativas vividas pelas camadas populares, desde a alta inflação até as ações de ordenamento urbano do centro da capital, que expulsavam a população da região, seja por causa da destruição de cortiços, da proibição de realização de determinadas atividades econômicas ou pela pressão nos preços dos aluguéis. Conforme pontua o autor, estava em curso um “despotismo ilustrado”, que ganharia um elemento a mais: a vacinação obrigatória.

Em sua retrospectiva histórica, Carvalho dá destaque ao contexto de opressão aos direitos civis, que teria, então, reforçado o sentimento de frustração que a expectativa com a República tinha despertado. Para o autor, a Revolta da Vacina teria sido, então, por um lado, um movimento mais abrangente de “defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo” (1987: 139). Nesse sentido, a vacina aparece como um subterfúgio utilizado por agentes políticos para mobilizar a população a se rebelar, não contra a vacinação apenas, e sim contra a forma de governo instituída.

Desabrocharam, então, várias revoltas dentro da revolta. Caminhou a conspiração militar-Centro das Classes Operárias, que buscava derrubar o governo; os consumidores de serviços públicos acertaram velhas contas com as companhias; os produtores mal pagos fizeram o mesmo com as fábricas; a classe popular dos aventureiros e belicosos, como os chamou Vicente de Souza, retomou em dimensões mais heroicas seu combate cotidiano com a polícia. E todos os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo (CARVALHO, 1987: 38).

A partir das produções de Luiz Antonio de Castro-Santos (1987), José Carlos Sebe Meihy e Cláudio Bertolli Filho (1990), seguidas por Sidney Chaloub (1996), é que se passa a encontrar na historiografia uma abordagem mais voltada para a Saúde Pública. Análises que mais se aproximam do olhar que propomos nesta pesquisa.

Assim como nós, esses autores enxergam o desenvolvimento da medicina científica no Brasil dentro de um contexto histórico e social e que, assim, problematiza a relação entre ação médica e aceitação social. E ainda, que vê as contradições entre o saber científico e o saber popular de uma maneira não reducionista, isto é, que considerava a resistência à vacina como reflexo da “ignorância popular”.

É com a ajuda desses autores que conseguimos localizar a resistência à vacina como um movimento de oposição política não só às ações do governo, conforme nos esclarece Carvalho

(1987) ao mencionar a Revolta do Vintém e listar toda a opressão econômica e social pela qual passava as camadas populares da época. Como também um movimento de resistência à própria institucionalização de uma medicina científica, baseada na “nova teoria bacteriológica dos anos finais do século XIX”, conforme ressalta Castro-Santos; ou ainda, uma medicina que impunha um tratamento verticalizado, e de “apagamento” das tradições de cura, simbolizadas pelos curandeiros e feiticeiros, como aponta Chalhoub. Conforme destacam Meihy e Bertolli Filho, “Esta revolta significou, entre muitas outras coisas, o ápice de uma luta travada historicamente e que como tal tinha alicerces na memória de outros tratamentos epidêmicos da mesma doença” (1990: 19).

Esses autores chamam a atenção também para a campanha dos positivistas contra o “despotismo sanitário” do Estado. Tal grupo questionava não só o direito do Estado de intervir na Saúde Pública e em decisões de alcance pessoal, como também de entrar à força na casa das pessoas, ferindo, em parte, o direito à propriedade. Representados pelo Apostolado Positivista, este grupo patrocinou a publicação de artigos de lideranças do movimento, como o médico Joaquim Bagueira do Carmo Leal, em jornais de grande circulação na Capital Federal, como o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* aqui analisados. O Apostolado foi, assim, um dos grandes divulgadores de discursos contrários à vacinação.

Dentro desse contexto, Meihy e Bertolli Filho enfatizam o peso de um artigo intitulado “A Questão da Vacina” e publicado pelo médico Joaquim Bagueira do Carmo Leal entre fins de setembro e início de outubro. Divulgado amplamente, o texto teria assumido “relevada importância na explicação ideológica da Revolta da Vacina”, constituindo-se no “mais expressivo brado médico-positivista até então publicado” e “tendo servido para confirmar incisivamente a inutilidade e também o perigo da vacinação em massa” (MEIHY E FILHO, 1990: 53).

Castro-Santos (1987: 108), por sua vez, aponta que o movimento de oposição à vacinação teve três grandes fontes. Uma delas, a “resistência científica e intelectual”, oriunda de círculos médicos tradicionais que rejeitavam as novas teorias bacteriológicas. Ponto de vista distinto, quando comparado ao dos demais autores aqui referenciados.

Professores de medicina da virada do século haviam sido educados em teorias médicas anteriores ao desenvolvimento da bacteriologia e falavam contra a propagação das recentes descobertas na ciência médica. Em parte porque a medicina profissional foi altamente adotada por brasileiros, em parte por causa da credibilidade inspirada por apenas duas escolas de medicina do país. A opinião dos membros da Faculdade e médicos era geralmente endossada pela

elite urbana do Rio de Janeiro e da Bahia (CASTRO-SANTOS, 1987: 109-110)<sup>25</sup>.

É dentro desta perspectiva que localizamos um dos “intelectuais-mediadores” identificados por nós nesta pesquisa: Bricio Filho. Nascido em Belém, filho do médico Jaime Pombo Bricio, Bricio Filho iniciou seus estudos na cidade natal e depois ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou e se especializou em cirurgia. Iniciou sua vida política ainda durante o Império, defendendo a causa republicana e, depois da proclamação da República, apoiou Floriano Peixoto. Foi eleito deputado federal três vezes, em 1894, em 1900 – quando fez oposição a Campos Sales – e em 1903, encerrando o mandato em 1905.

Membro da comissão de saúde da Câmara em 1904, Bricio Filho passou a assinar a coluna “A Vacinação Obrigatória”, inaugurada em 9 de outubro e publicada na primeira página do *Correio da Manhã*. Observamos que, nela, o médico apresenta uma postura bastante controversa. Embora deixe claro a seus leitores que vacinou seus familiares e outros cidadãos, ele se posiciona contrário à medicina experimental e à vacina, bem como à sua obrigatoriedade.

Em coluna do dia 10 de outubro, por exemplo, o deputado faz uma crítica a Oswaldo Cruz. Ao detalhar todo o histórico médico do diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, Bricio Filho destaca que Oswaldo Cruz nunca esteve em contato com pacientes, apenas no microscópio. Já no dia 15 do mesmo mês, ao falar do isolamento compulsório das pessoas que se negarem a se vacinar, o deputado afirma que, com essa ação, o Estado proclama o tratamento oficial com a “proibição definitiva dos demais medicamentos, com o abandono de outros meios curativos e com a interdição absoluta da therapeutica homeopathica” (*sic*). O deputado demonstra, assim, mais uma vez ser partidário de um outro tipo de medicina, diferente daquela sustentada pelo Estado.

Em 20 de outubro, ao criticar a imposição da vacina, Bricio Filho não perde a oportunidade de apontar a seus leitores suas dúvidas acerca da validade da ciência oficial, destacando que a “polpa capaz de imunizar” também pode “alterar profundamente a saúde, como

---

<sup>25</sup>*Tradução nossa do original*: “On the other hand, Dr. Cruz had to counteract the opposition from the conservative circles of the prestigious medical profession in Rio de Janeiro. Professors of medicine of the turn of the century had been educated in the medical theories prior to the development of bacteriology and spoke ex cathedra against the propagation of the recent breakthroughs in medical science. In part because the medical profession was highly praised by Brazilians, in part because of the credibility inspired by the only two medical schools of the century, the opinion of Faculty members and physicians was generally endorsed by the urban elite of Rio de Janeiro and Bahia during the turn of the century”.

attestam opiniões de auctoridades insuspeitas, partidarias dessa prophylaxia de reputação universal” (*sic*).

Castro-Santos nos mostra que o conservadorismo médico dos positivistas ortodoxos no Rio de Janeiro criou uma forte aliança com muitos membros da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e com outros segmentos da medicina estabelecida na capital da República – o que pode ter envolvido Bricio Filho, segundo nossa análise. Todos esses grupos acabaram participando de uma violenta cruzada contra os procedimentos guiados por ideais da nova medicina e do sanitarismo, introduzidos no Rio de Janeiro por, entre outros intelectuais, Oswaldo Cruz. Somase a essa oposição à medicina estabelecida, o apoio da imprensa.

O autor cita, por exemplo, que o presidente da Academia Nacional de Medicina, que havia sido diretor da Faculdade de Medicina, falava em público que a teoria de Finlay não poderia ser aceita até que o agente patógeno da febre amarela pudesse ser isolado. Outro crítico de Oswaldo Cruz, que havia sido diretor de Higiene, publicou diversos artigos em um dos jornais médicos do Rio de Janeiro criticando a doutrina de Finlay. Esses posicionamentos, por sua vez, encontravam livre canal de reverberação na grande imprensa. (CASTRO-SANTOS, 1987: 110-111)<sup>26</sup>. Podendo, assim, ter contribuído para formar a opinião das classes populares que se rebelaram contra a vacinação obrigatória. Segundo, Castro-Santos, os oponentes de Oswaldo Cruz na imprensa eram os médicos Nuno de Andrade, Rocha Faria e Costa Ferraz.

Cabe aqui fazer um aparte para esclarecer que as “brigas ideológicas” observadas na imprensa eram bem amenas, se comparadas às do período pós-independência. Diferentemente do que nos mostra Isabel Lustosa (2000) a respeito dos anos de 1821 a 1823, podemos dizer que os “insultos impressos” do início do século XX não alcançavam os níveis da violência. Palavrões, ataques pessoais que visavam reduzir a moral ou fazer chacota de aspectos físicos do opositor não aparecem nas páginas do *Correio da Manhã*, jornal que fez clara oposição à vacina e ao governo. A imprensa em 1904 continuava a abrigar acaloradas e apaixonadas discussões políticas, mas que não chegavam às últimas conseqüências, como observado por Isabel Lustosa sobre os anos de 1821 a 1823.

---

<sup>26</sup>*Tradução nossa do original:* “Some of his antagonists within the medical establishment filled the news headlines in the daily press. The president of the National Academy of Medicine, who held a chair at the Faculty of Medicine, claimed that the Finlay theory could not be accepted until the pathogenic agent of yellow fever had been isolated. Another critic of Cruz, who held the Hygiene chair, published several articles criticizing the Finlay doctrine in one of Rio de Janeiro’s medical journals. His views received wide publicity in the general press”.

Ainda sobre a tensão entre a medicina experimental e a medicina clínica, Henrique Cukierman (2007) corrobora o argumento de Castro-Santos ao revelar que esse conflito de “métodos científicos” esteve presente no *Correio da Manhã* por meio de coluna publicada por Bricio Filho. Assim como já apresentado aqui por nós, Cukierman observa que Bricio Filho era contrário à medicina experimental: “Para o deputado, a paisagem observada através do microscópio era inóspita, desolada, desabitada e, portanto, nada podia esclarecer acerca da cura dos seres humanos, um assunto para o qual seria necessário um salutar tirocínio clínico” (CUKIERMAN, 2007: 159).

O autor vai além e encara a tensão entre medicina experimental e clínica como uma reação ao medo de perda de espaço por parte dos médicos ligados à medicina clínica. De acordo com Cukierman, ao prometer algo muito além do que a cura, isto é, a erradicação das doenças, a medicina experimental colocava em risco a sobrevivência dos médicos.

Alarmados, os positivistas, ferrenhos opositores da política de saúde pública praticada pela DGSP, denunciavam que, por trás das propostas dos higienistas do governo, entre elas a notificação compulsória de casos de doenças infectocontagiosa, configurava-se a própria derrocada da clínica médica (*Ibidem*: 163).

O autor frisa, ainda, que, no Brasil, as grandes campanhas de saúde pública contra a peste, a varíola e a febre amarela intensificaram a disputa entre as duas facções da medicina. A conciliação entre a clínica e o laboratório somente se daria, no entanto, quando “a máquina de sanear já funcionava a pleno vapor, ou seja, em momento bastante distinto daquele em que Oswaldo Cruz chegava à DGSP” (*Ibidem*: 166).

Castro-Santos nos revela ainda que a controvérsia médica representou um combustível a mais nos debates no Congresso. As novas teorias sobre a transmissão da doença, em particular sobre o papel do mosquito na propagação da febre amarela, foram rejeitadas por muitos membros da oposição no Congresso. Já a vacina contra a varíola era questionada por ser “insegura e por sua eficácia não ser comprovada”. Segundo o autor (1987: 115<sup>27</sup>), entre os membros do Congresso, renomados médicos do Rio de Janeiro votaram contra a aprovação das ações sanitárias.

---

<sup>27</sup>*Tradução nossa do original*: “(...) a medical controversy added much fuel to the Congressional debates. The new theories about disease transmission – particularly the findings about the role of the mosquito in the propagation of yellow fever – were rejected by many opposition members in Congress. Smallpox vaccination was questioned on the grounds that it was unsafe and of unproved efficacy. Among the members of Congress, a number of renowned Rio de Janeiro physicians voted against the approval of the Alves-Cruz health bills”.

Como já citado, toda essa oposição encontrava voz na grande imprensa. Em especial, nos jornais que se posicionavam abertamente contra o governo, como o *Correio da Manhã*, objeto de nossa análise. No capítulo a seguir, apresentamos a imprensa de início do século XX. Como se estruturava do ponto de vista financeiro e administrativo. E, claro, quem eram os donos e os porta-vozes da notícia.

## 4. A IMPRENSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Sob o clima geral de modernização, seja pela introdução de novos meios de transporte, como o bonde elétrico, e sistemas de comunicação, como o telégrafo e o próprio telefone, ou ainda por toda a remodelação urbana e sanitária de uma sociedade que tinha urgência em civilizar-se e entrar no tempo do progresso, a Capital Federal no início do século XX viu assistir também ao nascimento de uma das “mais importantes transformações nas práticas e processos comunicacionais”: o desenvolvimento da imprensa de grande tiragem (BARBOSA, 2013: 194).

Os pequenos jornais, de estrutura simples, e as folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica e dotadas de equipamentos gráficos. Do ponto de vista técnico, os jornais introduziram nesse período inovações na impressão que permitiram a reprodução de ilustrações e fotos, além da maior rapidez no processo de produção.

A forma de se fazer jornal também mudou com o uso de novas tecnologias comunicacionais, tais como o telégrafo, o telefone, a máquina linotipo, a máquina impressora, a máquina fotográfica e, posteriormente, a máquina de escrever. Do ponto de vista editorial, a maneira como a notícia era apresentada na página bem como o seu teor sofreram modificações importantes também.

A valorização do caráter imparcial do periódico levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiava a edição de notícias informativas em detrimento da opinião. O artigo de fundo passou a ter um lugar determinado, não se confundindo com as colunas informativas (BARBOSA, 2013: 195).

Ainda sobre o aspecto editorial dos periódicos, Marialva Barbosa (2010) aponta que o novo jornalismo que desponta no início do século XX mantém uma característica verificada nas décadas de 1870 e 1880, quando os jornais abraçaram as causas abolicionistas e republicanas: o envolvimento com temas polêmicos. Segundo a autora, a imprensa “seguirá os passos da polêmica até a primeira década do século XX, embora procurasse divulgar cada vez mais a ideia da imparcialidade” (BARBOSA, 2010: 120).

As relações do jornal com o anunciante, com a política e com os leitores também se modifica nesse período, conforme mostra Nelson Werneck Sodré (1999: 275). De acordo com o autor, a mudança no perfil da imprensa começa antes do fim do século XIX, mas passa a ficar “bem marcada” quando se inicia o século XX. Um movimento que, para Sodré, tem relação



direta com as transformações pelas quais o país passava, tais como a ascensão burguesa e o avanço das relações capitalistas. “O jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades” (SODRÉ, 1999: 275).

Segundo Sodré, ao mesmo tempo, tornava-se mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal (*Ibidem*: 276). Para o autor, existia na imprensa da época uma contradição: Ao mesmo tempo que o jornal se estruturava como empresa capitalista, mantinha uma posição de “servidor de um poder”, que geralmente era representado pelo Estado.

Na prática, observa-se esse paradoxo por meio da existência de jornais que se posicionavam de forma enfaticamente contrária ao governo – como o caso do *Correio da Manhã*, objeto de análise nesta pesquisa – e outros que se subordinavam ao poder – como se mostrou a *Gazeta de Notícias* no ano de 1904, até a publicação do regulamento da lei da vacinação obrigatória, quando o jornal parece mudar de posição. Também havia aqueles jornais que vendiam suas opiniões.

Como exemplo, Sodré nos apresenta o caso de Campos Sales, antecessor de Rodrigues Alves na presidência do país e pertencente ao mesmo grupo político deste (*Ibidem*: 276-277). Campos Sales preside o Brasil na passagem do século XIX para o XX num momento em que as forças pré-capitalistas buscavam se organizar politicamente por meio da “política dos governadores”. Segundo o autor, Campos Sales não teve “nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta”.

Dentro desse quadro de transformações pelo qual a imprensa passava, o Rio de Janeiro viu surgir inúmeros jornais diários, que se popularizaram “sob o ritmo das transformações nos modos de comunicação”, segundo identifica Marialva Barbosa (2013: 195). Eram jornais baratos, que investiam na informação, nas ilustrações e na diversão, por meio da publicação de charges diárias, marchinhas de carnaval, palpites do jogo do bicho e folhetins novelescos, para atrair um público que “gradualmente se fazia leitor”.

Cabe destacar que o público leitor em potencial, mesmo na Capital Federal, era bastante reduzido. Tania Regina de Luca (2015: 156) aponta que em 1890, estimava-se em apenas 15% o montante da população brasileira alfabetizada. Já em 1900, os alfabetizados correspondiam a

apenas 25%. O recenseamento realizado no Distrito Federal em 1906 apontava que a cada 100 habitantes da capital do país, 48 não eram alfabetizados.

Ainda assim, no Rio de Janeiro, nos anos de 1900, os cinco mais importantes periódicos em circulação chegaram a atingir juntos, segundo registra Marialva Barbosa, a cifra de 150 mil exemplares publicados (2013: 195). Eram eles: *Jornal do Brasil* (1891) com tiragem diária de 60 mil exemplares, *Correio da Manhã* (1901), com tiragem diária de 30 mil exemplares, *Gazeta de Notícias* (1875) com tiragem diária de 35 a 40 mil exemplares, *O Paiz* (1884) com tiragem diária de 15 mil exemplares, e *Jornal do Commercio* (1821), com tiragem diária de 20 mil exemplares. Todos eles vendiam seus exemplares avulsos a um preço barato: 100 réis, o preço de uma passagem de bonde ou a travessia da barca Rio - Niterói (BARBOSA, 2010: 124).

Cabe mostrar que neste mesmo ano, o Rio de Janeiro possuía pouco mais de 600 mil habitantes, sendo a mais populosa cidade do país (BARBOSA, 2010: 121). Com esses números em mãos, compreende-se o tamanho da influência que esses cinco jornais tinham sob a formação da opinião da população residente na Capital Federal na época.

Com relação à estrutura econômica destas “indústrias da informação”, Marialva Barbosa ressalta que “a principal receita dos periódicos é resultado de ligações políticas com os grupos dominantes” (2010: 125). De acordo com a historiadora, segundo denúncias, o *Correio da Manhã* recebia subvenções dos governos baiano e mineiro. O jornal também seria subvencionado pela Companhia de Loterias Nacionais, para obter de graça o papel de imprensa; segundo denúncia do *Jornal do Commercio* (BARBOSA, 2010: 181). Cabe esclarecer que, até os dias de hoje, o papel jornal é importado a um custo bastante alto.

A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, recebera recursos do Governo Federal durante a presidência de Campos Sales. A análise das edições de janeiro a novembro de 1904 deste periódico nos faz crer, no entanto, que esse apoio do Governo Federal se manteve também na gestão de Rodrigues Alves. Um outro dado interessante é que a *Gazeta* tinha contratos firmados para a publicação de atos oficiais da Prefeitura do Distrito Federal, com exclusividade, desde 1901 (BARBOSA, 2010: 191). O que reforça, mais uma vez, que o periódico tinha alianças com o Estado.

A fim de consolidar sua força junto ao público, esses cinco grandes jornais, que passaram a se constituir como verdadeiras “indústrias da informação” (BARBOSA, 2013: 199), investiam fortemente na introdução de novos artefatos tecnológicos, o que permitiu maior tiragem, maior

qualidade e maior rapidez na impressão. Eles também apostam em estratégias editoriais, redacionais e administrativas.

Marialva Barbosa (2010: 123) lista algumas delas: a separação clara na edição das notícias informativas dos artigos de opinião; a publicação de ilustrações, por vezes tomando inteiramente a primeira página das publicações; a criação de seções que conquistam rapidamente o público, como os palpites do jogo do bicho e as modinhas dos cordões carnavalescos; a separação do trabalho no interior da redação e das oficinas, com novos profissionais como o repórter, o secretário, o paginador, entre diversos outros; a adoção de estratégias promocionais, tais como a distribuição de brindes, sorteio de prêmios, promoção de concursos. Também havia a introdução de estratégias de venda, como o uso dos pequenos jornaleiros, que gritavam as últimas notícias nas ruas, ou a fixação de jornais em postes e muros de diversos bairros.

Em uma sociedade de maioria analfabeta, o peso da oralidade também se constituiu como ferramenta importante para a popularização desses jornais. Era comum à época que a leitura dos jornais fosse feita em voz alta, seja em torno da família, amigos, no ambiente de casa, nos bondes e trens, ao ar livre e no ambiente de trabalho. “Muitos sabiam ler, sem saber escrever. Outros não sabiam ler, nem escrever, mas tomavam contato com os sinais impressos naquelas páginas. Os jornais tinham, seguramente, mais ouvintes do que leitores e foram mais ouvidos e vistos do que lidos” (BARBOSA, 2013: 203).

A leitura em voz alta era, por sua vez, uma leitura coletiva. O que nos permite compreender que, assim, as notícias não eram apenas lidas e reportadas tal como se apresentavam no papel. Elas eram interpretadas, ressignificadas e transmitidas a muitos outros cidadãos. Dentro desse aspecto é válido retomarmos o ponto de vista de Maria Tereza Chaves de Mello (2007) sobre a importância da rua, como local de sociabilidade e de formação de debates públicos, tão fundamentais para a construção de uma nova cidadania que nascia com a República.

Maria Tereza ressalta que a Rua do Ouvidor, por concentrar a grande imprensa – o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Notícias*, *O País*, a *Gazeta de Notícias* – e, por consequência, políticos, literatos, intelectuais e jornalistas, tinha um papel de destaque na Capital Federal. Era ali que se concentravam também as principais livrarias e editoras, os hotéis de destaque, restaurantes e, principalmente, conforme pontua a autora, os cafés e confeitarias, que “recolhiam, em burburinho, a vida elegante, boemia e literária da cidade” (MELLO, 2007: 57).

Do ponto de vista redacional, a imprensa do início do século XX construiu, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. Os textos pretendiam, sobretudo, informar com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade. “E esses adjetivos se repetem nos periódicos” (BARBOSA, 2010: 121). Dentro dessa proposta, os jornais da grande imprensa adotavam um estilo diferenciado de escrita, como o uso dos verbos na terceira pessoa, já a partir de 1880, a indefinição proposital presente no texto, ao lado de opiniões que tinham em aparência o sentido de expressar um consenso, enfatizando sempre os valores morais (BARBOSA, 2010: 151).

Um outro aspecto desse novo jornalismo apontado pela autora, é o estilo entrecortado que anuncia em palavras soltas separadas por traços gráficos, normalmente um travessão, a síntese da notícia. Um mecanismo que facilitaria a leitura por aqueles que ainda não estavam familiarizados com as letras impressas, segundo defende Marialva Barbosa. Ao mesmo tempo, as notas sensacionais passam a ser redigidas de forma mais direta.

A cargo dessa missão de tornar a leitura mais atraente ao público estavam os homens de letras representados pelos literatos, jornalistas e escritores. Oriundos, em grande número, das faculdades de Direito, aqueles que eram redatores e repórteres nos jornais diários fazem da profissão, na maioria das vezes, conforme nos mostra Marialva Barbosa (2010), patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, como um cargo na burocracia estatal.

Os escritores também viam no jornalismo uma possibilidade de conseguir prestígio junto ao público leitor e ascensão social. De acordo com Marialva Barbosa (2010: 141), eles se ajustam aos novos gêneros, fazendo da reportagem, da entrevista, do inquérito literário e da crônica uma possibilidade de reconhecimento e inserção no grupo dominante.

É importante frisar, conforme observado na análise direta dos jornais do início do século XX e reforçado por Marialva Barbosa, que esses periódicos contavam, rotineiramente, com a colaboração gratuita de políticos, médicos, advogados, juizes e outros profissionais, “que fazem do jornal meio de divulgação pessoal”. Como exemplo, tem-se a coluna do médico e deputado federal Bricio Filho, que passou a colaborar com o *Correio da Manhã* na campanha contra a lei de vacinação e revacinação obrigatórias. Do lado da *Gazeta de Notícias*, observa-se a colaboração rotineira da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, que assina artigo intitulado “Vaccinação contra a variola” na coluna “Publicações a pedido”, trazendo

a opinião de médicos que atuam na associação. Além desses, o médico positivista Nilo Cairo, que por duas vezes escreveu artigo no jornal sob o título “Augusto Comte e a vacinação”.

Por fim, é válido destacar que, diferente dos escritores ou colaboradores dos jornais, os jovens repórteres e jornalistas, na sua maioria estudantes da faculdade de Direito ou de Humanidades do Colégio Pedro II, escreviam anonimamente. Isto porque, neste período, a função de repórter era ainda tida como inferior dentro da hierarquia das redações. Não à toa se observa, especialmente na *Gazeta de Notícias*, a quase ausência de matérias assinadas. Ou ainda, o uso de assinaturas quase anônimas, como é o caso da coluna “Sessão de 1904” do *Correio da Manhã* em que se tem apenas a letra “W” como assinatura.

Do ponto de vista da direção, os donos dos jornais eram também, na sua maioria, bacharéis em Direito. Vinham de famílias abastadas, ligadas a grupos agrários dominantes no cenário do Império ou filhos de pais advogados, engenheiros e médicos, ocupando altos cargos na burocracia estatal.

Edmundo Bittencourt, fundador do *Correio da Manhã*. José Carlos Rodrigues, sócio majoritário do *Jornal do Commercio*, a partir de 1890; Fernando Mendes de Almeida, redator-chefe do *Jornal do Brasil*, após 1894; Leão Veloso Filho, redator-chefe do *Correio da Manhã*; e Henrique Chaves, redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, todos são formados em Direito, pelo Rio de Janeiro, por São Paulo ou por Recife. Apenas Ferreira de Araújo, que antecede Henrique Chaves na direção da *Gazeta de Notícias*, é formado em Medicina, pelo Rio de Janeiro. Os únicos entre os dirigentes dos jornais diários que não possuem Nível Superior é o português João de Souza Lage, diretor de *O Paiz*, e José Felix Pacheco, redator-chefe do *Jornal do Commercio* após 1906 (BARBOSA, 2010: 144).

#### 4.1 O *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*

Independência e verdade, eram esses os adjetivos que o *Correio da Manhã* usava na criação de sua identidade. Em seu primeiro número, o periódico, criado em 1901, pelo jovem advogado Edmundo Bittencourt se apresentava como um jornal político, ainda que não ligado diretamente a grupos ou facções e comprometido com a verdade e a defesa do povo.

Segundo Marialva Barbosa (2010: 136), o jornal fazia da polêmica sua principal arma na conquista de leitores. A busca da popularidade também era feita por meio da defesa dos “fracos e dos desprotegidos”. De acordo com Nelson Werneck Sodré,

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada pela compra da opinião da imprensa (SODRÉ, 1999: 287).

Segundo o autor, ao levantar o protesto das camadas populares e quebrar com a “monótona uniformidade política das combinações de cúpula e dos conchaves de gabinete” é que o jornal se transformou em empresa jornalística.

Na redação, localizada na Rua do Ouvidor 117 – que em 1904 tinha o nome de Rua Moreira César –, o *Correio da Manhã* contava com o redator-chefe Leão Veloso Filho, que tinha o pseudônimo de Gil Vidal; na secretaria Heitor Melo; na redação, Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Itiberê da Cunha; os colaboradores mais destacados eram José Veríssimo, que fazia a crítica literária, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Morales de los Rios e Melo Morais Filho.

Já *Gazeta de Notícias* foi fundada por Ferreira de Araújo e tinha em sua direção o português Henrique Chaves. O italiano Carlos Parlagreco era o redator-chefe que, segundo Nelson Werneck Sodré, não abandonava a reportagem e a dividia principalmente com Afonso de Montauray. João Lopes Chaves escrevia os artigos de fundo; Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rabelo, Emílio de Menezes eram os colaboradores mais conhecidos (SODRÉ, 1999: 284).

A redação também se localizava na movimentada Rua do Ouvidor (então Moreira César na época), número 70. Já o seu posicionamento político, como já citado anteriormente, estava mais alinhado ao governo de Campos Sales e, conseqüentemente, de Rodrigues Alves, recebendo, por isso, subvenções legais, por meio de publicações da Prefeitura do Distrito Federal.

Além do endereço da redação, as edições dos jornais de 1904 nos apontam para o valor exato cobrado pelos periódicos na época. O *Correio da Manhã* cobrava pela assinatura anual 30\$000 e semestral 18\$000. Já os números atrasados custavam 100 réis. A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, tinha valores aproximados, custando a assinatura anual 30\$000 e a semestral, 16\$000.

Ambos no formato standard, os periódicos não tinham um número fixo de páginas, variando de 4 a 8 páginas, no caso do *Correio da Manhã*, e de 4 a 12 páginas, no caso da *Gazeta de Notícias*.

#### 4.2 A vacinação nos jornais e os intelectuais-mediadores

O projeto de lei que instituía a vacinação e a revacinação obrigatórias contra a variólica no país, encaminhado pelo Executivo para a apreciação de senadores e deputados, mobilizou intensamente a imprensa no ano de 1904. A análise das edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*, de 1º de janeiro a 10 de novembro, nos dá a dimensão do quanto a questão mexeu com a sociedade da época.

Foram contabilizadas nesta pesquisa as menções à vacina antivariólica ou à vacinação que tinham caráter informativo, opinativo e panfletário. Dessa maneira, foram consideradas as menções que aparecem em editoriais; colunas de opinião; matérias ou notas jornalísticas sobre a produção da vacina, a chegada de vacinas a determinadas cidades, número de vacinados; seções com cobertura jornalística da vida parlamentar no Senado e na Câmara sobre o projeto de lei; bem como as seções semelhantes a “cartas dos leitores” e artigos ou manifestos publicados a pedido. Anúncios publicitários não foram contabilizados.

No *Correio da Manhã*, identificamos ao todo 213 menções à vacina antivariólica e à vacinação no período, sendo 206 somente no segundo semestre. Na *Gazeta de Notícias*, elas ocorreram 113 vezes, sendo 83 apenas no segundo semestre. Essas menções aparecem de forma mais intensa nas primeiras páginas dos jornais, mas é comum observar que o assunto não tem lugar fixo, aparecendo em páginas variadas de acordo com cada edição.

Como já explicitado, ao escolhermos analisar as discussões antes da Revolta, consideramos que as ações de vulgarização científica nos jornais podem ter estimulado o debate sobre o projeto de lei junto à sociedade e contribuído, de alguma maneira, para a mobilização popular. Abaixo apresentamos um gráfico que ajuda a esclarecer como se deu a evolução das discussões ao longo dos meses que antecederam a Revolta.

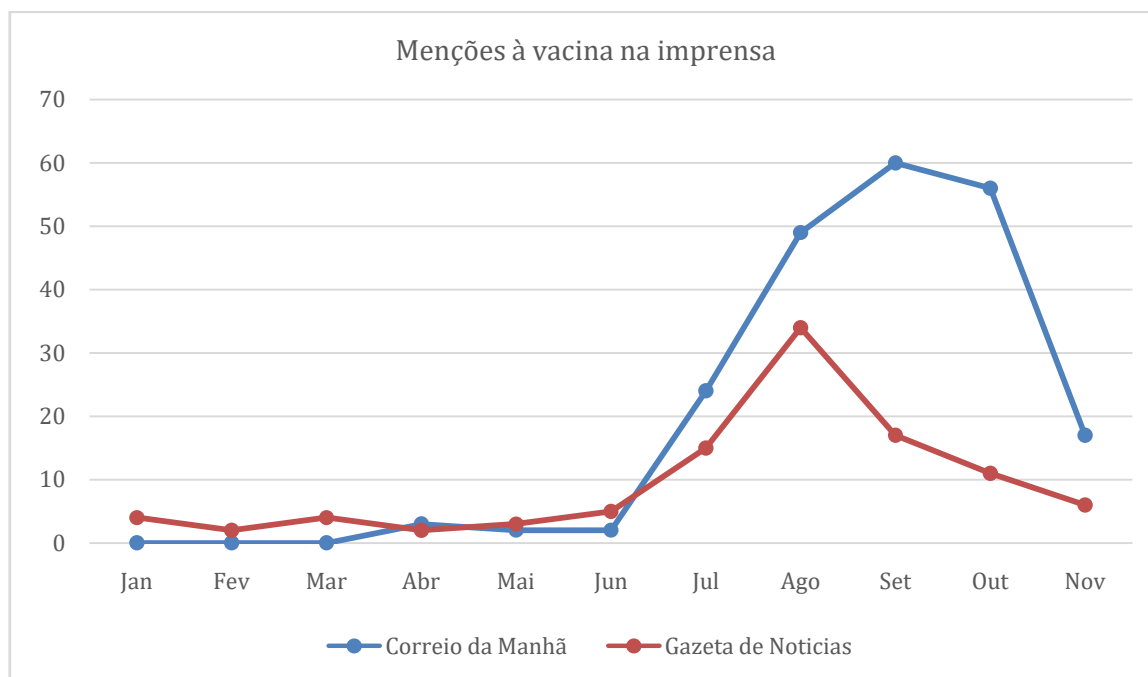


Figura1: Total de edições com a referência “vacina”e “vacinação” de 1º de janeiro a 10 de novembro de 1904 nos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. (FONTE: BNdigital)

Dentre as menções coletadas, subclassificamos elas segundo a relevância. Isto é, destacamos os textos cujos argumentos e/ou problemáticas apresentadas sobre a vacina, a vacinação e a varíola tocavam tanto aspectos da saúde pública, como do projeto de lei do ponto de vista da medida constitucional. De forma específica, essas “referências relevantes” somaram **22** temas, que aparecem de forma recorrente nos jornais e foram categorizados de acordo com as ideias mais preponderantes.

Essas ideias são: “a vacina como um artefato perigoso”; “a vacina como instrumento seguro e necessário para extinguir a varíola” versus “a vacina como apenas um dos instrumentos para se extinguir a varíola, não somente o único”; “mortes pela vacina” versus “mortes pela varíola”; “a vacina só para os fracos e pobres”; a “segurança das lancetas”; “a segurança da linfa”; “os vacinadores e a falta de qualificação técnica”; “certezas e incertezas quanto ao tempo necessário para a revacinação”; “a credibilidade do Instituto Vacínico Municipal e do Instituto de Manguinhos para a produção da vacina”; “os números de pessoas vacinadas”; “as medidas previstas no projeto de lei quanto à vacinação e à revacinação”; “apoio às ações de saneamento da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP)” versus as “críticas à DGSP”; “a questão da liberdade individual”; “a inconstitucionalidade da lei”; “a aplicação da vacinação por meio da



coação ou da persuasão”; “a vacinação nos países da Europa, comparações com o Brasil e críticas”; “a tradução de artigos científicos contra a vacina”; “opiniões de cientistas e estadistas nacionais e internacionais contrários à vacina”; e, por fim, “a posição de médicos brasileiros a favor da vacina”.

Sendo assim, foram encontradas **166** “referências relevantes” sobre a vacinação e a revacinação no *Correio da Manhã* e **64** na *Gazeta de Notícias*. Essas “referências relevantes” aparecem em editoriais, artigos de opinião, reportagens e notas jornalísticas, cartas e manifestos publicados a pedido. A discrepância no número de “referências relevantes” sobre a vacina entre os jornais reforça a análise feita anteriormente a respeito do posicionamento político-editorial desses periódicos. É compreensível que, sendo um jornal de oposição ao governo, o *Correio da Manhã* tenha procurado trazer mais argumentos contrários ao projeto de lei, seja nos editoriais assinados por Gil Vidal, pseudônimo do redator-chefe Leão Veloso Filho; ou por meio da publicação de artigos de opinião de médicos e deputados de oposição e até da criação de colunas fixas especiais contrárias ao projeto. Com relação aos editoriais, **18** deles escritos no período tiveram como tema a vacina, a varíola e o projeto de lei.

Cabe aqui salientar que, conforme apontado por Marialva Barbosa (2013), a imprensa nesse período procurava dar um ar de imparcialidade às suas edições. Neste sentido, foram criadas colunas fixas que visavam separar a informação da opinião. Diferente dos editoriais, que têm espaço bem delimitado, a análise do *Correio da Manhã* nos revelou uma ausência de rigidez quanto à criação e extinção de colunas, bem como sua própria definição, o que gerou uma certa dúvida em princípio quanto à análise do material. Diante desse desafio, estabelecemos como critério para a análise a identificação de “colunas de opinião” segundo a forma, isto é, o uso de um mesmo título, e, uma vez respeitado esse critério, a adoção de um mesmo autor. Além deste, foi utilizado o critério do número de artigos com o mesmo título. Logo, mais de um artigo com o mesmo título foi identificado como sendo uma “coluna”. Critério igual foi utilizado para se analisar a *Gazeta de Notícias*.

Esclarecido isso, compreendemos que, entre as colunas de opinião, destacam-se os artigos publicados na “Secção livre”, intitulado “Contra a obrigatoriedade da vaccina” (**dois** com referências relevantes ao todo) assinado pelo médico positivista e deputado Joaquim Bagueira Leal; e as colunas que se tornaram fixas: “Proezas da Hygiene”, **três** com referências relevantes ao todo; e as colunas temporárias “Contra a vaccina”, “Contra a vaccina obrigatoria”, “A luta

contra a obrigatoriedade da vacina” e “A vacinação obrigatória”, todas sem assinatura e contabilizando **oito** edições com referências relevantes.

Além dessas, a coluna “Vacinação obrigatória”, inaugurada em 9 de outubro pelo deputado e médico Bricio Filho, configura-se como um importante espaço dado pelo jornal à temática da vacinação e que contabilizou **19** edições com referências relevantes ao tema.

Cabe apontar também que a temática da vacinação foi assunto recorrente nas colunas “Sessão de 1904”, assinada pelo pseudônimo W, e “Correio do Congresso” “Camara” ou “Correio do Congresso” “Senado”, ambas sem assinatura. As três colunas traziam, de forma detalhada, informações sobre os debates legislativos sobre o projeto de vacinação e revacinação obrigatórias que aconteciam no Senado e na Câmara dos Deputados. Ao todo, **30** edições dessas colunas trouxeram informações sobre a medida.

Sobre essas colunas, destaca-se ainda o amplo espaço ofertado pelo jornal aos parlamentares contrários ao projeto de lei, com a publicação dos discursos, quase na íntegra, dos debates nas assembleias. Neste aspecto, parlamentares com opiniões contrárias ao projeto de lei tinham mais evidência do que os que estavam do lado do governo. Ainda assim, percebe-se que o jornal procurava aparentar uma posição de isenção, citando, embora com menos palavras, os discursos dos deputados e senadores aliados ao governo e ao projeto de lei.

Além dos editoriais e colunas relativamente fixas que tinham “vacina” ou “vacinação no título”, notas jornalísticas, artigos de opinião e cartas dos leitores sobre a temática da vacina e da vacinação foram publicados nas seções “Mala de Respostas”, “Secção Livre”, “Vida Academica”, e “Pingos e respingos”, esta última uma coluna satírica.

Com exceção das notas jornalísticas que não tinham assinatura e dos editoriais assinados pelo redator-chefe do jornal, Gil Vidal (Leão Veloso Filho), identificou-se os seguintes colaboradores fixos ou esporádicos do periódico nesse período: Francisco de Paula Rodrigues Alves, o presidente da República, que escreve uma nota jornalística de página inteira; o médico Platão de Albuquerque, que assina uma coluna na “Secção Livre”; o médico positivista e deputado Joaquim Bagueira Leal, que publica três artigos sendo um na coluna “Secção Livre”, o segundo em uma seção pouco clara mas que se assemelha à “Carta dos Leitores” e o terceiro diretamente no jornal sem seção especial; Rocha Pombo (literato, jornalista, advogado, professor, poeta, historiador, suplente do secretariado do Instituto Histórico, redator dos Estatutos e autor de

*História do Brasil*)<sup>28</sup>, que assina um artigo de opinião; Evaristo de Moraes, jurista e homem público, que também assina um artigo de opinião; e o médico e deputado federal Bricio Filho, com 19 colunas.

O jornal também traz duas cartas de opinião, a primeira de uma comissão formada pelo médico Leandro Muniz da Motta e o professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro Raul Pederneiras, além de J.A. Suzano, não identificado. E a segunda, por uma comissão de operários formada por Alfredo José Leocadio, José de Almeida Costa Lima, Crissiuma Rodrigues, Candido Ferreira, Emilio Caetano Magalhães, Manoel de Souza Lima e João Gualberto de Queiroz.

Não foi possível identificar os seguintes nomes ou pseudônimos: W (pseudônimo que assina a coluna “Sessão de 1904”), Fritz Mack (que assina uma carta em uma seção pouco clara mas que se assemelha à “Carta dos Leitores” com a temática da vacina), D, Xigucto (que escreve uma nota sobre os debates acerca da vacina entre os deputados); Celius e J. L. Ferreira Pinto, que assinam 5 artigos de opinião e que ganharam nesta análise o *status* de coluna por manterem o título “A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria” “O manifesto ao povo” variando apenas os números “I, II, III, IV, V” de acordo com o número do texto. Também não foi possível identificar Jusstino Mendes, que assina artigo de opinião na coluna “Vida Academia”; Cyrano & O., que assina três artigos relevantes na coluna satírica “Pingos e respingos”; Antonio Augusto Pinto Machado, que escreve texto em uma seção que se assemelha à “Carta dos Leitores”<sup>29</sup>.

<i>Correio da Manhã</i>			
<b>Colaboradores fixos e temporários</b>	<b>Função</b>	<b>Colunas, notas, artigos ou cartas com temática relevante</b>	<b>Total</b>
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Presidente da República	Nota de página inteira	1

<sup>28</sup>Segundo informações do Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra escrita por Eduardo von Larmmert, e da Academia Brasileira de Letras, disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia>, acessado em 30 de junho de 2018.

<sup>29</sup> Ressalta-se que, para essa tarefa, foram consultados o Dicionário Bibliográfico Brasileiro do Senado Federal; o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra escrita por Eduardo von Larmmert; o site da Academia Nacional de Medicina; e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.

Platão de Albuquerque	Médico	Coluna publicada na “Secção Livre”	1
Joaquim Bagueira Leal	Médico positivista e deputado	Coluna na “Secção Livre”, artigo de opinião e carta em coluna similar à “Carta dos leitores”	3
Rocha Pombo	Literato, jornalista, advogado, historiador, poeta, suplente do secretariado do Instituto Histórico e redator dos Estatutos	Artigo de opinião	1
Evaristo de Moraes	Jurista e homem público	Artigo de opinião	1
Bricio Filho, Jaime Pombo	Médico e deputado federal	Coluna “Vaccinação obrigatória”	19
Leandro Muniz da Motta	Médico	Artigo de opinião em coluna similar a “Carta dos Leitores”	1
Raul Pederneiras	Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro		
J.A. Suzano	Não identificado com precisão <sup>30</sup>		
Alfredo José Leocadio, José de Almeida Costa Lima, Crissiuma Rodrigues, Candido Ferreira, Emilio Caetano Magalhães, Manoel de Souza Lima e João Gualberto de Queiroz	Operários	Artigo de opinião em coluna similar à “Carta dos Leitores”	1

<sup>30</sup>Não foi possível identificar com precisão o autor. O Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra publicada por Eduardo von Larmmert nos aponta para a existência de um engenheiro com o nome de Joaquim Augusto Suzano Brandão e de um dono de armazéns com o nome de J. A. de Lemos Suzano.

W	Não identificado	Coluna “Sessão 1904”	22
Fritz Mack	Não identificado	Artigo em “Mala de respostas”	1
D, Xigucto	Não identificado	Nota informativa	1
Celius	Não identificado	Artigos de opinião com o título “A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria” “O manifesto ao povo”	4
Jusstino Mendes	Não identificado	Artigo na seção “Vida Academica”	1
Cyrano & O.	Não identificado	Coluna “Pingos e respingos”	3
J. L. Ferreira Pinto	Não identificado com precisão <sup>31</sup>	Artigo na coluna “A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria” “O manifesto ao povo”	1
Antonio Augusto Pinto Machado	Não identificado	Artigo em coluna similar à “Carta dos leitores”	1

Do lado situacionista do governo e do projeto de lei, a *Gazeta de Noticias* conta com a maioria de suas notas jornalísticas, colunas e até o que se assemelha a um editorial sem assinatura. Conforme previamente destacado, identificamos um interessante engajamento da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, que sob a figura do secretário Antonio Monteiro, publicou **8** artigos de opinião com referências relevantes sobre a vacina na coluna “Publicações a pedido” e sempre com o título “Vaccinação contra a variola”.

O Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra publicada por Eduardo von Larmmert, nos dá detalhes sobre essa entidade de classe,

<sup>31</sup>Foi encontrado no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra publicada por Eduardo von Larmmert, a referência a João Lopes Ferreira Pinto, 1º tenente da Armada. Embora as siglas nos levem a crer que o autor do artigo possa ser o militar, não temos como precisar essa informação.

cujo corpo clínico parecia alinhado com o projeto de governo de Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz, bem como com a microbiologia. Fundada em 7 de março de 1880, a Associação contava, em 1904, com 21.500 sócios. Mantinha em sua sede um serviço clínico de homeopatia, alopatia, cirurgia; além de clínica de olhos, ouvidos, “electroterapia”, doenças de pele e sífilis. Tinha também sala de cirurgia, “supridados mais modernos aparelhos” e laboratório bacteriológico.

A associação também oferecia remédios aos associados, manipulados na própria farmácia da instituição montada no edifício-sede, localizado na Rua Gonçalves Dias, 40, no Rio de Janeiro. Era oferecido ainda auxílio aos associados doentes, com o pagamento de pensões mensais. A instituição contava também com um serviço de vacinação, prestado aos sócios e ao público, com postos localizados no Engenho de Dentro, Inhaúma, Méier, Laranjeiras, Botafogo, Rio Comprido e Niterói.

O corpo clínico era formado por médicos fixos e visitantes, de “renomada experiência”: Miguel Pereira, Antonio Fernandes Figueira, Gaspar Barbosa de Rezende, Oscar Rodrigues Alves, Werneck Machado, Baptista Ferreira, Leal Junior e Nabuco de Freitas. São eles que passam a escrever os textos publicados sob a forma de coluna na *Gazeta de Noticias* e que, segundo nossa análise, buscavam vulgarizar a vacina, como um artefato científico seguro.

Com exceção de Baptista Ferreira e Gaspar Barbosa de Rezende<sup>32</sup>, cujas biografias não foram encontradas, todos os médicos que escreveram no jornal eram egressos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Academia Nacional de Medicina. Também identificamos que eles exerciam cargos de importância em instituições ligadas ao governo, o que reforça mais uma vez nossa percepção de que eles eram aliados ideologicamente a Oswaldo Cruz e à medicina experimental.

Antonio Fernandes Figueira, por exemplo, dirigiu a enfermaria de doenças infecciosas de crianças no Hospital São Sebastião do Rio de Janeiro e a Policlínica das Crianças na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro no início do século XX. Miguel Pereira, foi professor de Patologia Médica e de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe de Serviço da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Oscar Rodrigues Alves, foi assistente

---

<sup>32</sup>Foram consultados o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra publicada por Eduardo von Larmmert, o Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil: 1832-1930 e o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Bibliotheca do Senado, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

da cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E Werneck Machado, diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro em 1900.

Em seus artigos, esses médicos, compreendidos por nós como “intelectuais-mediadores” e vulgarizadores da ciência, apresentam informações sobre o que é a vacina, sua origem, os efeitos da vacinação, a eficácia do método, a qualidade da linfa, informações sobre sua produção, explicações a respeito de como agia a linfa no organismo, como protegia o indivíduo da contaminação. Os médicos também emitiram suas opiniões acerca da controvérsia envolvendo a validade da vacinação, o tempo cientificamente comprovado da proteção e a consequente necessidade de revacinação. Esses eram alguns dos aspectos da ciência que eram vulgarizados, conforme podemos perceber em coluna publicada no dia 17 de agosto:

Continuando a publicação dos pareceres firmados pelos distintos medicos membros do corpo clinico da associação, em resposta á carta circular que lhes dirigiu, esta directoria chama a attenção dos Srs. associados e do publico em geral para a opinião do Exmo. Sr. Dr. Miguel Pereira. emittida sobre a efficacia da vaccina jenneriana, e bem assim sobre a manutenção dos onze postos vaccinicos em que esta associação offerece francamente esse serviço a quantos se queiram premunir contra os ataques do terrivel morbus. (GAZETA DE NOTICIAS, 17 de agosto de 1904: 5)

Além da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, escreveram colunas no jornal E. M. Peixoto, apenas **um único** artigo relevante intitulado “A vaccina no Rio de Janeiro” (não foi possível identificá-lo, no entanto); e o médico positivista Nilo Cairo, com **duas** contribuições sob a forma de colunas: “Augusto Comte e a vacinação”, onde procurava persuadir os leitores de que Comte não era contrário à vacina, apenas a sua obrigatoriedade.

<i>Gazeta de Noticias</i>			
<b>Colaboradores fixos ou esporádicos</b>	<b>Função</b>	<b>Colunas, notas, artigos ou cartas com temática relevante</b>	<b>Total</b>
Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro	Médicos: Miguel Pereira, Antonio Fernandes Figueira, Gaspar Barbosa de Rezende, Oscar Rodrigues Alves,	Coluna veiculada na seção “Publicações a pedido” com o título “Vacinação contra a variola”.	8

	Werneck Machado, Baptista Ferreira, Leal Junior e Nabuco de Freitas. Secretário da associação, Antonio Monteiro		
E. M. Peixoto	Não identificado com precisão <sup>33</sup>		1
Nilo Cairo	Médico positivista	Coluna “Augusto Comte e a vacinação”	2

Além dessas colunas de opinião e de livre colaboração, o jornal contava com seções fixas onde apresentava dados e notícias sobre a varíola, a vacinação e o seu projeto de lei. Elas eram: “Notas e notícias” “Variola”, que como o próprio nome sugere apresentava ao leitor resumidas informações sobre a questão da varíola; “24 horas” “Interior”, onde despachos do Executivo e Legislativos eram informados sob a forma de notas curtas; e “Boletim do Congresso” “Senado” e “Boletim do Congresso” “Camara”, ambas colunas dedicadas à vida parlamentar e que traziam a movimentação do projeto de lei da vacinação nas casas legislativas.

São essas duas colunas que informaram, de maneira detalhada, os debates dos parlamentares na plenária. É aí que se encontram decupados os pronunciamentos e argumentos sobre a vacinação e a vacina. Diferente do *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Noticias* é mais sucinta na exploração dos argumentos dos deputados. Observa-se uma tentativa de dar espaço igual aos opositores e apoiadores da vacinação obrigatória, mas ao mesmo tempo o jornal busca a todo o momento mostrar a seus leitores que a maioria na Câmara é a favor do projeto e que os opositoristas são contrários não a vacina e sim à sua imposição.

#### 4.3 Vulgarizando a vacina

<sup>33</sup>Foi encontrado no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904, obra publicada por Eduardo von Larmmert, a referência a Eduardo Marques Peixoto, arquivista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Embora as siglas nos levem a crer que o autor do artigo possa ser o arquivista, não temos como precisar essa informação. Não foram encontradas referências no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil: 1832-1930, disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.



A análise dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*, no período de 1º de janeiro a 10 de novembro, nos revela que vulgarização da medicina científica e, especificamente, da vacina ganharam intensidade a partir do momento em que o projeto de lei, que tornava a vacinação e revacinação obrigatórias, avança no Senado e na Câmara dos Deputados. Ambos os jornais acompanham a cobertura das sessões no Senado sobre o projeto de lei, aprovado pela Casa em 20 de julho, e na Câmara, aprovado em 26 de outubro. Mas é no *Correio da Manhã* que se tem mais espaço, tanto no que se refere à cobertura dos discursos dos parlamentares, quanto sobre os desdobramentos referentes ao projeto de lei, à vacina e à varíola.

De forma geral, seja pela transcrição dos discursos dos parlamentares, seja pela publicação de artigos de opinião a pedido, ou colunas especiais com “opiniões de autoridades”, ou ainda nos editoriais e reportagens especiais que traziam informações sobre como funcionavam o Instituto Vacínico do Rio de Janeiro ou o Hospital São Sebastião, o que se viu nos dois periódicos foram ações de “vulgarização científica”. De maneira mais acessível ou, muitas vezes, nem tanto, o que se percebe é um esforço dos periódicos de fazer chegar ao alcance de todos informações e novidades sobre a vacina.

Entre os aspectos da ciência que eram vulgarizados estão a própria vacina, sua origem, efeitos no corpo; a qualidade da linfa, sua produção e como agia no organismo; o ato de vacinar e a capacidade técnica dos vacinadores; o tempo de validade da imunização; e a competência dos institutos de pesquisa no Brasil de produzir a vacina.

Por ter mobilizado uma verdadeira campanha contra a vacina, iniciamos a análise mais detalhada pelas páginas do *Correio da Manhã*. A partir de julho de 1904, observamos que o jornal começa a assumir um posicionamento mais claro contra a obrigatoriedade da vacinação. Assim, os termos “vaccina”, “revaccinação”, “antivariollica” deixam de aparecer exclusivamente na seção “Correio do Congresso Senado” ou na “Sessão de 1904”, colunas dedicadas à cobertura dos trabalhos legislativos na Câmara e no Senado, para serem apresentados sob a forma de editorial, assinado por Gil Vidal – pseudônimo de Leão Veloso Filho, o redator-chefe do jornal –, ou de artigos assinados por intelectuais, médicos e influenciadores políticos.

Em certa medida, essa vulgarização da ciência realizada pelo periódico buscava responder a anseios e dúvidas da população, o que nos leva a apontar para uma mediação de mão dupla. Em outras palavras, esses “intelectuais-mediadores”, os homens que escreviam na imprensa, em

alguma medida, perceberam que o desenvolvimento da ciência exigia a participação da população como um todo. Além disso, eles captaram que o público precisava ser ouvido, ainda que essa consciência fosse restrita a uma busca por “traduzir” a ciência, isto é, explicar em palavras simples e cotidianas o que era a vacina e a vacinação; bem como sanar dúvidas sobre como o artefato agia no organismo. Nesse conflituoso momento de debates sobre a aprovação de uma lei que tornava obrigatória a vacinação, a sociedade passou a ser considerada por esses intelectuais como parte do empreendimento científico.

No dia 22 de junho de 1904, Gil Vidal assina o editorial “A varíola”, onde chama a atenção para o grave risco à saúde pública: “(...) os habitantes do Rio de Janeiro estão sendo implacavelmente dizimados pela terrível varíola, a qual, se prosseguir a marcha crescente de dois meses a esta parte, pode converter-se numa epidemia das mais funestas”. Neste artigo, o jornalista se mantém bastante neutro com relação ao governo, fazendo críticas leves: “Atendam o governo e o sr. Cruz para essa lúgubre perspectiva e dispensem à extinção da varíola um pouco da atividade consagrada ao extermínio dos mosquitos (...)”<sup>34</sup>, acrescenta ele no mesmo editorial.

Em edição de 1º de julho, o *Correio da Manhã* apresenta a seus leitores com destaque as declarações dos deputados – Barbosa Lima e Bricio Filho – contrários ao retorno de uma discussão que se considerava acabada: a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação. Embora o projeto de lei ainda não tivesse chegado à Câmara, o jornal se antecipa e escolhe reportar o protesto precoce dos deputados. “Oficial do exército, declara o sr. Barbosa Lima, sai em campo na defesa da própria pele e combaterá o projeto do Senado até ao extremo ponto”, diz um dos trechos. Em outra parte, o jornal ressalta o ataque de Barbosa Lima ao que considera ser uma “mania que está invadindo os poderes públicos de transformar o povo brasileiro em cobaias de experiências claudicantes e incertas da **pseudo-ciência oficial**” [*grifos nossos*].

Neste último trecho fica evidente a não aceitação de parte dos médicos da Capital Federal do “modelo de ciência” adotado pelo Estado. Ao chamar as ações da Diretoria Geral de Saúde Pública de “experiências claudicantes e incertas da pseudo-ciência oficial”, o médico, militar e adepto do Positivismo Barbosa Lima procura deslegitimar as ações de saneamento encampadas por Oswaldo Cruz, que tinha como base a medicina experimental e a microbiologia. Por trás do ataque de Barbosa Lima está a defesa de um outro modelo de ciência e de Estado, baseado na medicina tradicional e nos preceitos do Positivismo.

---

<sup>34</sup> VIDAL, Gil. A varíola. *Correio da Manhã*. Ano IV, n. 1.105, p. 1, 22 de junho de 1904.

No dia 14 de julho, na seção “Correio do Congresso Senado”, publicada na página 4, o jornal dá novamente destaque aos debates sobre o projeto que institui a obrigatoriedade da vacina. Mas, desta vez, o periódico apresenta argumentos contrários e a favor à medida.

(...) volta à tribuna o sr. Barata Ribeiro que, cientificamente, continua a oferecer combate ao projeto da comissão de saúde pública do Senado, considerado pelo representante do Distrito Federal como uma violência praticada contra a liberdade do povo (...). Fala em seguida o sr. Manoel Duarte que rebate os argumentos expedidos pelo seu contraditor, assinalando as vantagens da vacina como meio profilático para imunizar o vacinado (CORREIO DA MANHÃ 14 de julho de 1904).

Em outro trecho do mesmo texto, o jornal ressalta o argumento favorável à obrigatoriedade da vacinação, defendido pelo senador Ramiro Barcellos: “Estudando a moléstia e os meios de combatê-la, o orador aproveita o ensejo para fazer uma verdadeira prelecção, aliás interessante, sobre a matéria”.

Um ponto de virada do posicionamento do *Correio* sobre a questão da vacinação obrigatória parece se dar a partir da edição de 15 de julho de 1904, quando é publicado na “Seção Livre” um abaixo-assinado contra a obrigatoriedade da vacina. O artigo é assinado pelo médico aliado às ideias do Apostolado Positivista Joaquim Bagueira Leal.

No texto, percebemos que a autoridade científica da medicina experimental é reiterada pelo Apostolado e não contestada. Diferente de outros críticos que vêm a escrever no jornal, a controvérsia científica entre as gerações médicas não é o destaque dos positivistas que escrevem no *Correio*. A luta política por traz da imposição da vacina é o mote maior das suas reivindicações.

Não é, srs. representantes da nação, em nome da ineficácia ou dos perigos da vacina que vos dirigimos a presente petição, pois muitos dos abaixo-assinados estão convencidos das vantagens desse meio profilático. Apenas o que não desejamos é a sua imposição (CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1904).

Ao longo do artigo, são apresentados argumentos que visam a desqualificar o projeto de lei que apontava a vacina como único meio de se acabar com a varíola. Para isso, o autor aponta para a recusa de países da Europa em aceitar a vacina como medida profilática: “(...) a Inglaterra, a pátria de Jenner, retirou em 1898, a obrigatoriedade de suas leis, depois de 36 anos de experiência (...)”. O abaixo-assinado é endossado por Henrique Benoit Asinières, Paulino Van-Erven, Antonio Cavalcante de Gusmão, Alberto Periraz Junior, Alfredo de Souza Barros e Godofredo Genezio de Barros. A bibliografia referencial não nos ajuda a confirmar que os

autores eram membros do Apostolado Positivista. No entanto, o perfil da escrita nos leva a crer que eram simpatizantes das ideias desse grupo.

Três dias depois de publicar o abaixo-assinado, em 17 de julho, o *Correio da Manhã* noticia a morte de uma possível vítima da vacina: Cypriana Maria Leonarda ou Leocadia, conforme é registrado posteriormente. O título da matéria, “Morta em consequência da vacina”, nos dá indícios da mudança de posicionamento do jornal, mais pendente à não aceitação da vacina e sua obrigatoriedade.

Para o periódico, Cypriana “faleceu de septicemia consecutiva à vacina”. Mesmo tendo sido publicada na página 2 do jornal, e não com o destaque de primeira página, o texto apresenta fortes críticas à Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) e a Oswaldo Cruz, além de questionar a segurança da vacina.

A cobertura sobre os desdobramentos da morte de Cypriana Maria Leonarda passa, então, a ganhar o olhar atento do periódico, sendo publicado quase que diariamente com críticas à Diretoria Geral de Saúde Pública e a Oswaldo Cruz, então diretor da pasta. Além de uma possível falsificação do atestado de óbito da vítima, pelo Estado, que negava a morte em decorrência da vacinação, constam críticas e questionamentos à segurança da imunização e sua imposição.

É assim que em 23 de julho a morte de Cypriana retorna às páginas, sendo publicada na página 1 e com argumentos que põem em dúvida a “verdade científica do Estado”, isto é, o “modelo de ciência” adotado pelo Estado, baseado na medicina experimental: “(...) a diretoria de Saúde Pública, amparada pelo ministro da Justiça, parece querer agora **monopolizar a ciência, desprezando a autoridade de médicos que encaneceram (sic) no exercício desse sacerdócio...**” [*grifos nossos*](CORREIO DA MANHÃ, 23 de julho de 1904).

Já em 24 de julho, artigo intitulado “Monopólio Científico” usa a morte de Cypriana como mote para novas críticas à segurança da vacina e à vacinação: “(...) vitimada pela septicemia gangrenal em consequência da vacina, em outro qualquer país civilizado seria suficiente para, se não mostrar a péssima qualidade da vacina, ao menos demonstrar a última evidência, o modo porque é feito o serviço (...)”, ressalta o texto.

Em 26 de julho, Gil Vidal assina editorial intitulado “Escravidão Sanitária”, onde, novamente, relembra a morte de uma das “vítimas da vacina”. No texto, o jornal concentra-se em questionar a segurança do método e faz críticas a imposição da imunização, sustentando o argumento de que países europeus como a Inglaterra e a Suíça dão a seus cidadãos a liberdade de

escolha de se vacinar ou não. Novamente percebemos a comparação com a Europa como um instrumento de persuasão usado pelos opositores do projeto de lei.

Ao passo que em outros países, como a livre Inglaterra, o legislador teve que abrir exceção à obrigatoriedade da vacina Jenneriana para casos em que o cidadão julga, em consciência, ser a vacina prejudicial a si e aos seus; ao passo que a Suíça teve igualmente de abrandar nesse ponto a sua legislação profilática; nós vamos entregar a vacina obrigatória aos mesmos funcionários cujos atos recentíssimos mostram que eles ligam à vida de criaturas humanas tanto apreço quanto à dos mosquitos, os quais infrutiferamente porfiam em extinguir na convicção de que assim debeliam a febre amarela no Rio de Janeiro (...) (CORREIO DA MANHÃ, 26 de julho de 1904).

Na mesma edição, na página 3, o jornal noticia a morte de duas crianças, tendo uma delas falecido “logo após ter sido vacinada”. O título da notícia: “Proezas da Hygiene: Duas mortes”. Observa-se que “Proezas da Hygiene” se torna, a partir desta data, uma espécie de coluna fixa, aparecendo na edição do dia seguinte, 27 de julho, como “Proezas da Hygiene: Vacinação à Força” e em 30 de julho somente como “Proezas da Hygiene”, onde é noticiada mais uma morte pela vacina. As publicações aparecem tanto na página 2, quanto na 3 do jornal, não havendo um lugar fixo.

É interessante notar que a coluna desaparece logo depois desta data, o que reforça a análise apontada por estudiosos da História do Jornalismo, como Marialva Barbosa e Nelson Werneck Sodré, de que os jornais estavam em processo de transformação. A grande imprensa iniciava neste período uma modernização, adotando uma disposição mais padronizada, tanto na forma de apresentar o conteúdo, como também com relação ao próprio conteúdo, que buscava ser mais objetivo e imparcial. Mas, como observado na análise direta da fonte, esse movimento de modernização coexistiu com práticas antigas. Outra análise interessante, também frisada pelos autores, é o uso de títulos que resumem em poucas palavras o conteúdo da nota jornalística, tal como exemplificado acima: “Proezas da Hygiene: Duas mortes”

Ainda sobre o dia 30 de julho, nota-se que o jornal lança mão de uma outra estratégia para manter aquecido os debates sobre a vacinação. É publicado na coluna “Sessão: contra a vacina”, a tradução de um artigo científico francês, editado em Paris sob o nome de “La Quinzaine Therapeutique”. Na apresentação do artigo, o jornal defende que o texto tem “opiniões de grande valor científico, contrários à vacina”. Em seu conteúdo, observa-se a associação da vacina ao desenvolvimento de doenças, como cancro, tuberculose e “certas moléstias cutâneas”.

De maneira geral, percebe-se que de janeiro a julho o *Correio da Manhã* parece abraçar uma campanha contra a vacina, apresentando uma linha editorial bastante explícita quanto à oposição à imunização e à sua obrigatoriedade. Para isso, o jornal centra o debate nas controvérsias científicas em torno da vacina e da vacinação. Argumentos de médicos e cientistas, do Brasil e do exterior, são usados para embasar o discurso, que questiona a qualidade e segurança da linfa produzida no Brasil, a capacidade técnica dos vacinadores e a própria imunização como recurso adequado de combate à doença.

De agosto a novembro de 1904, nota-se uma nova mudança de posição editorial do *Correio*. No lugar de questionamentos relacionados à vacina e às instituições científicas de produção e manipulação da vacina, ganha espaço nas páginas do jornal questões relacionadas aos limites para a ação do Estado e o direito à liberdade individual de decidir sobre o próprio corpo, além de argumentos que defendem que a persuasão – e não a coação – seria o melhor meio para se propagar a vacina e proteger os cidadãos. Opiniões que seguiam em linha com a posição dos positivistas do Apostolado.

Sobre esse aspecto, é válido apontar para uma nota, sem assinatura, publicada a pedido na edição de 1º de agosto, na página 3. Sob o nome de “A tyrannia sanitaria” “Vaccina obrigatoria”, o texto é um manifesto-convite a uma reunião pública contra a vacinação.

Como attentoria à liberdade individual e contraria aos generosos principios republicanos, convidam á classe academica e á mocidade em geral para uma reunião, terça-feira, 2 de agosto, ás 7 horas da noite, no salão do Centro das Classes Operarias, afim de deliberar, de comum accordo com o proletariado, sobre o melhor meio de fazer sentir aos poderes constituídos o profundo desgosto com que semelhante medida é por elles recebida (CORREIO DA MANHÃ, 1 de agosto de 1904).

Dessa nota publicada a pedido, seguiram-se outras que procuravam dar voz aos descontentes com o projeto de lei. Entre elas, manifestos da Federação dos Estudantes e apelos das classes proletárias aos parlamentares do Congresso Nacional contra a vacinação obrigatória. Esses são ricos exemplos de como a “vulgarização científica” em certa medida se efetivou de forma dialógica, em uma via de mão dupla. Tanto do ponto de vista dos jornais, que oferecem espaço a essas manifestações, quanto do ponto de vista das entidades de classe. Ao se dirigirem a públicos determinados, os manifestos-convites abriram espaço para o diálogo, para a troca e a discussão sobre a ciência e sua legitimidade. Logo, percebe-se aí a força da mediação científica para a legitimação de reivindicações que estão dentro da sociedade.

Nos dias 19, 20, 22, 23 e 25 de agosto, o jornal também passa a publicar a coluna fixa “Contra a vaccina obrigatoria”, que “traz a opinião de autoridades avêssas á vaccinação obrigatoria” (*sic*), segundo informa o próprio jornal. Com cinco edições, essa coluna é especialmente interessante, pois nos mostra como o jornal procurou convencer os leitores dos perigos da vacina ou de suas controvérsias, e também da ilegalidade do projeto de lei. Para esse fim, foram apresentadas opiniões de “Philosophos, Estadistas, Philanthropos, Sunmidades Medicas, Publicistas e outros”, todos estrangeiros, conforme aponta o jornal na primeira da série de colunas publicada em 19 de agosto, na primeira página do impresso.

Lista-se aqui as autoridades intelectuais citadas: O filósofo Immanuel Kant, os estadistas William Ewart Gladstone e Robert Peel, o naturalista e viajante Alexander von Humboldt, o filósofo Herbert Spencer, o homem de ciências e letras Francis W. Neuwman, o orador e estadista John Bright, o naturalista e homem de letras Alfred Russel Wallace, a organizadora de uma enfermaria na guerra da Crimeia Miss Florence Nightingale, o político e agricultor William Cobbett, e o estadista Lord Salisbury.

Transcrevemos abaixo uma dessas colunas, com as posições de Francis W. Neuwman, onde se destaca a oposição ao cerceamento à liberdade do cidadão.

Contra o corpo de um homem sadio não tem o Parlamento o direito de um assalto qualquer a pretexto da Saúde Publica; e muito menos contra o corpo de um infante (...). Perturbar a saúde perfeita é uma inqualificavel e tyrannica malvadez, tão tyrannica como pôr pelas á castidade e á sobriedade. Nenhum legislador tem esse direito. A lei, em tal caso, fôra uma usurpação insupportavel, e que gera o direito da resistencia. 'The Political Side of the Vaccination System', 1874, p.8(*sic*) (CORREIO DA MANHÃ, 22 de agosto de 1904).

Já em outra passagem, de 19 de agosto, o jornal questiona o posicionamento do pai da vacina, Jenner, quanto à validade da sua criação, por meio de uma fala atribuída ao filósofo Immanuel Kant. No texto, o autor destaca que o dr. Jenner, era completamente adverso à vacina, “receiava as suas perigosas consequencias provenientes da absorpção de um miasma bruto no sangue humano, ou pelo menos na lympha; e, até certo ponto, pensava que a vaccinação, como garantia contra a infecção variolosa, requeria um prazo de provação muito mais prolongado” (CORREIO DA MANHÃ, 19 de agosto de 1904) (*sic*).

A partir de 9 de outubro, o *Correio* passa a publicar uma coluna que, do ponto de vista do diálogo com o público não especialista, constitui-se em um interessante esforço do jornal de “vulgarizar a ciência” e o artefato científico em questão, a vacina. Assinada pelo médico e

deputado federal Bricio Filho, a coluna “Vaccinação obrigatória” procurava trazer alguns esclarecimentos à população sobre a vacina, a linfa e a própria varíola. Dias antes, em 7 de outubro, o *Correio* apresenta a seus leitores o novo colunista:

**Adepto da vaccina como medida prophylatica** e baseando os seus argumentos na opinião de vaccinistas, o digno representante da nação vae mais uma vez apresentar os fundamentas que o tornam contrario á obrigatoriedade, demonstrando, com aquellas mesmas opiniões, **que a vaccina em certos casos é perigosa**, podendo até causar a morte (CORREIO DA MANHÃ, 7 de outubro de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

Apesar de se dizer “adepto da vacina como medida profilática” contrapondo-se apenas a sua obrigatoriedade, no decorrer das 19 edições com “referências relevantes”, observa-se que Bricio Filho tem ressalvas à vacina e à medicina adotada pelo Estado, apontando que “em certos casos” ela é “perigosa”, conforme exposto no trecho acima. O médico também deixa clara sua pouca confiança nas instituições de ciência, como o Instituto Soroterápico Federal em promover uma vacinação segura, do ponto de vista da saúde da população.

Depois da vaccina das urnas, donde vão grelar os edis aquecidos pelo calor official, é que o pessoal das larvas, nymphas, culicidios, microbios invisiveis e Sorotherapico Federal tem de empunhar a lanceta, **desinfectada ou suja, segundo a asepsia de cada um**, para introduzir a pulso no organismo desta população, sob pena de dois contos de multa ou de tres mezes de cadeia, isso por cabeça, **a polpa capaz de immunizar mas também em condições de, em certas circumstancias, alterar profundamente a saúde, como attestam opiniões de auctoridades insuspeitas, partidarias dessa prophylaxia de reputação universal** (CORREIO DA MANHÃ, 29 de outubro de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

É interessante ressaltar que, apesar da tentativa de trazer a ciência ao alcance de seus leitores, muitas vezes o colunista é pouco claro em suas ideias, deixando o público em dúvida se a vacina é algo bom ou ruim, do ponto de vista da saúde. Ora o autor deixa transparecer a ideia de que a vacina é um importante agente imunizador, ora ele aponta que a ciência oficial não tem garantias de sua eficácia, conforme observado no trecho “a polpa capaz de immunizar mas também em condições de, em certas circumstancias, alterar profundamente a saúde, como attestam opiniões de auctoridades insuspeitas, partidarias dessa prophylaxia (*sic*)”.

Outras vezes, Bricio Filho concentra seus argumentos na coação e no livre direito de escolha do cidadão de optar ou não pela vacinação. Como exposto na coluna de abertura da série escrita pelo colunista. Nela, observa-se o posicionamento contrário à obrigatoriedade da vacina,



como medida que fere o direito de liberdade do cidadão. Direito esse que, para o autor, havia sido garantido pela monarquia e que agora estava sob risco na República.

(...) vae a Republica, proclamada para promover o bem geral,... aniquilando os esforços para a moralisação dos costumes, ferindo em cheio as mais sagradas garantias do cidadão, conculcando os direitos, assaltando a propriedade, invadindo o lar por uma **hygiene cevada no despotismo**, demolindo emfim **a somma preciosa das liberdades mantidas durante a monarchia**. Enquanto a regulamentação se faz, venho destas columnas formular minha opinião sobre a sua lei geradora, já que, em virtude de razões hoje conhecidas, minha voz, a proposito deste assumpto, deixou de soar no recinto da Camara dos Deputados. A questão apenas de passagem será ventilada sob outros aspectos para ser mais demoradamente abordada pelo lado scientifico, tão delicado e vasto, tão interessante e complicado. Sirvam estes periodos de introducção á serie de artigos que me proponho a produzir, menos com a preocupação de fornecer esclarecimentos sobre a materia, do que com o fito de deixar consignado **mais um protesto contra essa medida que ao imperio brasileiro repugnou incluir entre as suas disposições leaes** (CORREIO DA MANHÃ, 9 de outubro de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

Neste trecho percebe-se que por trás da oposição à vacinação e ao modelo de ciência adotado por Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz, está a crítica ao modelo de Estado então vigente: a República “Alves-Cruz”. Além de um médico das escolas tradicionais de medicina do país, não adepto das novas correntes da medicina experimental, Bricio Filho tinha, em certo aspecto, ideias contrárias àqueles que estavam no poder. Por isso, ele ataca a República presidida por Rodrigues Alves ao apontar que “na Monarquia as liberdades eram garantidas” e que nem mesmo o Império obrigou a população a se vacinar.

Apesar de se mostrar contrário à vacina, coluna publicada no dia 1º de novembro nos revela uma outra faceta do médico. Bricio Filho parece acreditar na credibilidade científica da vacina, contradizendo assim, em parte, posições expostas anteriormente. Nesta coluna, o médico e deputado procura mostrar ao leitor as controvérsias em torno do tempo de validade da imunização, sem descartar de todo seu valor como medida protetiva para o indivíduo.

A vacinação anti-variolica preserva o individuo da variola e da propria vaccina; **eis uma verdade de pé no terreno da sciencia**. Não é uma imunização infallivel, não é um processo sempre acompanhado de excellentes resultados; **mas não ha duvida que immuniza**. E infeliz daquelle que no dominio da medicina pretender o **desenrolar dos factos com a precisão mathematica, deslembado de que o medico tem de ver doentes em vez de examinar doenças** (...) Deve entrar igualmente em linha de conta a convicção hoje firmada de que o **poder immunizante da vaccina de ordinario não é permanente**, cessando no fim de certo periodo, variavel conforme o organismo, ponto esse que reservo para mais tarde ser deslindado (*sic*), quando tratar da obrigatoriedade da revaccinação de septennio a septennio, como consta do

projecto em vespas de merecer a sanção (CORREIO DA MANHÃ, 1 de novembro de 1904) *(sic)* [grifos nossos].

O trecho também nos revela, novamente, a tensão entre a medicina experimental, apoiada por Oswaldo Cruz e o Estado, e a medicina clínica. Ao citar a “precisão matemática” e dizer “que o médico tem de ver doentes em vez de examinar doenças”, Bricio Filho faz uma crítica à medicina experimental, do laboratório. Ao mesmo tempo, ele reforça suas dúvidas com relação à validade da imunização e da precisão dessa medicina oficial.

Em coluna publicada no dia 2 de novembro, também na primeira página, observamos que Bricio Filho parece mudar de posição sobre a ineficácia científica da vacina. Temos a sensação de que o deputado e médico muda, momentaneamente, de opinião ao considerar o artefato científico como instrumento seguro para imunização. Ainda assim, Bricio Filho continua não recomendando a vacina como um ato impositivo.

Contendendo com a maxima correção, pelejando leal e sinceramente, deixei hontem aqui consignada a minha opinião no sentido de **acreditar na imunisação por meio da vaccina anti-variolica**. Levei mesmo o escrupulo a ponto de apresentar, sem signaes de acceitação ou de repudio, attestados de jonaes scientificos e de nomes da medicina, proclamando tambem o poder da inoculação vaccinal para a cura de umas tantas molestias. (...) Essa é a que rodeia o organismo humano. **Em seu interior não póde ir o recurso prophylatico, embora o mais maravilhoso, contra a vontade do dono**. Segundo ponderou a privilegiada cabeça de um dos nossos mais eminentes homens publicos, cada um tem, no caso, o direito de resistir, pois da pelle para dentro tudo é seu (CORREIO DA MANHÃ, 2 de novembro de 1904) *(sic)* [grifos nossos].

No dia 4 de novembro, dias antes da divulgação oficial da regulamentação da lei que estabelecia a obrigatoriedade da vacina, Bricio Filho escreve, na primeira página, um dos seus mais interessantes artigos do ponto de vista da vulgarização científica. Nele, o autor sugere que deveria ser esclarecido à população o que é a vacina. E assim, ele mesmo procura traduzir o termo e seu conceito à população. Bricio Filho também se detém em esclarecer o que é varíola, bem como as formas de sua transmissão. A atitude do deputado em muito se assemelha à preocupação dos “vulgarizadores da ciência” em levar a ciência ao alcance de todos os públicos.

Emprega-se a vaccina anti-variolica, leva-se ao interior do organismo o elemento capaz de produzir a imunização, **mas fóra da classe medica reduzido é o numero que conhece realmente a origem da materia vaccinal**. (...) **Ahi está, portanto, um segredo para ser revelado ao povo(...)** **Que é a vaccina?** Esse cow-pox tão falado representa algum remedio das pharmacias, algum medicamento preparado em laboratorios á custa de substancias mineraes

ou de transformações de vegetaes? Ahi estão interrogações merecedoras de prompta resposta **pra esclarecimento das turbas**. Decompondo a palavra, apparece cow (it) significando - vacca (it) e pox (it) - pustula. Resulta, pois esta noção interessante: a massa vaccinica é fornecida pela pustula da vacca. **Tomem nota disso os estranhos á medicina, para quem escrevo, usando de linguagem ao seu alcance, um pouco differente da que empregaria em um jornal ou revista medica.**(...) E' util, porém saber que, mesmo guardadas todas as cautelas, a substancia separada para a inoculação não deixa de ser o producto de um animal doente. Só em tal condição póde elle proporcionar a materia vaccinante. **Que especie de doença é o cow-pox (it)?** Para dar a explicação, vou recorrer ao auxilio da veterinaria. (...) **A transmissão** faz-se egualmente por intermedio dos alimentos, da palha das camas, dos arreios, aparelhos de contenção ou de suspensão, instrumentos de curativos, quando imperfeitamente desinfectados, além de outros objectos em contacto com os adoecidos. A's vezes uma curta demora nos logares contaminados basta para que se dê o contagio (CORREIO DA MANHÃ, 2 de novembro de 1904) (sic) [Grifos nossos].

Bem menos intenso e combativo no que se refere à vacinação, a *Gazeta de Notícias* se mostrou favorável à medida proposta pelo Executivo. Porém foi mais comedido do que o *Correio da Manhã* na defesa de sua posição. Observa-se também uma tentativa de se mostrar imparcial com relação à questão.

Já no dia 5 de março, em nota publicada na primeira página e com o título “O regulamento da Hygiene”, o jornal mostra sua posição de apoiador da vacina como eficaz medida, considerada “urgente e indispensável à extinção da variola”.

O digno diretor da saude publica fez, aliás, um regulamento mais benigno do que a propria lei e espera não ter necessidade de recorrer a algumas medidas mais severas alli consignadas. Entre estas figuram as que se referem á variola, assumpto de que hontem nos occupámos. Utilizando-se de leis municipaes, pretende o Dr. Oswaldo Cruz tornar effectiva a obrigatoriedade da vaccina para as crianças até seis mezes e a obrigação do attestado de vaccina para a matricula nos collegios municipaes. Quanto aos adultos, far-se-á o seguinte: nas casas em que corrorerem casos de variola, a directoria de hygiene offerecerá vaccina ás pessoas que estiverem em contacto com o doente. As que não se quizerem sujeitar serão isoladas em casas especiaes e ahi permanecerão até finalisar o peioro de incubação. **Consideramos tão urgente e indispensavel a extincção da variola, que nos merecem todo o louvor essas medidas. Esperamos, aliás, que o povo seja o primeiro a se convencer da necessidade da vaccina** (GAZETA DE NOTICIAS, 5 de março de 1904)(sic) [grifos nossos].

No dia 23 de junho, quando os debates estavam bastante aquecidos no Senado e na Câmara, o jornal sai mais uma vez em defesa do projeto de lei. No texto intitulado “Notas e notícias” “Variola”, uma espécie de coluna que é publicada na primeira página do jornal e que em muito se assemelha a um editorial, observa-se a tentativa do periódico de rebater críticas de que as nações europeias, mais desenvolvidas cientificamente, não viam na vacina uma medida

profilática segura. Diferente dos opositores, que utilizavam a Inglaterra como exemplo a ser seguido já que era a nação que havia suspenso a obrigatoriedade da vacinação por considerar que não havia indícios seguros da eficácia do artefato científico, o periódico aponta para casos em que a vacina é usada e traz resultados satisfatórios.

(...)Salvo o respeito que devemos a tão abalisadas opiniões, devemos chamar a sua atenção para as estatísticas de toda a parte do mundo, pelas quaes se demonstra que a variola ataca e mata de preferencia as pessoas não vaccinadas e que quando essa molestica ataca as pessoas vaccinadas é de um modo attenuado. **Ainda mais: em paizes onde a cultura scientifica, não é inferior á nossa, como na Allemanha, a vaccina é obrigatoria, e não nos consta que essa obrigatoriedade seja considerada um attentado á liberdade individual. (...)** (GAZETA DE NOTICIAS, 23 de junho de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

Na edição de 16 de julho, o jornal noticia a polêmica morte de Cypriana Maria Leocadia. A mesma personagem que teria sido vítima da vacina, segundo o *Correio da Manhã*, na *Gazeta de Noticias* ela aparece como uma morte misteriosa. O jornal noticia o caso com um ar de imparcialidade, faz elogios à Diretoria de Saúde Pública e sugere que o departamento irá realizar uma investigação séria. Em nenhum momento a vacina e a ciência são postas em dúvida.

(...) O cadaver apresentava nos braços signaes recentes de vaccina e, segundo affirmam os parentes, Cypriana foi forçada á vaccina por um medico da Saude Publica que fora á sua casa em visita sanitaria. Dias depois, Cypriana cahia doente com febre alta de que veiu a fallecer. O Dr. Cunha Cruz suspeitou de que tivesse havido gangrena. Examinou ainda os pulmões e o cerebro, nada encontrado de anormal. ... **Ahi está um caso para o qual chamamos a atenção da Directoria de Saude Publica, que, energica como é, não deixará de apurar, a quem cabe a responsabilidade desse facto** (GAZETA DE NOTICIAS, 16 de julho de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

O periódico também não explora o caso, como o fez o *Correio da Manhã*. No entanto, não parece ter conseguido ou querido abafar a repercussão de seus desdobramentos. Visto que no dia 24 de julho noticia, de forma curta, que a morte de Cypriana Leocadia foi apontada pelo Sr. Dr. Cunha Cruz, médico legista da Polícia, como ocasionada por septicemia gangrenosa, consecutiva à vacina contra a varíola. Com essa nota, o jornal encerra o assunto, não se referindo mais a ele e nem se dedica a criticar a vacina, colocando em dúvida sua segurança, conforme fez o *Correio da Manhã*.

Já no dia 29 do mesmo mês, o jornal publica uma nota com o título de “Vidas humanas a 12 francos e 50”, publicada na página 2, em que defende o quanto a vacina produzida por Jenner era valiosa, do ponto de vista científico, por ter possibilitado salvar muitas vidas.

(...)Em 1802, o parlamento britannico concedeu ao Dr. Eduardo Jenner a quantia de 250.000 francos e, em 1807, um premio de 500.000 francos, a titulo de recompensa nacional, pela sua descoberta da vaccina. Quando se discutiu a concessão do segundo premio, o almirante Berkeley declarou haver a vaccina salvado a vida de 40.000 pessoas, só na Gran-Bretanha; e que, avaliando cada vida em 12 francos e 50, o Dr. Jenner tinha direito a 500.000 francos. **Graças ao Dr. Eduardo Jenner. temos podido guardar a variola a certa distancia, há mais de um século** (...) (GAZETA DE NOTICIAS, 2 de julho de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

Por meio desta nota, o jornal deixa ainda mais clara sua posição de defensor da “ciência do Estado”, isto é, da medicina experimental como método legítimo e “verdadeiro” de combate às epidemias que assolavam a Capital Federal e os principais núcleos urbanos do país.

A partir de 16 de agosto, o jornal inicia a publicação periódica de artigos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro. Representada pelo seu secretário, Antonio Moreira, a coluna se configura em um interessante esforço do jornal de promover a vulgarização da ciência e, assim, o esclarecimento da população como um todo sobre a vacina.

Veiculada sempre com o título de “Vaccinação contra a variola” e publicada em páginas aleatórias de acordo com o dia, a coluna apresenta ao público a opinião de médicos brasileiros ligados à associação e que atuavam na imunização de funcionários desta. Depreende-se que todos os médicos da associação são defensores da medicina experimental e, assim, do modelo de ciência adotado pelo governo.

A série de colunas é inaugurada pelos médicos Antonio Fernandes Figueira e Gaspar Barbosa de Rezende, e publicada na página 2. Nela, busca-se esclarecer a eficácia da vacina jenneriana. Com uma linguagem bastante didática, o texto traz respostas a dúvidas básicas sobre a vacina e ainda informa aos leitores que a associação mantém 11 postos de vacinação, abertos a toda a população.

1. Está realmente comprovada a eficacia da vaccina jenneriana? 2. A revaccinação é medida de alcance na prophylaxia da varioa. Caso o seja, qual o prazo que exige? 3. E' acceitavel que tenha a vaccina (*ilegível*) em si, qualquer principio nocivo? 4. E' acceitavel que da vaccina possam occasionalmente decorrer inconvenientes para o vaccinado? 5. Deve finalmente esta associação continuar a manter com o mesmo escrupulo e com o mesmo zelo, os seus postos vaccinicos?

ANTONIO FIGUEIRA: Ao 1. A vaccinação utilizada mas de um seculo tem sido objecto de (*ilegível*) pesquisas e dos mais rigorosos inqueritos. Muito tempo não ha que a Inglaterra nomeou uma selecta commissão para estudar o assumpto e, depois de, (*ilegível*)anos de trabalhos ininterruptos com observação de varias epidemias de variola e de milhares de crianças vaccinadas foi proclamada a

efficacia da descoberta de Jenner. Não ignoro a existencia de argumentos adversos, e de todos o mais valioso amparado pela auctoridade (*ilegível*), reside na circunstancia da variola (*ilegível*) primitiva não poupar os vaccinados. (...)

GASPAR REZENDE: Ao 1º quesito: As pesquisas e inqueritos oa mais rigorosos feitos em todos os paizes com especiliadade na Inglaterra provaram de modo cabal a eficacia da vaccina anti-variolica. Ao 2º - A immuidade conferida pela vaccina extinguindo-se no fim de certo tempo, a revaccinação é indispensavel.Penso que esta deve ser praticada de cinco em cinco annos. Ao 3º - Não. Ao 4º - Não, desde que a vaccinação seja feita com os devidos cuidados. Ao 5º - **Acredito que actualmente o maior serviço que a Associação dos Empregados no Comercio pode prestar á população desta capital, é mantes os seus postos vaccinicos, collocando ao alcance do povo o unico recurso verdadeiramente efficz na prophylaxia da variola como tem demonstrado a observação de mais de um seculo** (GAZETA DE NOTICIAS, 16 de agosto de 1904) (*sic*) [*grifos nossos*].

Seguidas dessa coluna, foram publicadas outras sete colunas com opiniões de médicos favoráveis à vacina. Os textos tiveram a contribuição de Miguel Pereira (17 de agosto), Oscar Rodrigues Alves e Werneck Machado (19 de agosto), Baptista Ferreira (23 e 24 de agosto), Leal Junior e Nabuco de Freitas (25 agosto). Quando não procurava esclarecer sobre a vacina, a coluna reforçava seu apoio ao governo “na tentativa de acabar com a epidemia” e, assim, comunicava que os 11 postos da Associação estão abertos à população para a imunização.

A respeito do caráter vulgarizador dessa coluna, cabe aqui destacar um dos artigos assinados pelo médico Miguel Pereira e que procurava dialogar com os leitores. Nele, percebe-se uma preocupação do médico em esclarecer dúvidas bastante apontadas pelos críticos da vacina: a segurança do artefato científico, o tempo de imunização e a necessidade de revaccinação, sendo esta última uma das grandes controvérsias que dividiu não só a população como a classe de médicos e cientistas.

(...)De facto, revaccinado com proveito o individuo, continuava elle no mesmo pé de effectiva immuidade. O intervallo de tempo que permeia entre a vaccinação a primeira revaccinação varia consoante a condição individual: pode-se-lhe todavia, conferir, em medida razoavel, o periodo de seis annos. Ao cabo desse prazo, não vingando a revaccinação, é de bom aviso que o individuo se faça revaccinar todos os annos por isso que, desde então, já não se poderá mais saber da época em que vai deixar de funcionar o seu aparelho de defesa contra a moléstia (GAZETA DE NOTICIAS, 15 de agosto de 1904)(*sic*).

No artigo, o médico também procura tranquilizar os leitores, afastando os receios de que a vacina possa trazer a doença e não a sua proteção. “Com ser uma molestia parece, á primeira vista que a vaccina deva ser nociva, (...). Ou, porém pela sua origem, ou por outra qualquer causa,

o certo é que, envolvendo no homem, o cow pox (it) nenhum damno ocasiona” (GAZETA DE NOTICIAS, 15 de agosto de 1904) (*sic*). O médico, no entanto, não esconde a existência de reações adversas à vacina.

Não ha negar que, em especificados individuos, os ganglios axilares reagem com desusada vhemencia, adenopathisando-se e que em outros, em numero escasso, desenvolve-se em rasín (it) crythematoso, assistido por ligeiro movimento febril. **Mas são essas affecções banalísimas, que cedem a breve trecho, e que, em troca de insignificante perturbação da saude, offerecem a inestimavel vantagem de uma immunisação certa e segura**(GAZETA DE NOTICIAS, 15 de agosto de 1904)(*sic*) [*grifos nossos*].

O médico segue os esclarecimentos, reforçando que, por ele, “conhecendo milhares de pessoas vaccinadas, de nehuma, entretanto, sei que se tivesse de arrepender da vacinação. Estes perigos, declaro-o sem receio e sem suspeição, não existem no Rio de Janeiro” (*sic*).

A fala reitera a análise feita anteriormente sobre o posicionamento político-ideológico dos médicos da Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro, em linha com Oswaldo Cruz e a ciência experimental. Miguel Pereira finaliza o artigo fazendo uma “desinteressada homenagem”, segundo ele mesmo define, ao Instituto Vacínico, “cuja lympha, preparada com um zelo e uma proficiencia que muito abonam a aptidão de seus medicos, deve merecer da população a mais absoluta e repousada confiança” (*sic*).

Esta “absoluta” confiança na vacina não foi, no entanto, acolhida por parte da população. No dia 9 de novembro o jornal *A Notícia* publica com exclusividade um esboço do decreto elaborado por Oswaldo Cruz que regulamentava a vacinação e revacinação obrigatórias. No mesmo dia, esse mesmo esboço havia sido apresentado oficialmente pelo Governo em reunião a políticos, médicos e intelectuais. Já no dia 10, tem-se as reações negativas às medidas.

Por parte da imprensa, todos os grandes jornais, incluindo o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Noticias*, reproduzem e atacam as medidas. Das ruas, começam a brotar movimentos de contestação, segundo nos aponta Teresa Meade (1997: 2): “Cerca de 5 mil pessoas – uma coalizão de civis e militares positivistas, sindicalistas e opositores políticos – se reuniram pacificamente no Largo de São Francisco de Paula para protestar contra a medida”. Já na manhã de 11 de novembro, de acordo com a autora, os protestos estouraram, seguindo-se até o dia 18 de novembro.

## 5. CONCLUSÃO

A análise proposta nesta dissertação procurou revelar a transformação dos espaços de popularização da ciência no início do século XX. Longe de ter desaparecido, identificamos que as ações de levar a ciência a um público amplo encontrou lugar na grande imprensa. Ali, a ciência ganhou lugar de destaque, sendo tema de colunas de opinião, cartas de leitores, notas jornalísticas, matérias de cobertura dos debates das assembleias e até dos notórios editoriais.

Essa posição só foi atingida graças à vacina antivariólica, que se tornou protagonista de um intenso debate que mobilizou a sociedade no ano de 1904, em função do polêmico projeto de lei que instituiu a sua obrigatoriedade e que levou à Revolta da Vacina. Ao revisitarmos esse movimento amplamente trabalhado pela historiografia, estabelecemos uma releitura dessa mobilização e tomamos como ponto de vista a resistência popular a um modelo de cultura científica imposto pelo Estado. Uma ciência que estava baseada na adoção de um novo método, a então ascendente medicina experimental e bacteriológica, e que ganhou status de “verdade” por meio da inserção de cientistas adeptos a ela às esferas de poder.

Cientistas-intelectuais que imbuídos de uma retórica baseada na valorização crescente da ciência e na penetração de certas doutrinas filosóficas, tais como o Positivismo de Comte e o Naturalismo, viam-se como “missionários do progresso”. A esses intelectuais cabia a tarefa de ordenar a sociedade e conduzi-la pelo caminho de um novo projeto de nação, comprometido em tornar o Brasil civilizado, isto é, em sintonia com a nova ordem mundial capitalista, pautada nas relações agroexportadoras com a Europa e na industrialização incipiente.

Tendo como perspectiva o ponto de vista de Maria Tereza Chaves de Mello (2007), que trouxe à luz da historiografia a política feita nas ruas e a atuação protagonista do povo na instituição da República – vista por meio de uma aceitação consciente ao golpe arregimentado secretamente pelos militares e que destituiu o Império –, defendemos nesta análise que ao tomarem as ruas e se rebelarem contra o Estado e à vacina, a população também manifestou, de forma consciente, sua negação à aceitabilidade forçada de um modelo de ciência e de “progresso” tido pelo Estado como legítimo e “verdadeiro”. Simultaneamente, ao ir para a rua, a população procurava dar voz a sua cidadania, que de um lado vinha sendo desenhada pela forte atuação política dos jornais e da própria rua, mas de outro vinha sendo abafada pelo Estado, que agia de forma coercitiva, contrapondo-se à liberdade individual e ao direito de propriedade.



Assim, reiteramos nesta dissertação o protagonismo da população e da própria vacina, como atores da revolta. Logo, nos afastamos da visão de “povo bestializado”, utilizado por José Murilo de Carvalho ao retomar uma frase de Araripe Júnior, e propomos uma reflexão que privilegia o papel da população como agente de mudança e de mobilizador social.

Compreende-se ainda que apesar da falta de um diálogo sobre a ciência, por parte do Estado, os jornais, jornalistas e articulistas, isto é, os “intelectuais-mediadores” estabeleceram essa comunicação de mão dupla. Ao buscar comunicar ou “traduzir” a ciência para um público não especialista, por meio do esclarecimento de dúvidas sobre a vacina e sua aplicação, os “intelectuais-mediadores” do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias*, em alguma medida, perceberam que o desenvolvimento da ciência não era um processo natural sem a intervenção/participação de toda a sociedade.

O público foi entendido como parte desse empreendimento científico e que, por isso, precisava ser ouvido. Esse “ouvir” se fez presente tanto nos esforços em responder dúvidas científicas específicas – tais como questionamentos que envolviam as origens da vacina, a produção da linfa, sua ação no organismo e a validade da imunização –, como também a oferta de espaço para a publicação, a pedidos, de notas de críticos à vacina, tais como os manifestos da Federação dos Estudantes e os apelos das classes proletárias aos parlamentares do Congresso Nacional.

Entendemos, assim, que os jornais promoveram uma segunda forma de “vulgarização científica”, uma vulgarização dialógica. Isso porque, esses manifestos procuravam atrair os diversos públicos para espaços de discussão e de troca de idéias sobre a ciência e sua legitimidade. Logo, neste aspecto, percebemos que a mediação científica buscou legitimar reivindicações que estavam dentro da sociedade.

Dessa forma, compreendemos que a comunicação promovida por estes agentes da cultura científica ia além do ato de “tradução” da ciência para um público não especialista, fazendo a vacina chegar ao alcance de todos. A vulgarização é entendida também como uma ação política e premeditada desses intelectuais que, ao apoiar a ciência autorizada pelo Estado ou criticá-la, buscavam garantir adeptos a seus projetos de governo e de sociedade.

A análise dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* deixou também clara a posição de não neutralidade dos “intelectuais-mediadores”. Dentro desta perspectiva, destacam-se as colunas de Bricio Filho, no *Correio da Manhã*; e da Associação dos Empregados no

Commercio do Rio de Janeiro, na *Gazeta de Noticias*; que se constituíram como instrumentos de maior destaque da “vulgarização científica” realizada pela grande imprensa. Assim, por trás da tentativa de se “traduzir” o que era a vacina, seus métodos e aplicações, observamos a intenção desses intelectuais em garantir apoiadores a um modelo de ciência e a um projeto de Estado.

Por exemplo, ao questionar a capacidade da medicina experimental em sanear a Capital Federal e oferecer segurança e qualidade de vida à população, Bricio Filho colocava em dúvida não só a credibilidade da vacina como método profilático à varíola, como também o modelo de ciência adotado pelo Estado e as formas de se fazer valer esses preceitos científicos: pela força e não pela persuasão.

Do lado oposto, ao defender a vacina como método seguro, os médicos Miguel Pereira, Oscar Rodrigues Alves, Werneck Machado, Baptista Ferreira, Leal Junior e Nabuco de Freitas, todos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, utilizavam-se da credibilidade de seus poderes de fala como médicos, membros da Academia Nacional de Medicina e afiliados a uma associação com *status* social para defender o modelo de ciência experimental, as ações de Oswaldo Cruz à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, o Estado republicano presidido por Rodrigues Alves, e todo um projeto de nação que vinha sendo conduzido pelos “homens de ciência” e que terá prosseguimento nos anos que sucederam a Revolta da Vacina.

Do ponto de vista dos jornais como mobilizadores do movimento popular, depreende-se que os leitores do *Correio da Manhã* foram instigados a irem para as ruas e manifestarem sua oposição à obrigatoriedade da vacina, seja pelas incertezas que o método ainda gerava, pela falta de preparação dos aplicadores e de uma confiança na ciência Estatal ou, ainda, pela própria obrigatoriedade da vacina. Mas, para aqueles que eram leitores da *Gazeta de Noticias*, o cenário era bastante pacífico e seguro. A vacina era “o melhor meio” de se acabar com as epidemias constantes e garantir a proteção para a família e a sociedade como um todo.

A atmosfera na Capital Federal ficou tensa, no entanto, no momento em que o regulamento da lei da vacina obrigatória veio a público. Ao estampar com clareza em 10 de novembro o tom das medidas restritivas, até a *Gazeta de Noticias* muda de posição. Com o jornal, acreditamos que uma legião de leitores reforçou o coro dos descontentes com a medida e se juntou aos manifestantes nas ruas.

## 6. REFERÊNCIAS

### FONTES

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, de 1º de janeiro de 1904 a 10 de novembro de 1904. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 27 de junho de 2018.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, de 1º de janeiro de 1904 a 10 de novembro de 1904. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 27 de junho de 2018.

### BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. “Colecionando o outro: o olhar antropológico nos primeiros anos da República no Brasil”. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. pp. 245-253.

ALMEIDA, Marta de & DANTES, Maria Amélia. “O Serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia”. In DANTES, Maria Amélia M. (Org). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, pp. 135-154.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENCHIMOL, Jaime. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. *Revista da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2000. pp. 265-292.

BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves (Org.). *Brasil Republicano. Economia e Sociedade*,

*poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, v.1, pp. 231-286.

BENSAUDE-VICENT, B. A genealogy of the increasing gap between science and the public. *Journal Public Understanding of Science*, 2001. Disponível em: <http://pus.sagepub.com/cgi/content/abstract/10/1/99>. Acessado em 30 de julho de 2017.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro, Bibliotheca do Senado. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883. 1º volume. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acessado em 27 de junho de 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro, Bibliotheca do Senado. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893 (2º volume), 1895 (3º volume); 1898 (4º volume); 1899 (5º volume), 1900 (6º volume) e 1902 (7º volume). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acessado em 27 de junho de 2018.

BRAGA, Regina Stela (Ed.). *Correio da Manhã: Compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002.

BRÍCIO FILHO, Jaime Pombo. In: LOPES, Raimundo Helio. Fontes: ABRANCHES, J. Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas. Disponível em [cpdoc.fgv.br/sites/default/files/.../BRÍCIO%20FILHO,%20Jaime%20Pombo.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/.../BRÍCIO%20FILHO,%20Jaime%20Pombo.pdf). Acessado em 27 de junho de 2018.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Inf.Inf.*, Londrina, v.15, n.esp, 2010, pp. 1-12.

CAREGNATO, Rita Catalina e MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 14, n 4, out-dez.2006, pp. 679-684.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. *Inf. & Soc.: Est*, João Pessoa, v. 25, n3, set-dez. 2015, pp. 89-104.

CARRETA, Jorge. Augusto. Quem tem medo de vacina? No início do século XX, tratamentos bacteriológicos causaram revolta e desconfiança até entre médicos e cientistas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 8, nº. 96, set. 2013, pp. 64-67.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: Conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 311 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO-SANTOS, Luiz A. “Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica”. In HOCHMAN, G. & ARMUS, D (Org). *Cuidar, controlar, curar. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, pp. 249-93.

CASTRO-SANTOS, Luiz A. *Power, ideology and public health in Brazil, 1889-1920*. 157 f. Tese (Doutorado em Filosofia, com foco em Sociologia). Universidade de Harvard. Cambridge, Massachusetts, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2011. pp.77-105.

CHRISTOPHE, Charle. Le temps des hommes doublés. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, v. 39, n. 1, jan-fev-mar, 1992. Pour une histoire culturelle du contemporain. pp. 73-85. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/rhmc\\_0048-8003\\_1992\\_num\\_39\\_1\\_1621](https://www.persee.fr/doc/rhmc_0048-8003_1992_num_39_1_1621). Acessado em 30 de junho.

COOTER, Roger; PUMFREY, Stephen. Separate spheres and public places: Reflections on the history of science popularization and science in popular culture. *Science History Publications*. Carolina do Norte, v. 32, set. 1994, pp. 237-267.

CORBAIN, Alain. *Sabores e Odores – olfato e imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, A. R. F; SOUSA, C. M; MAZOCCO, F. J. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. *Conexão- Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v.9, n.18, jul-dez. 2010.

CUKIERMAN, Henrique Luiz. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.

DAUM, Andreas W. Varieties of Popular Science and the Transformations of Public Knowledge: Some historical reflections. *Focus – Isis*. University of Chicago, Chicago, v. 100, n 2, 2009, pp. 319-332.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DE LUCA, Tania Regina. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, pp.149-175.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil: 1832-1930. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acessado em 30 de junho de 2018.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acessado em 30 de junho de 2018.

DURANT, John. “O que é alfabetização científica?” In. MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro (Org.). *Terra Incógnita: a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005, pp.13-26.

EDLER, Flávio C. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, 1996. Acessado em 10 de julho de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n2/v3n2a05.pdf>.

EDLER, Flávio C. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclepio*, v. 2, 1998. Acessado em 30 de junho de 2018. Disponível em <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio>.

EDLER, Flávio C. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n 2, maio-ago. 2002, pp. 357-85.

ESTEVES, Bernardo. “Os cientistas vão à imprensa: divulgação científica nos jornais brasileiros (1945-1964)”. In MASSARANI, Luisa (Ed.), JURBERG, Claudia, Meis, Leopoldo de. *Um gesto ameno para acordar o país: a ciência no Jornal do Commercio [1958-1962]*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida, 2011. pp.13-24

FAHNESTOCK, Jeanne. “Adaptação da ciência: A vida retórica de fatos científicos” In MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro (Org.). *Terra Incógnita: a*

*interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005. pp. 49-75.

FERNANDES FIGUEIRA, Antonio. *In*: Academia Nacional de Medicina. Disponível em [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=183](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=183). Acessado em 28 de junho de 2018.

FERNANDES, Tania M. *Vacina Antivariólica - Ciência, Tecnologia e o poder dos Homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FERREIRA, Luiz O. “Medicina impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. *In* CHALHOUB, Sidney et al. (Org.) *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. pp.101-122.

GERMANO, Marcelo Gomes. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Cad. Bras. Fís.* v. 24, n.1. abr. 2007. pp. 7-25.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo-Horizonte, MG: Editora Fiocruz, 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. “Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo”. *In* GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp.7-37.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. “Apresentação”. *In*. HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870 - 1937*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996. pp. 7-10.

HERSCHMANN, Micael. “Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil”. *In* HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES,



Clarice. *Missionários do progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870 - 1937*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996. pp. 11-67.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.2, 2011, pp. 375-386. Acessado em 10 de julho de 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S141381232011000200002&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141381232011000200002&lng=pt&nr=iso)

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, pp. 287-307.

KNORR-CETINA, Karin. “A Comunicação na ciência”. In GIL, Fernando (ed). *A Ciência tal qual se faz*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. pp. 375-393.

KODAMA, Kaori. “A vulgarização científica nas obras de Louis Figuier e suas traduções no Brasil”. In GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp.41-65.

KODAMA, Kaori. A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a *Scienza para o Povo* (1881) e seu editor Felix Ferreira. 2017, mimeo.

KROPF, Simone Petraglia. “A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX”. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. pp. 57-79.

LAEMMERT, Eduardo Von. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1904*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imanak/313394>. Acessado em 30 de junho de 2018.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. Seção Verbetes. CPDOC/FGV. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>. Acessado em 21 de junho de 2017.

LEAL, Carlos Eduardo. Gazeta de Notícias. Seção Verbetes. CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/gazeta-de-noticias>. Acessado em 21 de junho de 2017.

LIMA, Nísia T. & HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n. 2, 2000, pp. 313-332. Acessado em 15 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf>.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. II (3), nov. 1995- feb. 1996, pp. 44-96. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a04v2n3.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2017.

LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) História: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Madel T. “O corpo da cidade”. In. PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. pp. 181-193.

MACHADO, G.; RUMJANEK, V.M.; JURBERG, C. Is journalism an interface between science and society? *Journal of Cultural & Media Studies*, v.2, 2015, pp. 52-71.

MACHADO, Werneck. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=224&descricao=Aureliano+Vieira+Werneck+Machado+\(Cadeira+No.+84\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=224&descricao=Aureliano+Vieira+Werneck+Machado+(Cadeira+No.+84)). Acessado em 28 de junho de 2018.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2015.

MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em C&T (IBICT) e Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

MASSARANI, I; MOREIRA, I. de C. Miguel Ozorio de Almeida e a vulgarização do saber. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 11(2), maio-ago. 2004, pp. 501-513.

MEADE, Teresa A. *Civilizing Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. Estados Unidos: The Pennsylvania State University Press, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe; FILHO, Cláudio Bertolli. *História Social da Saúde: Opinião pública versus poder, a Campanha da Vacina 1904*. São Paulo: Estudos Cedhal 5, 1990.

MELLO, Maria T.C. *A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARANI, Luisa. “Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil”. In MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima.

*Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002. pp. 42-64.

MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARANI, Luisa. “A divulgação científica no Jornal do Commercio 1958 a 1962”. In MASSARANI, Luisa (Ed.); JURBERG, Claudia; Meis, Leopoldo de. *Um gesto ameno para acordar o país: a ciência no Jornal do Commercio [1958-1962]*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida, 2011. pp.43-62.

MOLLIER, Jean-Yves. “A difusão do conhecimento no século XIX, um exercício delicado”. In MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo-Horizonte: Autêntica Editora, 2008, pp.141-158.

MOULIN, Anne Marie. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.10 (suplemento 2), 2003, pp. 499-517.

NEDELL, J. The Revolta contra a vacina of: 1904: the revolt against – Modernization in Belle-Époque Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v. 67, n. 2, maio-1987, pp. 233-269.

NEVES, Margarida de Souza. “O povo na rua um ‘Conto de duas cidades’”. In PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. pp. 135-155.

NEVES, Margarida de Souza. “Ciência, civilização e República”. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. pp. 31- 55.

PALMER, Steven. “O demônio que se transformou em vermes”: a tradução da saúde pública no Caribe Britânico, 1914-1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n.3, jul-set. 2006, pp. 571-89.

PAMPLONA, Marco A. “A revolta era da vacina?” In SCLIAR, Moacyr; PAMPLONA, Marco A; RIOS, Miguel Angelo Thompson; SOUZA, Maria Helena Soares. *Saúde pública: histórias, políticas e revolta*. São Paulo: Scipione, 2002. pp. 65-87.

PEARL, Julian. “Medicina tropical en el Brasil del siglo XIX: el caso de la Escuela Tropicalista de Bahia (1860-1890)”. In: *Salud, cultura y sociedad en America Latina*. pp.31-52.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Miguel. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=585](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=585). Acessado em 28 de junho de 2018.

PIMENTA, Tânia S.; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. *Dimensões*. Vol. 34, 2015, pp. 145-183. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11114/7761>. Acessado em 31 de julho de 2017.

POMBO, Rocha. In: Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia>. Acessado em 30 de junho de 2018.

PÔRTO, Ângela; PONTE, Carlos Fidelis. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.10, supl.2, 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000500013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000500013). Acessado em 14 de fevereiro de 2017.

RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas - uma revisão de perspectivas. *Ci. Inf.*, Brasília, v.23, n.3, set./dez. 1994, pp. 340-348.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

RIBEIRO, Luiza Cesar de Queiroz. “Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade”. In PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. pp. 105-120.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea: Revista de Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 7, n 2, jul./dez. 2005, pp. 305-322.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1866-1906*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES ALVES, Oscar. In: Academia Nacional de Medicina. Disponível em [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=616](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=616). Acessado em 28 de junho de 2018.

ROGERS, Carol. “A importância de se compreender as audiências” In MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro (Org.). *Terra Incógnita: a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005. pp. 49-75.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Tenebrosos mistérios. Juca Rosa e as relações entre crenças e cura no Rio de Janeiro imperial”. In CHALOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas Ed. Unicamp, 2003, pp. 387-428.

SANT'ANNA, Denise B. "A ciência higiênica fala francês e inglês". In SANT'ANNA, Denise B. *Cidade das águas - uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo. Ed. Senac; 2007. pp.160-190.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, 2011, pp. 387-396. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n2/v16n2a03.pdf>. Acessado em 31 de julho de 2017.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In RÉMOND, R. (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STILGOE, Jack; LOCK, Simon. J; WILSDON, James. Why should we promote public engagement with science? *Public Understanding of Science*, v. 23, n. 1, jan.2014, pp. 4-15.

TEIXEIRA, Luiz Antonio da Silva. *A rebelião popular contra a vacina obrigatória*. Série: Estudos em Saúde Coletiva. nº 103. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj, novembro 1994.

TUCHERMAN, Ieda. "Mídia, ciência e tecnologia: representações, discursos e tensões". In FILHO, J.F. F.; VAZ, P. (Org.). *Construções do tempo e do outro: Representações e discursos midiáticos sobre a alteridade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. pp.133-155.

VERGARA, Moema de Rezende. “A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase José Veríssimo da *Revista Brasileira* (1895-1900)”. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. pp. 137-155.

VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira: Vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. 212 f. Tese (Doutorado História Social da Cultura). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica “no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.1,n.2, jul/dez 2008, pp.137-145.

VERJOVSKY, Marina; RÊGO, Tainá; JURBERG, Claudia. “O Jornal do Commercio: um breve exame das notícias de saúde”. In MASSARANI, Luisa (Ed.); JURBERG, Claudia; Meis, Leopoldo de. *Um gesto ameno para acordar o país: a ciência no Jornal do Commercio [1958-1962]*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida, 2011. pp.63-71.

WYNNE, Brian. “Saberes em contexto” In MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildu de Castro (Org.). *Terra Incógnita: a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005. pp. 27-39.